Universidade de Brasília
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM)
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas para Infância e Juventude (PPGPPIJ)

THAIS RODRIGUES DE FREITAS

SEMEANDO FUTUROS: AS REPERCUSSÕES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NA TRAJETÓRIA DE FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE

BRASÍLIA
2025

THAIS RODRIGUES DE FREITAS

SEMEANDO FUTUROS: AS REPERCUSSÕES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NA TRAJETÓRIA DE FAMÍLIAS VULNERABILIZADAS

Dissertação apresentada à Universidade de Brasília, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas para Infância e Juventude, para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Aline Oliveira Silveira.

BRASÍLIA
2025

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha família, tanto a física quanto a espiritual, por ser sempre minha base e meu suporte. Meus pais, que sempre me incentivaram no caminho dos estudos e que se dedicaram para que eu pudesse alcançar feitos engrandecedores. Aos meus irmãos, em especial à Thamires, que escutou com muita calma e me acolheu em todos os momentos de aflição durante essa caminhada. Ao meu parceiro de vida, Giovani, que abraçou meus propósitos e sempre me encorajou a seguir meus sonhos. Vocês foram meu porto seguro nos momentos de dúvida e cansaço, lembrando-me sempre do meu potencial e da importância de persistir.

Também quero deixar meu agradecimento à minha orientadora, Professora Aline, cuja *expertise* e disponibilidade foram pilares essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. Nessa jornada tive a sorte de conhecer professores maravilhosos, que compartilharam seus conhecimentos teóricos, mas também me inspiraram a ver a pesquisa como uma ferramenta poderosa de transformação social. Sou profundamente grata por ter sido guiada por educadores tão comprometidos e por essa instituição, que desde a minha graduação me acolhe e me inspira.

Além disso, quero agradecer imensamente às minhas amigas de trabalho, que se tornaram amigas de vida e que me ofereceram um alento no decorrer dessa trajetória. Vocês foram muito mais do que simples companheiras de profissão e tornaram-se confidentes, conselheiras e fonte inesgotável de apoio emocional. Assim como agradeço a todos os meus amigos e amigas, que tornam este caminho não apenas mais leve e divertido, mas também mais profundo e repleto de significado.

Por fim, obrigada a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho e para meu crescimento acadêmico e pessoal. Cada gesto de apoio, cada palavra de incentivo e cada momento de compreensão foram fundamentais para esse processo.

RESUMO

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), parte do Sistema Único de Assistência Social, visa prevenir situações de vulnerabilidade e fortalecer vínculos familiares e comunitários. **Objetivo**: investigar as repercussões e desafios do SCFV para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos no Distrito Federal, sob a perspectiva das famílias atendidas e dos educadores sociais. **Metodologia**: a pesquisa é descritiva, de desenho transversal e de abordagem qualitativa. Foi realizada por meio de grupos focais com 17 famílias participantes do serviço e entrevistas semiestruturadas com 02 educadores sociais atuantes nas unidades de execução direta e indireta do SCFV. Os dados foram analisados por meio do método de Análise Temática. **Resultados**: foram identificadas duas amplas categorias: 'Potencialidades e Repercussões' e 'Desafios e Limitações' do SCFV. Os resultados indicam que o serviço contribui significativamente para o desenvolvimento infantil, socialização e fortalecimento da rede de apoio socioassistencial. As famílias relataram melhorias no comportamento e nas habilidades sociais das crianças, além de suporte na rotina diária dos responsáveis. O SCFV também foi avaliado como promotor do empoderamento e da educação cidadã, proporcionando às famílias um maior conhecimento sobre seus direitos e formas de acessá-los. A pesquisa destaca, ainda, a importância desse serviço na prevenção do isolamento social e institucionalização, promovendo o desenvolvimento de competências sociais e fortalecendo os vínculos comunitários. Contudo, os desafios e limitações encontradas para a execução desse serviço, como as disparidades entre as modalidades de oferta, burocracia e dificuldade de acesso ao Centro de Referência da Assistência Social, além da diminuição de horários e da diversidade temática das oficinas, podem comprometer a equidade na oferta do serviço e a realização plena de seus objetivos. **Conclusão**: O SCFV desempenha um papel crucial na proteção social e no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Recomenda-se fortalecer e expandir o serviço por meio da construção de novas unidades e adequação das existentes, reconhecer os profissionais e otimizar o processo de encaminhamento CRAS-SCFV. Sugere-se também revisar os horários e aumentar a diversidade de oficinas oferecidas.

Palavras-chave: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; vulnerabilidade social; política de assistência social; crianças e adolescentes.

ABSTRACT

The Service for Coexistence and Strengthening of Bonds (SCFV), part of the Unified Social Assistance System, aims to prevent vulnerability situations and strengthen family and community bonds. **Objective:** to investigate the repercussions and challenges of SCFV for children and adolescents aged 6 to 15 in the Federal District from the perspective of the families served and social educators. **Methodology:** a descriptive, cross-sectional, qualitative research approach was conducted through focus groups with 17 families participating in the service and through semi-structured interviews with 02 social educators working in direct and indirect SCFV execution units. Data were analyzed using the Thematic Analysis method. **Results:** Two broad categories were identified: 'Potentialities and Impacts' and 'Challenges and Limitations' of SCFV. The results indicate that the service significantly contributes to child development, socialization and strengthening of the social assistance support network. Families reported improvements in children's behavior and social skills, as well as support in the daily routine of caregivers. SCFV was also evaluated as promoting empowerment and civic education, providing families with greater knowledge about their rights and ways to access them. The research also highlights the importance of this service in preventing social isolation and institutionalization, promoting the development of social skills and strengthening community bonds. However, the challenges and limitations found in the execution of this service, such as disparities between delivery modalities, bureaucracy and difficulty in accessing the Social Assistance Reference Center, as well as the reduction in schedules and thematic diversity of workshops, may compromise equity in service delivery and the full achievement of its objectives. **Conclusion:** SCFV plays a crucial role in social protection and the integral development of children and adolescents in vulnerable situations. It is recommended to strengthen and expand the service through constructing new units, adapting the existing ones, recognizing professionals and optimizing the CRAS-SCFV referral process. It is also suggested to review schedules and increase the diversity of workshops offered.

Keywords: children and adolescents; Service for Coexistence and Strengthening of Bonds; social assistance policy; social vulnerability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Distribuição de famílias por faixa de renda familiar 38
Gráfico 2 – Percentual de pessoas por grau de instrução 39

Tabela 1 – Denominação dos serviços 50
Tabela 2 – Quantidade de participantes por tipo de serviço 52
Tabela 3 – Categorias e temas identificados, com referências – Famílias 60
Tabela 4 – Categorias e códigos identificados, com referências – Profissionais ... 87
Tabela 5 – Serviço de Execução Indireta × Serviço de Execução Direta 91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CF	Constituição Federal
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
DF	Distrito Federal
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NOB-SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
OSC	Organização da Sociedade Civil
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UnB	Universidade de Brasília
VS	Vigilância Socioassistencial

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9

2 JUSTIFICATIVA 13

3 OBJETIVOS 16

3.1 OBJETIVO GERAL 16

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 16

4 REVISÃO DE LITERATURA 17

5 QUADRO TEÓRICO 19

5.1 DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA 19

5.2 PERCURSO NORMATIVO DO SUAS 22

5.3 SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) . 28

5.4. TEORIA DA COMPLEXIDADE – EDGAR MORIN 31

5.5 DEFINIÇÃO DE FAMÍLIA NO CAMPO DA POLÍTICA PÚBLICA 32

5.6 DESCRIÇÃO DO PERFIL FAMILIAR ATENDIDO NOS SERVIÇOS SOCIAIS... 35

5.6.1 Indicadores de violência 41

5.7 EFEITOS DAS VULNERABILIDADES NAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ... 43

5.8 A IMPORTÂNCIA DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL 45

6 METODOLOGIA 50

6.1 CONTEXTO 50

6.2 PARTICIPANTES 52

6.3 COLETA DE DADOS 54

6.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS 55

6.5 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA 57

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO 59

7.1 CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS E DOS PROFISSIONAIS PARTICIPANTES DO ESTUDO 59

7.2 O SCFV NA PERSPECTIVA DAS FAMÍLIAS 60

7.2.1 Potencialidades e Repercussões do SCFV 62

7.2.2 Desafios e Limitações 83

7.3 O SCFV NA PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS 87

7.3.1 Potencialidades e Repercussões do SCFV 89

7.3.2 Desafios e Limitações 90

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 97

REFERÊNCIAS 99

ANEXOS 110

ANEXO A – Perguntas dos Grupos Focais 110

ANEXO B – Perguntas das Entrevistas aos Profissionais 111

ANEXO C – Parecer Consubstanciado do CEP/ICHS 112

ANEXO D – Breve Apresentação 113

1 INTRODUÇÃO

O Brasil advém de uma longa história de institucionalização das crianças em situação de vulnerabilização[1]; somente após a Constituição Federal de 1988, o Estado passou a oferecer a doutrina de proteção integral à criança e adolescente (Rizzini; Rizzini, 2004). Dentre os direitos garantidos, destaca-se o da Convivência Familiar e Comunitária, que preconiza a criação e educação no seio familiar (Brasil, 1990).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) surge no âmbito desse novo modelo de acompanhamento do desenvolvimento das crianças e adolescentes, bem como das outras faixas etárias de desenvolvimento humano (Brasil, 2017). O Serviço foi tipificado em dezembro de 2009, por meio da Resolução CNAS Nº 109, como um serviço da Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Posteriormente, em 2014, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais sofreu alterações para a inclusão da faixa etária de 18 a 59 anos no SCFV, através da Resolução CNAS Nº 13. Segundo a Tipificação de 2014, o SCFV:

> […] é realizado em grupos, organizados a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. É uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. (Brasil, 2014, p. 18).

O SCFV visa garantir a Segurança de Convívio ou Vivência familiar, comunitária e social, prevista na Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS) (Brasil, 2012). É previsto nessa segurança a oferta pública de rede continuada de serviços que garantam oportunidades e ação profissional para a construção, restauração e fortalecimento de laços de pertencimento, de natureza geracional, intergeracional,

[1] A vulnerabilização é um processo marcado pela negligência, discriminação e exclusão vivenciadas pelas famílias, resultante da ação desigual ou da omissão do Estado. Assim, trata-se de uma construção social em que o Estado atua como um agente ativo na perpetuação desse fenômeno (Gomes, 2023).

familiar, de vizinhança e interesses comuns e societários, bem como o exercício capacitador e qualificador de vínculos sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade (Brasil, 2012).

Essa definição parte do princípio de que:

> […] a gestão da política de assistência social precisa realizar ações que permitam ao usuário apropriar-se, ou pôr em prática, uma capacidade de realização pessoal e social; e também torne mais fortes suas relações no âmbito da família, da vizinhança e das associações coletivas de representação de seus interesses, o que o torna conhecido e (re)conhecido nos seus lugares de vivência, circulação e atuação pública (Brasil, 2017, p. 9).

A Tipificação (Brasil, 2014) prevê o recorte das seguintes faixas etárias: de 0 a 6 anos; de 6 a 15 anos; de 15 a 17 anos; de 18 a 29 anos; de 30 a 59 anos; e idosos (a partir dos 60 anos). Também prevê o atendimento da dimensão material da vulnerabilidade – condições precárias ou privadas de renda e falta de acesso aos serviços públicos – e da sua dimensão relacional – características sociais e culturais (diferenças) que são desvalorizadas ou discriminadas negativamente (Brasil, 2017).

A política é inovadora por levar em conta aspectos subjetivos e não se limitar apenas às questões materiais. Ao focar no aspecto relacional, a política de assistência social chama atenção para a importância do afeto, do cuidado e das relações que são construídas cotidianamente, reconhecendo a felicidade e o cuidado como necessidades tão relevantes e concretas quanto a sobrevivência física e material (Brasil, 2017).

Sposati (2009) também destaca que “a assistência social se coloca no campo da defesa da vida relacional”. Para a autora, as agressões à vida relacional se caracterizam pelo isolamento, entendido como desproteções presentes nas “rupturas, nas expressões de violência, na ausência de cuidados, na desagregação”, assim como pela subordinação e pela exclusão social.

Nesse sentido, são compreendidos como processos de desproteção relacional as discriminações, os estigmas, a coerção, o medo, a violência, a ausência de liberdade, a ausência de autonomia e as restrições à dignidade (Sposati, 2009).

Como uma política pública criada para fornecer respostas às demandas sociais, as ações do SCFV foram desenvolvidas para exercer uma função preventiva e protetiva, de modo a reduzir as ocorrências de situações de vulnerabilidade social,

bem como resguardar-se da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência (Brasil, 2009).

Esse serviço se vincula diretamente com a dimensão relacional da vulnerabilidade, pois se propõe a constituir um espaço de trocas e compartilhamentos entre a comunidade, fortalecendo a noção de pertencimento, cidadania e cuidado.

Segundo dados do IBGE (2023), cerca de 31% da população se encontrava em situação de pobreza no Brasil em 2022. Os índices utilizados na pesquisa priorizam as dimensões materiais da vulnerabilidade. Infelizmente, ainda há uma grande lacuna nas pesquisas científicas quanto à obtenção de informação acerca da dimensão relacional. A complexidade desse conceito cria dificuldades na criação e operacionalização de índices quantitativos, os mais procurados para pesquisas de grande escala. Torres e Ferreira (2019) também defendem que tais demandas são pouco visíveis para a sociedade, que naturaliza as desigualdades e violências vividas pela população.

A dificuldade de mensuração se estende para a quantificação dos resultados das políticas públicas realizadas. As ações governamentais de médio e longo prazo, muitas vezes, exigem uma avaliação mais profunda e sensível, o que se torna oneroso e de baixo custo-benefício para a administração pública. O prejuízo se dá na dificuldade de comprovação da efetividade das ações em níveis qualitativos, resultando, muitas vezes, em uma diminuição de investimentos na área. Esse esforço torna-se ainda mais complexo ao tratar-se de serviços preventivos (Di Giusto; Ribeiro, 2019).

Sendo assim, a avaliação das repercussões da proteção ofertada pelo SCFV às famílias em situação de vulnerabilidade forneceria insumos aos formuladores e gestores de políticas sociais tanto para manutenção e ampliação dos aspectos funcionais do programa como para análise das necessidades de melhorias, indicando quais pontos merecem reforço na alocação de recursos e quais são os formatos de funcionamento mais interessantes para a população.

O Distrito Federal possui cerca de 40 unidades ofertantes do SCFV, entre unidades de execução direta e parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs). O atendimento para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos é um dos serviços com mais ofertas de vagas pela Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES) da unidade federativa, sendo 4.638 (quatro mil, seiscentos e trinta e oito) usuários em um total de 194 (cento e noventa e quatro) grupos. No entanto, há uma

escassez de publicações referentes às repercussões desse serviço no DF. As combinações “serviço de convivência × distrito federal” e “serviço de convivência × repercussões” não trouxeram resultados relevantes nos portais Periódicos CAPES e SciELO. Ressalta-se, porém, a dissertação de mestrado de Oliveira (2023), na qual foi analisada a oferta do SCFV entre a execução direta e a execução indireta.

A presente pesquisa objetiva preencher essa lacuna ao compreender as repercussões e os desafios do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos do Distrito Federal, na perspectiva das famílias atendidas e dos educadores sociais.

2 JUSTIFICATIVA

Ao explorar as repercussões do SCFV nas famílias participantes, esta pesquisa pretende analisar a atuação preventiva do Serviço em situações de vulnerabilidade, assim como seu papel no fortalecimento dos fatores de proteção social, essenciais para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e intervenção em casos de risco. Além disso, o estudo busca refletir sobre os desafios enfrentados pelo Serviço e suas potencialidades.

Tal intenção justifica-se pelo papel crucial que o SCFV desempenha na proteção e promoção do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Investigar as repercussões protetivas desse serviço significa analisar de que maneira ele contribui para a criação de ambientes seguros, estimulantes e propícios ao desenvolvimento físico, emocional e social das crianças e adolescentes atendidos e para o fortalecimento da rede comunitária.

Conforme visto em Prisco (2020, p. 505),

> O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) se configura como uma importante estratégia de garantia às famílias atendidas no âmbito da política de Assistência Social, possibilitando experiências de convívio familiar e comunitário, trocas culturais, vivências entre os usuários, com o objetivo de desenvolver seu sentimento de pertencimento e de identidade.

A pandemia de covid-19 trouxe desafios significativos para o SCFV, evidenciando a necessidade urgente de seu fortalecimento. Com as medidas de distanciamento social, houve um afastamento do público em situação de vulnerabilidade das atividades socioassistenciais coletivas, comprometendo o objetivo principal do serviço de fortalecer laços familiares e comunitários. Essa situação levou à adaptação das atividades para formatos virtuais e remotos, buscando manter o contato com os usuários, mas inevitavelmente alterando a dinâmica de convivência e interação social que é fundamental para o SCFV.

Paralelamente, observou-se um aumento na percepção da assistência social como um “balcão de benefícios”, em parte devido à implementação de medidas emergenciais como o Auxílio Emergencial (Braga, 2022; Constant, 2023). Embora essas ações tenham sido cruciais para mitigar os impactos econômicos da pandemia, elas também contribuíram para uma visão reducionista da assistência social, focada principalmente na transferência de renda. Esse cenário ressalta a importância de

reforçar o SCFV como um espaço de desenvolvimento de potencialidades, prevenção de riscos sociais e fortalecimento de vínculos, indo além da mera provisão de benefícios materiais.

Outro ponto importante é o fato de que a situação de vulnerabilidade social muitas vezes se conecta com situações de discriminações, o que dificulta o processo de participação das famílias nessa circunstância. Minuchin, Nichols e Lee (2009) revelam que muitas famílias em situação de vulnerabilização sofrem processos de culpabilização pelas suas condições socioeconômicas, fortalecendo a sua marginalização e o negligenciamento de suas necessidades, perpetuando o ciclo de desigualdade. A invisibilidade social intensifica a vulnerabilidade, pois impede a criação de políticas públicas eficazes e a mobilização de recursos para combater as raízes do problema. Para verdadeiramente abordar a vulnerabilidade social, é essencial trazer à luz a existência desses grupos marginalizados, vulnerabilizados pelo Estado, garantindo que suas histórias sejam contadas e suas necessidades atendidas.

Em suas avaliações, por meio da análise institucional das entidades assistenciais cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em um município de São Paulo, Benelli (2021, p. 9) concluiu que:

> Apesar de haver instituída no país uma política nacional voltada aos direitos de crianças e adolescentes, o que se observa nesse município é que, sobretudo, dado que o financiamento – quando existe – está no limite da precariedade, o atendimento assistencial permanece mais num plano simbólico, pois na prática se revela focalizado, pontual, fragmentário e insuficiente.

O autor encontrou um cenário em que os serviços socioassistenciais se “limitam a gerir os problemas sociais, de modo muito incipiente, mas operativo” Benelli (2021), sem a promoção de pensamentos reflexivos, críticos e promotores de transformações. Para o autor, há um grande desafio em tornar as políticas públicas brasileiras instrumentos garantidores e propiciadores de direitos de cidadania. A avaliação de Benelli (2021) demonstra a importância do monitoramento e controle social acerca do que está sendo proposto para a população brasileira, bem como as lacunas entre os resultados esperados pelas políticas e os resultados entregues de fato.

O autor cita, por fim, que “Quando consideramos a condição de cidadãos de crianças e adolescentes pobres, torna-se possível concluir que não há nada mais

terapêutico em termos de produção de cidadania do que a política.” (Benelli, 2021, p. 13).

Sendo assim, os resultados da pesquisa podem subsidiar a formulação e o aprimoramento de políticas públicas voltadas para a infância e adolescência, tendo em vista que o embasamento científico fortalece argumentos para a alocação de recursos e a implementação de ações que ampliem o acesso da população, assim como a qualidade do serviço ofertado, de acordo com suas previsões normativas.

Mendonça (2002, p. 120) define que:

> O desafio que fica para as agências que executam a política de atendimento é expandir formas alternativas e mais democráticas de agir, que reforcem mais os vínculos institucionais dos jovens e trabalhem a iniciativa do indivíduo, para que ele elabore projetos para seu próprio desenvolvimento, além de valorizar a livre escolha e manifestação da vontade do jovem […].

Nesse sentido, a pesquisa justifica-se ainda por ofertar os insumos necessários para os profissionais que atuam diretamente com crianças e adolescentes, como assistentes sociais, psicólogos e educadores, para aprimorar suas práticas e orientar ações mais eficazes e personalizadas, considerando as necessidades específicas de cada grupo atendido e o potencial transformador que se pretende alcançar.

Por fim, a presente pesquisa se justifica pela necessidade de integrar os conhecimentos teóricos sobre o SCFV com a realidade social da população vulnerabilizada. Ao analisar as repercussões e desafios do SCFV na perspectiva das famílias atendidas e dos educadores sociais, este estudo busca prover à sociedade e aos formuladores de políticas públicas os mecanismos necessários para prevenção e resolução de problemáticas sociais. Ao identificar potencialidades e limitações do serviço, o estudo pode contribuir para o refinamento das estratégias de intervenção, assegurando que o SCFV continue a evoluir como uma ferramenta efetiva no combate à vulnerabilidade social e na promoção da cidadania.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Compreender as repercussões e os desafios do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no atendimento de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos do Distrito Federal, na perspectiva das famílias atendidas e dos educadores sociais.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Analisar as repercussões alcançadas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na perspectiva das famílias atendidas pelo programa;
b) Analisar as repercussões alcançadas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na perspectiva dos educadores sociais;
c) Identificar os desafios e potencialidades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na perspectiva das famílias;
d) Identificar os desafios e potencialidades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na perspectiva dos educadores sociais;
e) Gerar informações para fortalecer a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos.

4 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura teve como objetivo realizar um mapeamento das pesquisas realizadas sobre a temática do SCFV nos últimos anos e permitir a discussão dos resultados desta pesquisa com trabalhos anteriores.

A pesquisa foi realizada no Portal de Periódicos Capes e na base de dados SciELO. Na primeira busca, foram utilizadas as palavras-chave: “serviço de convivência e fortalecimento de vínculos”, “crianças” e “adolescentes”, a qual resultou em 14 artigos no Portal de Periódicos Capes e apenas 1 artigo na SciELO. Em busca de abranger uma literatura maior, foi realizada a busca apenas pela palavra-chave “serviço de convivência e fortalecimento de vínculos”, a qual resultou em 40 artigos no portal da Capes e 4 artigos na SciELO. Foram analisados os artigos produzidos nos últimos 5 anos (2019-2024), resultando em 21 trabalhos. Desses, 7 artigos tratavam do público de pessoa idosa, 1 tratava do público feminino adulto e 4 avaliavam a atuação de um profissional específico, como pedagogo ou psicólogo, no SCFV. Sendo assim, restaram 9 artigos que abordaram o SCFV com ênfase na população de crianças e adolescentes.

Dos artigos analisados, percebe-se o predomínio da abordagem metodológica qualitativa, com apenas um artigo com modelagem quali-quanti (Souza; Panúncio-Pinto; Fiorati, 2019). Percebe-se também a variedade de instrumentos utilizados para a coleta de dados, desde entrevistas semiestruturadas (Luz; Natali; Müller, 2021; Souza; Panúncio-Pinto; Fiorati, 2019; Teles; Amaral, 2019) a intervenções grupais (Gomes; Maheirie; Corrêa, 2022), observações sistemáticas (Martinello; Trevisol Neto, 2019), dentre outros. Destaca-se também a presença das crianças e adolescentes como participantes em sete dos nove artigos avaliados.

Os artigos estão bem distribuídos entre os períodos analisados, destacando-se o ano de 2019 com maior concentração de publicações (Martinello; Trevisol Neto, 2019; Souza; Panúncio-Pinto; Fiorati, 2019; Tele; Amaral, 2019). Ressalta-se, no entanto, que entre 2019 e 2021 houve a pandemia de covid-19, dificultando os procedimentos de pesquisa.

Quantos aos objetivos apresentados, apenas um trabalho objetivou analisar o serviço de maneira abrangente (Teles; Amaral, 2019). As demais produções focaram em análises de intervenções (Gomes; Maheirie; Corrêa, 2022; Luz; Natali; Müller, 2021; Martinello; Trevisol Neto, 2019; Oliveira; Cecílio; Ribeiro; Scorsolini-Comin,

2020) ou especificidades do SCFV (Carlos; Silva, 2022; Sestren; Bueno, 2024) e do seu público-alvo (Silva, 2023; Souza; Panúncio-Pinto; Fiorati, 2019).

Como resultados, destacam-se os achados de Souza, Panúncio-Pinto e Fiorati (2019), em que “foi identificado um sofrimento emocional por parte das crianças e adolescentes, negligenciado pela família, escola e Estado.”. Os autores concluem pela “necessidade de uma maior atenção aos grupos sociais vulneráveis a partir da formulação e implementação de políticas públicas, de programas de desenvolvimento social e ações efetivas do Estado e sociedade civil”.

Teles e Amaral (2019) ressaltam o papel do educador social em seus achados, relatando que “a relação entre o educador social e o socioeducando foi fundamental para que houvesse a compreensão e a mudança de postura do adolescente.”. As autoras também apontam as dificuldades burocráticas de manutenção dos projetos desenvolvidos nos SCFVs como um dos pontos desafiadores para a execução do serviço.

Por fim, destacam-se os achados de Silva (2023, p. 1), em que foi observado que:

> […] o serviço de SCFV foi, para esse segmento, um espaço de busca de políticas de assistência social sendo, em sua essência, o SCFV um espaço de convivência, cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia do público atendido.

5 QUADRO TEÓRICO

5.1 DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

O Direito à Convivência Familiar e Comunitária é um direito fundamental das crianças e adolescentes, previsto pela Constituição Federal de 1988 (CF/88) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990).

O surgimento desse direito está vinculado ao histórico de institucionalização de jovens que o Brasil enfrenta desde o seu descobrimento. Ao analisar as práticas realizadas no Brasil Império, observa-se uma atuação vinculada às instituições religiosas. Nessa época, as crianças pobres ou indesejadas eram deixadas nas instituições por meio da Roda dos Expostos – mecanismo da época para evitar que as crianças fossem abandonadas nas ruas. Já nesse período inicial é possível ressaltar que a cor e a condição socioeconômica das famílias impactavam profundamente o perfil das crianças que eram entregues às instituições, em sua grande maioria pardas ou pretas e de classe econômica baixa, em situação de pobreza ou extrema pobreza (Rizzini; Rizzini, 2004; Santos *et al*., 2009).

Logo em seguida, no Brasil República, vemos o Estado começar a intervir na proteção da criança e do adolescente, mas com vistas a institucionalizar e a transformá-los em cidadãos preconcebidos pelos ideais da época, também sem levar em conta os interesses e opiniões dos próprios adolescentes. Essa época é marcada pela diferenciação entre o “menor” e a “criança” e pela política higienista de retirar as crianças pobres das ruas (Rizzini; Rizzini, 2004; Santos *et al*., 2009).

Rizzini e Rizzini (2004) esclarecem que o menor abandonado, que era assim classificado por não ter pais ou pela incapacidade da família de oferecer as condições adequadas de cuidado, começou a receber no século XX uma forte presença do Estado no planejamento e na implementação das suas políticas públicas.

Na Ditadura Militar, o movimento higienista é reforçado. São criadas as FEBEM, baseadas na FUNABEM, onde as crianças e os adolescentes passam pela institucionalização e novamente são tratados como “um problema a se resolver” por meio de um papel corretivo do Estado (Santos *et al*., 2009).

De acordo com levantamentos de Rizzini e Rizzini (2004), de 1967 até junho de 1972 foram recolhidas cerca de 53 mil crianças, a maioria procedente das favelas cariocas, dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. O

recolhimento de crianças às instituições de reclusão foi o principal instrumento de assistência à infância no país nesse período (Rizzini; Rizzini, 2004).

É apenas com a promulgação da Constituição de 1988 que o Estado passa a assumir seu papel efetivamente protetivo, entendendo que a criança em situação de pobreza ou outra vulnerabilidade social é uma falha do próprio Estado. Até então, pairava a noção de que as famílias eram responsáveis pela “má-criação” dos filhos. Como bem pontuado por Rizzini e Rizzini (2004), “A ideia de proteção à infância era antes de tudo proteção contra a família”.

Ainda segundo levantamentos da autora, grande parte das crianças institucionalizadas estava na idade escolar, entre 7 e 13 anos. Conforme a autora menciona, as famílias “buscavam internar os filhos em idade escolar, desejando um local seguro onde os filhos estudam, comem e se tornam gente. A preocupação era a de garantir a formação escolar e profissional dos filhos” (Rizzini; Rizzini, 2004).

Percebe-se que as famílias depositavam uma certa confiança no sistema governamental e que tinham boas pretensões com relação aos filhos, o que não era correspondido pelas instituições.

É a partir de 1980 que a população brasileira passa a pressionar o Estado para a criação de políticas públicas que adotem a “proteção integral” de crianças e adolescentes em detrimento da adoção da política da “situação irregular”. Esse movimento teve como consequência a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 e a criação do Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente em 2006.

Nesse mesmo ínterim, a Constituição Federal de 1988 dá à Assistência Social o *status* de política pública. O histórico dessa política muito se aproxima do histórico das políticas públicas para crianças e adolescentes no Brasil. Assim como as crianças, a assistência social foi abarcada pelas instituições religiosas em seu surgimento. Funcionando ainda como uma forma de “caridade” ou “voluntariado”, a assistência aos mais necessitados não se constituiu como um dever do Estado, com *status* de política pública, até a promulgação da CF de 1988. Apenas em 1993, com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a política começa a ser mais bem estruturada. Em 2004 e 2005, tem-se a criação da Política Nacional da Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), respectivamente, e o fortalecimento da Assistência como um direito.

A normatização da política de assistência social surge como um ganho às causas sociais debatidas no Brasil. Calcada no princípio não contributivo e de prestação a quem dela necessitar, a Política possui como objetivo primeiro prover os mínimos sociais, por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (Brasil, 1992).

O art. 227 da CF/88 implementa o regime de proteção integral à criança e ao adolescente ao determinar que:

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988, p. 118).

No entanto, para além da normatização, era importante criar mecanismos e instrumentos de implementação prática para as proteções previstas no artigo acima. Em 1990, o ECA é divulgado e dispõe em seu Artigo 19 que “É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral” (Brasil, 1990, p. 5).

A partir desse momento, a abordagem de cuidado em relação a crianças e adolescentes transcende a visão de que o Estado deve estabelecer diretrizes para a educação desses jovens, passando a adotar a perspectiva de que o papel do Estado é fortalecer as famílias, capacitando-as para oferecer o apoio necessário ao seu desenvolvimento sadio.

O Direito à Convivência Familiar e Comunitária é o conceito basilar dessa mudança de paradigma. Entende-se que a criança e o adolescente precisam da convivência com seus familiares, vizinhos e pares para o fortalecimento da cultura local, dos hábitos familiares e dos vínculos afetivos e para o amadurecimento de sua personalidade, de modo protegido e amparado por aqueles que os amam.

Torres (2013) aprofunda o debate acerca da convivência familiar e comunitária, olhando sob o prisma da garantia desse direito enquanto uma forma de garantia da proteção social das famílias. Nesse ponto, a autora discute sobre o impacto da perspectiva neoliberalista que valoriza os ganhos individuais em detrimento dos

ganhos coletivos e os impactos dessa compreensão na aplicação do direito de convivência.

Nesse sentido, percebe-se que a concepção neoliberalista em muito influi nas políticas públicas, especialmente quanto à assistência social. Nos últimos anos e principalmente no governo de extrema direita vivido no Brasil entre 2019 e 2022, a Assistência Social enfrentou tentativas de esvaziamento e retorno à lógica assistencialista (Da Silva, 2024). O projeto ideológico é de retorno à responsabilização individual pelas condições de desproteção (Torres, 2013).

Para além da tentativa de desresponsabilização do Estado pela proteção social das famílias, a lógica neoliberalista também ataca diretamente o conceito de família adotado pelas políticas ao defenderem pautas morais conservadoras (Da Silva, 2024). Essa abordagem reforça o modelo tradicional de família nuclear-burguês, no qual o homem é o provedor e a mulher é a cuidadora primária, perpetuando desigualdades de gênero e limitando as oportunidades das mulheres para além do âmbito familiar (Carloto; Nogueira, 2018).

Esse modelo alimenta também a invisibilização e a desvalorização do trabalho de cuidado realizado pelas mulheres, em especial em situação de vulnerabilização (Fraser, 2020).

O Direito à Convivência Familiar e Comunitária articula-se à desconstrução desse modelo familista, que naturaliza a divisão sexual do trabalho e transfere para o âmbito privado responsabilidades coletivas, aprofundando desigualdades de gênero e classe. O fortalecimento de equipamentos públicos que socializem o cuidado além da esfera familiar estimula a superação do familismo neoliberal, que naturaliza a família como instância primária de proteção.

Sendo assim, o Direito à Convivência Familiar e Comunitária atua como uma ferramenta de luta pela proteção social. Tal concepção amplia a noção de proteção ao fortalecer as relações coletivas e a tomada de consciência acerca das demandas comuns.

5.2 PERCURSO NORMATIVO DO SUAS

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi criado em 2005 e surge como um ganho às causas sociais debatidas no Brasil. Como mencionado, desde o período colonial, havia ações para o cuidado com as crianças órfãs ou em situação de pobreza.

No entanto, esses cuidados estavam vinculados ao assistencialismo, a práticas de caridade e, principalmente, a atuações religiosas.

Com o passar dos anos e com as lutas dos movimentos sociais, foi se estruturando uma política de atendimento às necessidades básicas da população em situação de vulnerabilidade. É a partir da Constituição Federal de 1988 que a Assistência Social recebe a devida importância, sendo englobada na Seguridade Social do país, ao lado da Saúde e da Previdência Social.

O seu percurso normativo se inicia com a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em 1992, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Em 2004, é formulada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Por fim, em 2005 surge a NOB-SUAS, que cria e define as Normas Operacionais Básicas do SUAS. Em 2012, a NOB-SUAS é reeditada e estabelece em seu primeiro artigo:

> 1º A política de assistência social, que tem por funções a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos, organiza-se sob a forma de sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social - SUAS (Brasil, 2012, p. 16).

Como se pode observar no artigo em destaque, a assistência social possui três funções essenciais para sua implementação, são elas:

a) proteção social – refere-se às ações voltadas para resguardar os cidadãos contra riscos pessoais e sociais inerentes aos ciclos de vida e/ou atender necessidades sociais geradas em diferentes momentos e contextos históricos relacionadas a uma multiplicidade de situações conjunturais e estruturais, individuais ou coletivas (Brasil, 2008);
b) vigilância socioassistencial – desenvolvimento da capacidade e de meios de gestão assumidos pelo órgão público gestor da Assistência Social para conhecer a presença das formas de vulnerabilidade social da população e do território pelo qual é responsável (Brasil, 2004);
c) defesa de direitos – consubstancia a efetiva possibilidade de conhecimento e acesso dos usuários aos seus direitos e à sua fruição, bem como os benefícios assistenciais concretizam direitos no campo da assistência social (Brasil, 2008).

Nesse ponto, destaca-se a proteção social como uma das principais entregas da Política de Assistência Social e que busca entendê-la para além da proteção

puramente de renda, ampliando o entendimento para as situações conjunturais e estruturais, individuais e coletivas vivenciadas pelas famílias vulnerabilizadas (Brasil, 2008; Torres, 2009).

Tal perspectiva é registrada também nos objetivos da PNAS (Brasil, 2004), que preveem:

I. prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem;
II. contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural;
III. assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família e que garantam a convivência familiar e comunitária.

Trata-se, portanto, de um entendimento que a proteção social se dá por meio de uma rede integrada de serviços, programas e projetos, além dos benefícios, que visam promover e fortalecer as capacidades familiares. Essa abordagem holística reconhece a complexidade das necessidades sociais e busca oferecer um suporte abrangente e articulado às famílias.

Sendo assim, a Assistência Social no Brasil é organizada por meio de dois eixos de atuação, previstas pela PNAS (Brasil, 2004):

a) Proteção Social Básica – atuação com objetivos de prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos-relacionais e de pertencimento social (Brasil, 2004). A unidade responsável pela execução da Proteção Social Básica é o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS);
b) Proteção Social Especial – é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. São serviços que requerem acompanhamento individual e maior

flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada (Brasil, 2004). A unidade de entrada para a Proteção Social Especial é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Para a execução dessas proteções, a PNAS (Brasil, 2004) prevê a observância dos seguintes princípios:

I. supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
II. universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
III. respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
IV. igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
V. divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

É importante retomar o fato de que o surgimento do SUAS se dá em um momento posterior à Ditadura Militar ocorrida no Brasil, quando a população teve o acesso aos direitos básicos restrito, além das inúmeras violações ocorridas. Foi após esse período que as legislações de Assistência Social foram formuladas e, na intenção de fortalecê-las, o legislador reforçou, por meio dos princípios, diretrizes e objetivos, as bases fundantes da Política de Assistência Social. O que para alguns pode parecer repetitivo, para a época foi uma necessidade justificada.

Sendo assim, registram-se as seguintes diretrizes previstas na PNAS (Brasil, 2004):

I. descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações

em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;

II. participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III. primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;

IV. centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

Por meio da análise das diretrizes, é possível perceber como o conceito de território é imprescindível para a execução da Política. É através da produção de informações e do reconhecimento das particularidades de cada território que a política é pensada e repensada. Desde já, registra-se uma das principais justificativas para a implementação de uma função de Vigilância Socioassistencial (VS) bem fortalecida e abrangente, como indicado no Caderno de Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial:

> A identificação dos distintos graus de vulnerabilidade dos diferentes territórios no âmbito dos municípios, dos estados e do país é absolutamente fundamental para que possamos planejar e priorizar as ações voltadas aos territórios mais vulneráveis. Contudo, também se faz necessário desenvolver métodos e meios para identificar quais famílias se encontram em maior vulnerabilidade no interior de cada território. Se precisamos conhecer e reconhecer as diferenças e desigualdades que distinguem os territórios, igualmente necessitamos conhecer as singularidades das famílias e, por consequência, reconhecer os distintos graus de vulnerabilidades das famílias que habitam um mesmo território. A identificação dessas famílias e a inclusão das mesmas nos serviços, programas, projetos ou benefícios do SUAS materializa grande parte dos objetivos da Vigilância Socioassistencial, tornando real a contribuição dessa área para a efetivação da proteção social e dos direitos sociossistenciais (Brasil, 2013b, p. 12).

Desde sua promulgação, a LOAS (Brasil, 1993) preconiza a questão das crianças e adolescentes como um de seus principais objetivos:

> Art. 2º A assistência social tem por objetivos:
> […]
> b) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
> c) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; […]

E aponta que as diretrizes da realização dessa proteção e amparo devem ser baseadas nas seguranças de:

a) acolhida – provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especial;
b) renda – operada por meio da concessão de auxílios financeiros e da concessão de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho;
c) convívio ou vivência familiar, comunitária e social – exige a oferta pública de rede continuada de serviços que garantam oportunidades e ação profissional para:
   – a construção, a restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento, de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança e interesses comuns e societários;
   – o exercício capacitador e qualificador de vínculos sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade;
d) desenvolvimento de autonomia – exige ações profissionais e sociais para:
   – o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício do protagonismo, da cidadania;
   – a conquista de melhores graus de liberdade, respeito à dignidade humana, protagonismo e certeza de proteção social para o cidadão e a cidadã, a família e a sociedade;
   – conquista de maior grau de independência pessoal e qualidade, nos laços sociais, para os cidadãos e as cidadãs sob contingências e vicissitudes;
e) apoio e auxílio – quando, sob riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílios em bens materiais e em pecúnia, em caráter transitório, denominados de benefícios eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos.

Analisando as seguranças ofertadas, percebe-se o rompimento definitivo com a lógica da institucionalização por meio da garantia do convívio familiar e social e nota-se o fortalecimento da atuação preventiva do Estado em oposição à noção corretiva, conceitos basilares para o desenvolvimento do SCFV.

5.3 SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV)

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um serviço referenciado ao CRAS, unidade de execução da proteção social básica, e é realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de acordo com o ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social.

Segundo a Tipificação Nacional, o SCFV é uma:

> Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. Deve prever o desenvolvimento de ações intergeracionais e a heterogeneidade na composição dos grupos por sexo, presença de pessoas com deficiência, etnia, raça, entre outros (Brasil, 2014, p. 16).

Para cada faixa etária, há objetivos detalhados. Para as crianças de 0 a 6 anos, a normativa prevê o reconhecimento das condições e capacidades inerentes a esse intervalo de idade. Sendo assim, prevê atividades que envolvam a experiência lúdica, o brincar e as vivências artísticas para desenvolver a convivência, fortalecer os vínculos familiares e comunitários e garantir as seguranças acima mencionadas. As atividades podem ser desenvolvidas com gestantes, crianças e seus grupos familiares (Brasil, 2014).

Já para a faixa de 6 a 15 anos, o foco do serviço está em ofertar um espaço de convivência, formação para a participação e cidadania e desenvolvimento do protagonismo e da autonomia de crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. As intervenções também devem levar em conta o interesse dos jovens e utilizar as experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão. O grupo envolve as crianças e adolescentes e devem priorizar os casos em que há vivências de violação de direitos, como o trabalho infantil. O grupo deve favorecer experiências de desenvolvimento de sociabilidade e interação e agir na prevenção dos riscos sociais (Brasil, 2014).

A faixa etária de 15 a 17 anos também foca no fortalecimento da convivência familiar e comunitária dos jovens, mas com grande ênfase no quesito escolar. O grupo deve favorecer o retorno à escola, no caso de jovens que estão em abandono escolar, e fortalecer a participação e frequência dos jovens estudantes. Além disso, as atividades devem estimular a participação cidadã, abordar questões relevantes sobre a juventude e auxiliar na formação para o mundo do trabalho. De acordo com a Tipificação Nacional,

> as atividades também devem desenvolver habilidades gerais, tais como a capacidade comunicativa e a inclusão digital de modo a orientar o jovem para a escolha profissional, bem como realizar ações com foco na convivência social por meio da arte-cultura e esporte-lazer (Brasil, 2014, p. 17).

Há também a previsão de grupos para jovens de 18 a 29 anos, cujo foco é:

> […] o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, na proteção social, assegurando espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo, de modo a desenvolver a sua convivência familiar e comunitária (Brasil, 2009, p. 17).

E os grupos para adultos de 30 a 59 anos, que buscam:

> Contribuir para a ampliação do universo informacional, artístico e cultural, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades para novos projetos de vida, propiciar sua formação cidadã e detectar necessidades e motivações, habilidades e talentos, propiciando vivências para o alcance de autonomia e protagonismo social, estimulando a participação na vida pública no território, além de desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo (Brasil, 2009, p. 17).

Infelizmente, a oferta desses grupos é mais rara na realidade da assistência social, pois a busca desse público ainda é menor. A faixa etária coincide com o momento de busca de autonomia financeira e acesso à renda por meio dos trabalhos formais e informais, o que diminui a quantidade de tempo disponível dos usuários. Além disso, no DF, os SCFVs não têm previsão de abertura regular aos finais de semana e o seu horário de funcionamento é até as 18:00 horas, obstando o que poderiam ser alternativas à falta de disponibilidade dos adultos durante os dias úteis e o horário de expediente.

Por fim, tem-se o serviço para idosos. Esse grupo tem por foco o favorecimento do envelhecimento saudável, o desenvolvimento da autonomia e o fortalecimento dos

vínculos familiares e comunitários, além de buscar prevenir as situações de risco social. Como nos outros grupos, a intervenção deve respeitar as características, os interesses e as demandas dessa faixa etária. Também devem ser utilizadas experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer para a expressão, interação e proteção social. As vivências devem valorizar as experiências dos idosos e estimular e potencializar a condição de escolher e decidir (Brasil, 2014).

Por meio da análise dos objetivos para cada grupo, é possível verificar que o SCFV busca desempenhar um papel fundamental na superação das vulnerabilidades sociais, promovendo a inclusão social, o fortalecimento do indivíduo e da comunidade, bem como o desenvolvimento humano. Esse serviço foi elaborado com a intenção de auxiliar no processo de prevenção e superação de vulnerabilidades, como o isolamento social, a falta de apoio emocional, as negligências e violências intrafamiliares, juntamente com as ações e ofertas do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), realizado na Proteção Básica.

Nesse contexto, os serviços de convivência surgem como espaços estratégicos de intervenção, buscando proporcionar ao território a oferta de um serviço acolhedor e promotor de troca de experiências, aprendizado mútuo e construção de relações saudáveis. Ao promover a interação social, esses serviços contribuem para a redução do isolamento e para a formação de redes de apoio, elementos essenciais na superação de desafios individuais e coletivos.

Através de atividades e programas direcionados, esses serviços incentivam a participação ativa das famílias, fortalecendo os laços afetivos e proporcionando um ambiente favorável ao desenvolvimento saudável de crianças, jovens e adultos.

Outro fator que merece destaque é o fato de o SCFV focar em ações para o futuro, pois investir no fortalecimento de vínculos sociais representa um caminho para a prevenção de diversas problemáticas sociais. Ao proporcionar educação, cultura, lazer e apoio emocional, esses serviços contribuem para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e engajados em suas comunidades, reduzindo a probabilidade de perpetuação de ciclos de vulnerabilidade.

Em suma, o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos se apresenta como uma ferramenta estratégica no combate às vulnerabilidades sociais.

5.4. TEORIA DA COMPLEXIDADE – EDGAR MORIN

Nesse ponto, implica relacionar a base espistemiológica da pesquisa com a Teoria da Complexidade de Edgar Morin, no sentido em que a pesquisa, assim como o pensamento complexo proposto por Morin, busca superar a fragmentação e simplificação do conhecimento, reconhecendo a interconexão e multidimensionalidade dos fenômenos (Morin, 2015). Isso se reflete na abordagem holística adotada na pesquisa, que considera não apenas os aspectos materiais da vulnerabilidade social, mas também sua dimensão relacional e subjetiva.

Essa perspectiva permite uma compreensão mais abrangente e integrada dos desafios enfrentados pelas famílias atendidas pelo SCFV, evitando reducionismos simplistas. Nesse sentido, a pesquisa busca também abraçar a incerteza e a complexidade ao reconhecer os desafios e limitações do serviço, buscando compreender as nuances e contradições inerentes a um sistema complexo como as políticas públicas, em especial, a Política de Assistência Social.

A obra de Edgar Morin surge como um contraponto ao reducionismo científico tradicional, propondo uma leitura teórica que não apenas reconhece, mas integra a contradição como base do conhecimento. Seu pensamento complexo demonstra a insuficiência dos modelos lineares para compreender sistemas vivos e sociais, em que ordem e desordem coexistem em tensão criativa (Estrada, 2009; Pimenta, 2013).

Nesse caminho, o conceito hologramático de Morin desmonta a dicotomia entre individual e coletivo. Essa perspectiva fundamenta a análise de fenômenos sociais contemporâneos, como na política de assistência social, por exemplo. As políticas públicas não devem ser compreendidas como meras somas de ações setoriais, mas como ecossistema onde interagem fatores econômicos, culturais, afetivos e históricos em relações recursivas (Estrada, 2009; Morin, 2015; Pimenta, 2013).

Sendo assim, analisar as repercussões causadas pelo SCFV na vida das famílias vulnerabilizadas implica fazer uma leitura ampliada e integrada, levando em consideração os fatores macro e microssociais que impactam diariamente suas histórias. Ao considerar todo o contexto histórico da institucionalização de crianças no Brasil e a evolução das políticas públicas, o estudo busca demonstrar uma visão

sistêmica e contextualizada, alinhada com o pensamento complexo que enfatiza a importância de compreender os fenômenos em seu contexto mais amplo.

Além disso, as análises sociais acerca do conceito de família em que a política e a pesquisa se apoiam - como será visto a seguir - bem como a tentativa de caracterizá-las, também corresponde ao anseio de apresentar a conjuntura macrossocial em que essas famílias estão inseridas.

Para além dessa questão, percebe-se que a noção de entropia-neguentropia, apresentada por Morin, também busca compreender como sistemas sociais “se alimentam” de desordem para gerar novas ordens (Estrada, 2009; Morin, 2015; Pimenta, 2013). A visão do autor desafia a visão de planejamento social como um processo controlável. Na prática, isso implica reconhecer que crises não são incomuns e devem ser tratadas como potencialidades do tecido social.

Nesse sentido, a análise das potencialidades e repercussões do SCFV, bem como seus desafios e limitações, reflete uma abordagem que busca integrar diferentes perspectivas e reconhecer a complexidade das interações entre o serviço, as famílias e a comunidade.

5.5 DEFINIÇÃO DE FAMÍLIA NO CAMPO DA POLÍTICA PÚBLICA

Nesse tópico será discutido qual perspectiva familiar é adotada pela Política de Assistência, a qual será igualmente incorporada como referencial teórico desta pesquisa.

A CF/88, assim como o ECA, adota como definição de família “a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.”. Apesar de ser um conceito mais objetivo, a CF adota uma visão mais global sobre as relações familiares. Portanto, não limita a formação da família apenas às relações de consanguinidade e deixa clara a igualdade de direitos e proteções devidas aos filhos, seja em casos de adoção ou havidos ou não dentro do casamento.

O ECA ainda explana sobre o conceito de família ampliada como “aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade” (Brasil, 1990, p. 8).

O Brasil (2006) acrescenta também o conceito de “redes sociais de apoio”, constituídas pelas relações de apadrinhamentos, vizinhança, amizade ou outras correlatas e que estabelecem relações de cuidado não formalizadas, mas intensamente significativas para a família e para a criança ou adolescente. Esse conceito é basilar para o entendimento do direito à convivência familiar e comunitária, pois permite a ampliação da rede de apoio da criança e do adolescente para além do núcleo familiar mais próximo e ressalta a importância da qualidade do vínculo em virtude da relevância do aspecto consanguíneo.

Para o Cadastro Único, principal instrumento de operacionalização das políticas sociais brasileiras, a família se define como “unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por ela, todas moradoras em um mesmo domicílio.” (Brasil, 2017b, p. 23).

Nesse instrumento, a definição ganha um aspecto econômico, tendo em vista ser essa a base de ordenação das famílias. No entanto, ainda guarda a conotação afetiva e relacional, já que não impõe o caráter consanguíneo.

A PNAS (Brasil, 2004) apresenta uma definição mais aprofundada do conceito familiar. Nessa política, a Matricialidade Sociofamiliar é colocada como eixo estruturante de sua concepção. A própria política faz uma leitura crítica da realidade brasileira e das pressões e cobranças colocadas sobre as famílias para provimento da sobrevivência, criação e cuidado de seus membros, mesmo em condições de fragilidade e em níveis acentuados de desigualdade social. Assim sendo, a política prevê que é:

> […] primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida (Brasil, 2004, p. 41).

Como visto, a mudança de paradigma acerca do cuidado da família foi conquistada somente após a Constituição de 1988, após muitos debates e a exposição crescente dos processos de exclusão social gerados pela má distribuição de renda, que impossibilitava a família de assumir sua posição protetiva. Juntamente com esse processo, as discussões acerca do conceito de família também foram renovadas, saindo da lógica reprodutiva e religiosa e entrando na seara das teorias sistêmicas e integralizadoras.

A PNAS (Brasil, 2004) define como família o “conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade”. Ao analisar o conceito adotado, percebe-se que os papéis de cuidadores principais, antes delegados aos pais e mães, agora podem ser realizados por outras figuras familiares ou, até mesmo, sem vínculo sanguíneo. A família passa a ser definida pelo critério de afinidade e proximidade e pelo critério relacional, e não mais apenas pelo critério biológico.

A desconstrução do conceito familiar focalizado nos critérios biológicos e heteronormativos ocorreu pelas mudanças dos hábitos e modos de vida dos brasileiros. A posição da mulher de eixo estruturante familiar, muitas vezes como mães solos, e a busca por direitos iguais pelas famílias homoafetivas contribuíram para a atualização da definição. O debate ainda não está findo, pois as mudanças são constantes e cada vez mais intensas.

Percebe-se que, durante a elaboração da PNAS, a luta era para proporcionar mais espaços de protagonismo feminino no âmbito familiar, antes decidido única e exclusivamente pelo homem, único habilitado para falar em nome da família. Esse tipo de perspectiva silenciava as famílias monoparentais chefiadas por mulheres, já que não tinham suas demandas sequer explanadas. Outro desafio era a autonomia financeira feminina, que até então não possuía nenhum incentivo de entrada no mercado de trabalho e sofria violências patrimoniais constantemente.

Apesar de a sociedade brasileira ainda apresentar casos como os descritos acima, já houve um avanço significativo das questões de empoderamento feminino, principalmente quanto à entrada no mercado de trabalho. No entanto, o planejamento de políticas públicas não acompanhou as novas configurações apresentadas, e hoje as mulheres se encontram com novos desafios. A entrada no mercado de trabalho foi fortalecida, porém, as demandas relacionadas ao cuidado do lar e dos membros familiares não foram redirecionadas. A rotina tripla de trabalho feminino, como profissional, cuidadora do lar e cuidadora dos membros familiares, ainda não obteve o olhar atencioso que merece ter nas políticas públicas. Esse aspecto é ainda mais crítico nas famílias em situação de vulnerabilidade social, pois dependem de redes de apoio institucionais e não encontram a oferta de serviços adequada, resultando em novas violações de direitos e limitação de sua autonomia.

5.6 DESCRIÇÃO DO PERFIL FAMILIAR ATENDIDO NOS SERVIÇOS SOCIAIS

O público-alvo das políticas sociais são as famílias em situação de risco e vulnerabilidade social. O conceito de risco social é utilizado na política de assistência social como probabilidade ou iminência de ocorrência de um evento que desestabilize as condições familiares. E, consequentemente, está articulado com a disposição ou capacidade de antecipar-se para preveni-lo ou de organizar-se para minorar seus efeitos, quando não é possível evitar sua ocorrência (Brasil, 2013b). Apesar de ser um aspecto considerado em todas as normativas e publicações de Assistência Social, risco social não é claramente conceituado em nenhuma delas.

As publicações focam na operacionalização do conceito, entendendo que, para tanto, há a necessidade de enfrentamento do Estado de maneira preventiva. No entanto, não se propõe a oferecer uma delimitação do que seria risco social. O conceito é complexo, já que abrange circunstâncias sociais para além da questão econômica. Apesar de se falar em “evento”, há condições que, por si só, carregam riscos sociais diante da sociedade atual. Aqui se enquadram as questões de gênero, as questões raciais, as de orientações sexuais, de idade, entre outros aspectos.

Similar situação ocorre com o conceito de vulnerabilidade social. A PNAS (Brasil, 2004) não fornece um conceito bem delimitado e claro quanto à vulnerabilidade social, mas define os seguintes grupos como vulneráveis e em risco social: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, culturais e sexuais; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (Musial; Marcolino-Gali, 2019).

Entende-se que são grupos passíveis de terem os seus direitos negligenciados pela sociedade e pelo Estado e que estão sujeitos a passar por processos de exclusão social. Essas situações se originam no processo de produção e reprodução de desigualdades sociais, nos processos discriminatórios e segregacionistas engendrados nas construções sócio-históricas que privilegiam alguns pertencimentos em relação a outros (Brasil, 2013a). Isso leva à necessidade de pensar na adequação

do termo “vulnerabilidade social” nas normativas legais, pois remete a um processo ativo, que carrega marcas do pensamento não intervencionista do Estado, no qual a família é a responsável pelas suas condições, com mínima intervenção estatal. Nesse sentido, um termo mais apropriado seria “vulnerabilização social”, tendo em vista ser um processo sofrido pelas famílias, decorrente de omissões superiores às suas capacidades de controle (Dimenstein; Cirilo Neto, 2020; Gomes, 2023).

Gomes (2023, p. 288) aponta para a representação de vulnerabilização social como:

> […] um processo sistemático de subtração de direitos e de acesso fomentado pela **ação desigual do próprio estado**. A omissão ou ação estatal que não alcança a efetividades dos direitos da população vai sedimentando exclusões, marginalizações, violências institucionais. Todo esse **processo de negação de direitos** de subalternização da vida representa um processo de vulnerabilização social. A categoria busca atribuir **responsabilidade ao próprio estado** recorrendo suas assimetrias e reprodução de distinções alicerçando vulnerabilidades aos segmentos sociais mais discriminados e estigmatizados.

Atualmente, o Brasil adota o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) como forma de subsídio às políticas públicas e fonte de dados acerca da realidade social brasileira. Esse indicador foi elaborado com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (ADH) no Brasil, buscando destacar diversas situações que indicam exclusão e vulnerabilidade social no território brasileiro (IPEA, 2015). De acordo com o IPEA (2015), o índice foi elaborado numa perspectiva “que vai além da identificação da pobreza entendida apenas como insuficiência de recursos monetários”.

O IVS possui três dimensões, e cada uma delas possui um conjunto de subindicadores:

a) IVS Infraestrutura Urbana: “procura refletir as condições de acesso aos serviços de saneamento básico e de mobilidade urbana” (IPEA, 2015);
b) IVS Capital Humano: “envolve dois aspectos que determinam as perspectivas (atuais e futuras) de inclusão social dos indivíduos: saúde e educação” (IPEA, 2015); e
c) IVS Renda e Trabalho: “agrupa não só indicadores relativos à insuficiência de renda presente, mas incorpora outros fatores que, associados ao fluxo de renda, configuram um estado de insegurança de renda, como por exemplo a desocupação de adultos, a dependência com relação à renda de pessoas idosas”, entre outros (IPEA, 2015).

De acordo com o sítio de acompanhamento do IVS, em 2021, o DF obteve o valor de 0,259, considerado na faixa de baixa vulnerabilidade social. O DF também possui um IVS próprio, o qual considera as seguintes dimensões (Codeplan, 2020):

a) Infraestrutura e Ambiência Urbana (DIAU);

b) Capital Humano (DCH);

c) Renda e Trabalho (DRT); e

d) Dimensão Habitacional (DH).

Segundo o IVS-DF, a unidade federativa possui 9 regiões administrativas em situação de vulnerabilidade alta ou muito alta. A região administrativa da Estrutural é a que possui o maior índice de vulnerabilidade social (0,72).

O Censo 2022 também apresenta um novo panorama sobre as condições da população brasileira. Em 2010, o Censo registrou mais de 15 milhões de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza no Brasil. Em 2022, o IBGE registrou 12,7 milhões de pessoas na extrema pobreza e 67,8 milhões na pobreza (IBGE, 2024).

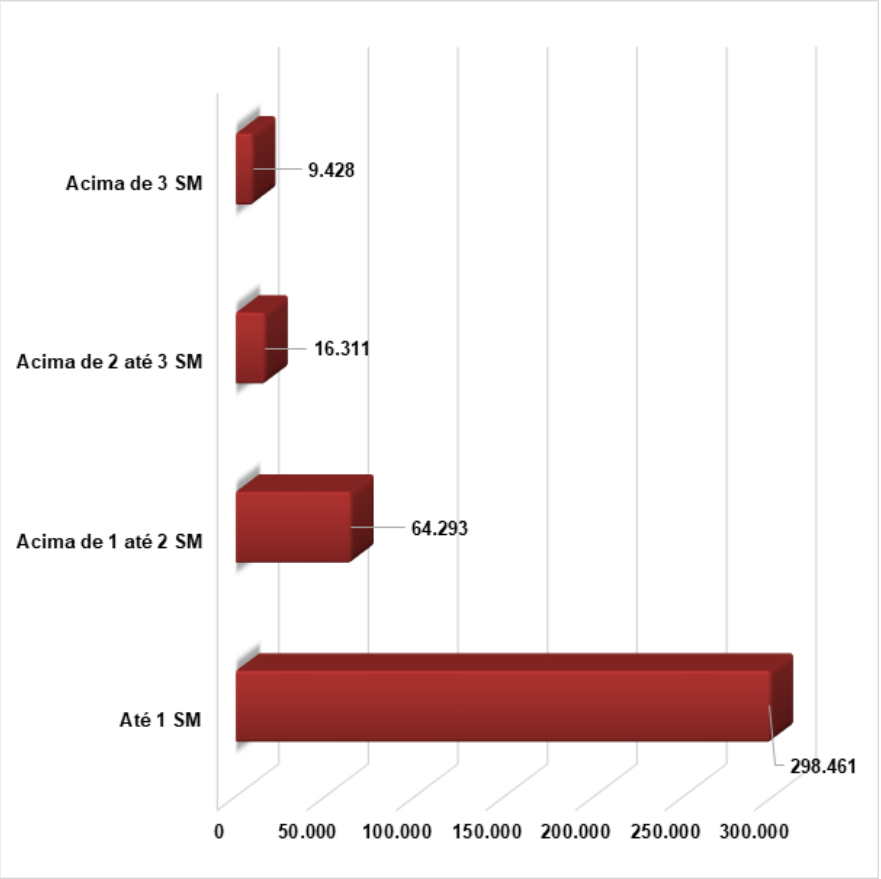
No Brasil, o acesso às políticas sociais para as famílias se dá com uma ferramenta de entrada: o Cadastro Único. Nele são registradas as informações acerca da composição familiar, condições de moradia, trabalho e renda da família, além de aspectos especiais, como a condição de pessoa em situação de rua ou outros. No DF, o Cadastro Único é obrigatório para todos os participantes do SCFV, apesar de não ser considerado um requisito de entrada, já que o participante pode ser cadastrado mesmo após a inclusão no Serviço.

A instrução, nessa unidade federativa, é de que a inclusão no SCFV não deve ser realizada seguindo apenas o critério de renda (até 3 salários mínimos), mas também as vulnerabilidades com relação a vínculos familiares e de convivência comunitária. Esse entendimento está alinhado às propostas de seguranças afiançadas para além da segurança de renda. Busca atender também a segurança de acolhida, de convívio ou vivência comunitária e social e a de desenvolvimento de autonomia, além de estar alinhado com a perspectiva de multifacetamento da vulnerabilidade social.

Sendo assim, serão apresentados os dados referentes ao Cadastro Único no DF até outubro de 2023. Os dados foram coletados por meio do sítio do Observatório do Cadastro Único do Governo Federal e servirão de embasamento para a descrição sociodemográfica da população atendida no SCFV.

Atualmente, são mais de 388 mil famílias cadastradas no DF, resultando em 887.917 mil pessoas. Dessas, apenas 2% ultrapassam a marca de mais de 3 salários mínimos por família e 76% possuem renda familiar de até um salário mínimo.

Gráfico 1 – Distribuição de famílias por faixa de renda familiar



Fonte: Observatório do Cadastro Único do Governo Federal (2023).

75% das pessoas inseridas no cadastro único se declaram negras. 59% se declaram do sexo feminino. Grande parte dos cadastrados possuem moradia em área urbana (89%), enquanto 8% declaram possuir moradia em área rural. 93% das famílias declaram possuir domicílio particular permanente, que é definido como:

> […] um espaço próprio para servir de moradia permanente ou duradoura, composto por pelo menos um cômodo. O local em si não é uma adaptação de moradia, embora possa ter adaptações internas ou demonstrar precariedade, expressando algum grau de vulnerabilidade. Normalmente, tem acesso a serviços básicos de abastecimento de água, energia elétrica, saneamento ou coleta de lixo (Brasil, 2022, p. 50).

É importante salientar que o domicílio particular permanente não difere imóveis alugados de imóveis próprios ou cedidos. Grande parte das famílias declara possuir

acesso a calçamento (81%), piso de cerâmica, lajota ou pedra (73%) e paredes de alvenaria ou tijolo com revestimento (83%). Mais de 94% das famílias possuem acesso a água canalizada e 87% são atendidos pela rede geral de distribuição.

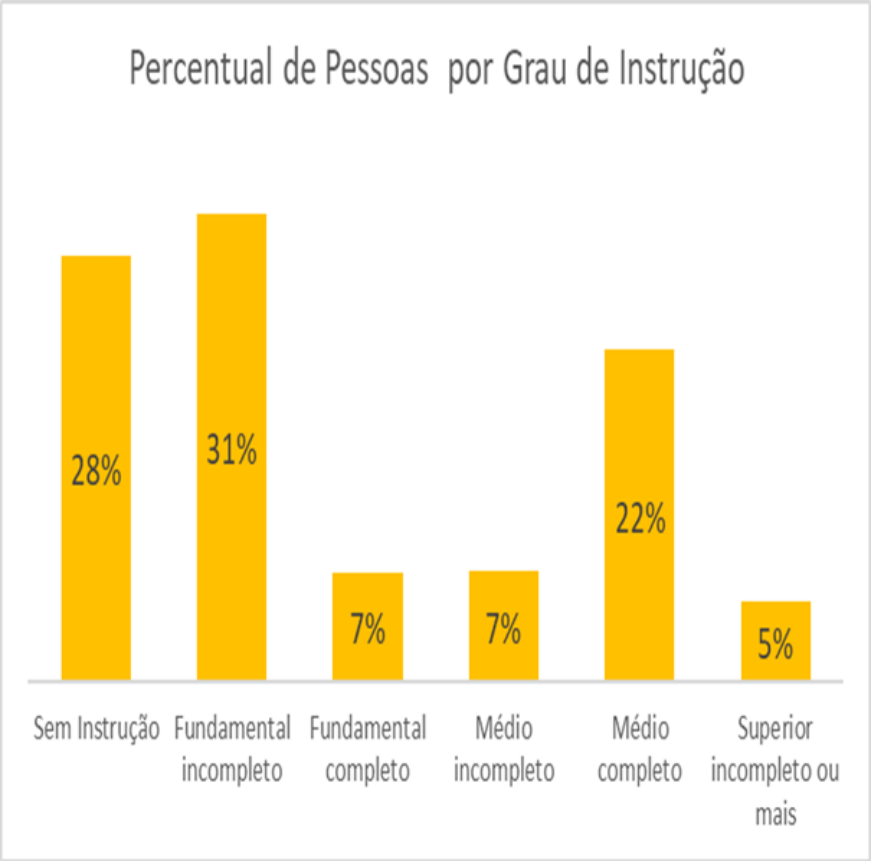
O percentual de famílias com crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos de idade é de 94%, demonstrando a centralidade que essa faixa etária possui para as políticas sociais. São mais de 332 mil crianças e adolescentes cadastrados no DF. Olhando para o recorte das 306 famílias indígenas, 218 declaram possuir crianças e adolescentes nessa faixa etária. Já as 261 famílias quilombolas não declararam possuir crianças ou adolescentes até 17 anos de idade. Quanto às famílias em situação de rua, 226 declararam possuir crianças e adolescentes em sua composição.

Em termos de transferência de renda, 50,1% das famílias cadastradas no DF são beneficiárias do Programa Bolsa Família e 13,5% recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

21% das famílias possuem pessoa com deficiência em sua composição familiar e 52% das famílias declaram que têm pessoas que recebem cuidados permanentes de terceiros, geralmente de familiares.

As famílias que possuem pelo menos uma pessoa que saiba ler e escrever são 95% das cadastradas. Mais de 272 mil pessoas estão frequentando a rede escolar pública. O gráfico abaixo demonstra a quantidade de pessoas por grau de instrução.

Gráfico 2 – Percentual de pessoas por grau de instrução



Fonte: Observatório do Cadastro Único do Governo Federal (2023).

Mais da metade das famílias declara possuir pelo menos uma pessoa trabalhando (51,8%). Desses, 46% são trabalhadores por conta própria e 48% são empregados com carteira de trabalho assinada. No DF, há 7897 mil famílias que declaram trabalhar na agricultura, criação de animais, pesca ou coleta.

As demandas das famílias que buscam a política de assistência social são variadas, perpassando por questões de insegurança alimentar, dificuldade de acesso aos serviços públicos, principalmente os de saúde, insegurança de renda, entre outros.

De acordo com os dados apresentados, é possível verificar que a maioria das famílias sofre com insegurança de renda, tendo apenas um salário mínimo de renda familiar. O valor, muitas vezes, é insuficiente para arcar com os gastos de aluguel, alimentação, higiene e saúde – para mencionar questões básicas de sobrevivência. Além disso, percebe-se que a grande maioria das responsáveis familiares no Cadastro Único são mulheres. Apenas 7% das pessoas cadastradas são qualificadas como “cônjuges”, permitindo a inferência de que grande parte das famílias é monoparental, chefiada por mulheres.

É importante o entendimento do perfil socioeconômico dessas famílias, pois muitas das vulnerabilidades sofridas estão vinculadas ao contexto cultural brasileiro.

Até o momento, tem-se uma ampla busca do suporte socioassistencial por pessoas do sexo feminino, de cor preta, com filhos, sem instrução ou com Ensino Fundamental incompleto, em situação de desemprego ou em serviço autônomo (comumente chamados de “bico”), com renda familiar abaixo de um salário mínimo.

O sítio do Observatório da Criança e do Adolescente demonstra que, em 2022, mais de 45% da população de até 14 anos de idade vivem com renda mensal *per capita* até meio salário mínimo. 18% vivem com até ¼ do salário mínimo.

O agravamento da situação de renda leva os jovens a buscar fonte de renda cada vez mais cedo, prejudicando os estudos e o desenvolvimento psicossocial (Alberto, 2007; Mattei; Da Cunha, 2021). Nem sempre a busca se dá por atividades lícitas, expondo os jovens a atividades sexuais e ao tráfico de drogas.

Quanto à moradia, infelizmente, o Cadastro Único não fornece informações acerca do tipo de moradia enquanto “aluguel/própria/cedida”. No entanto, de acordo com dados expostos no sítio do Observatório da Criança e do Adolescente, em 2022, mais de 43 milhões de pessoas moravam em domicílio alugado no Brasil. Fundação João Pinheiro (2022) demonstra que 51,7% do índice de déficit habitacional no Brasil corresponde ao componente de “ônus excessivo aluguel urbano” – comprometimento de 30% ou mais da renda familiar com aluguel. No mesmo trabalho, é informado que:

> […] dos indivíduos que respondiam pelo ônus excessivo com aluguel, 31,7% estavam no mercado de trabalho informal e 12,5%, desocupados; somados aos desalentados, respondiam por 46,5% do ônus excessivo com aluguel (Fundação João Pinheiro, 2022, p. 15).

O Observatório ainda demonstra que no Brasil há mais de 3 milhões de crianças e adolescentes com menos de 18 anos de idade vivendo em situação de ônus excessivo de aluguel urbano. Além disso, o sítio apresenta que há mais de 5 milhões de jovens menores de 18 anos vivendo em moradias com adensamento excessivo, ou seja, mais de 3 moradores por dormitório. O problema se agravou com a incidência da covid-19 e evidenciou as dificuldades de estudo domiciliar e de inclusão digital dos jovens em situação de vulnerabilidade social.

5.6.1 Indicadores de violência

Silva, Costa e Nascimento (2019) indicam que as crianças e adolescentes enfrentam principalmente quatro cenários diante da vulnerabilidade social de suas famílias: violência doméstica (física), relações afetivas fragilizadas (devido à ausência dos pais), condições precárias de alimentação e o uso de drogas. Para os autores, esses aspectos evidenciam que os laços afetivos fragilizados e a escassez de recursos financeiros são elementos que contribuem para situações de violação de direitos, sobretudo devido à falta de suporte das políticas públicas.

Segundo dados do Observatório, o número de notificações de violência física contra crianças e adolescentes cresceu mais de 20% entre 2021 e 2022 e as notificações de negligência e abandono cresceram mais de 14%. Quando comparados os dados entre adolescentes com Ensino Médio completo e com Ensino Médio incompleto, os números praticamente dobram, indicando correlação entre a baixa escolaridade e presença de violência física. É importante ressaltar que esse período foi demarcado pela ocorrência da pandemia de covid-19, que levou as famílias ao isolamento social e à dificuldade de atuação dos órgãos públicos protetivos.

A quantidade de notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes é quase 70% maior em crianças que possuem o Ensino Médio incompleto (nº de casos registrados em 2022: 3.540) em relação a crianças que possuem esse nível de escolaridade concluído (nº de casos registrados em 2022: 1.148). Os dados se repetem entre as crianças com Ensino Fundamental completo e as com Ensino Fundamental incompleto.

A quantidade de homicídios de crianças e adolescentes causados por armas de fogo também apresentam números alarmantes quando comparados os dados entre crianças de cor preta e parda (3.407) e crianças brancas (663) (dados do Observatório da Criança e do Adolescente).

Oliveira, Bastos, Martins e Rondina (2022) encontraram um predomínio de adolescentes do sexo masculino, com Ensino Fundamental incompleto e com elevado índice de evasão escolar entre os adolescentes usuários de drogas atendidos em um Centro de Atenção Psicossocial. Os adolescentes também relataram conviver com familiares usuários de substâncias psicoativas e quase 50% dos adolescentes ouvidos possuíam família monoparental, chefiada apenas pela mãe ou apenas pelo pai.

Quanto aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, o perfil predominante é o de adolescentes do sexo masculino (Potratz; Costa, 2016; Silva; Torres, 2011), entre 15 e 17 anos (Gerent; Walz, 2022; Potratz; Costa, 2016), com

renda na faixa de pobreza ou extrema pobreza (Gerent; Walz, 2022; Potratz; Costa, 2016; Silva; Torres, 2011). Em um dos artigos analisados, 50% das adolescentes entrevistadas relataram ter vivido situações de abuso físico, sexual e psicológico (Gerent; Walz, 2022).

5.7 EFEITOS DAS VULNERABILIDADES NAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Os efeitos das vulnerabilidades sociais no desenvolvimento e bem-estar de crianças e adolescentes são diversos e de longo prazo. Muitas das consequências de ser exposto a situações de risco social favorecem a continuidade da vulnerabilidade e a permanência da família em ciclos de pobreza e desigualdade social.

Maia e Williams (2005) fazem um esforço para demonstrar os fatores de risco ao desenvolvimento infantil já levantados pela literatura, entre eles estão: as mudanças bruscas que geram tensão, a negligência, o abuso, a violência psicológica, a violência física, a violência conjugal, bem como a violência sexual, a baixa escolaridade dos pais, famílias numerosas, ausência de um dos pais, depressão materna, abuso de drogas, entre outros.

Os autores demonstram que as crianças e adolescentes expostos a alguma dessas circunstâncias têm mais probabilidade de desenvolver distúrbios físicos e mentais, apresentar sequelas nas áreas da cognição, linguagem, desempenho acadêmico e desenvolvimento socioemocional, bem como déficit em suas habilidades de regular afeto e comportamento geral.

A violência intrafamiliar também aumenta a probabilidade de as crianças serem presas mais tarde por cometerem crimes violentos (Maia; Williams, 2005). As consequências emocionais estão frequentes em todos os fatores de risco, gerando sentimentos de medo, baixa autoestima, instabilidade emocional, baixa competência social ou baixa realização acadêmica.

A questão socioeconômica da família não é o único fator de risco em si, mas apresenta um ambiente com maior propensão de discussões e gerador de tensões para os responsáveis familiares. Tal compreensão corrobora os apontamentos de Silva, Costa e Nascimento (2019, p. 14), quando relatam que:

> A questão da pobreza em si mostrou-se como fator estressor e motivador de conflitos, mas não de fonte esgotável da afetividade entre os membros familiares, o que propicia visualizar a importância de potencializar esse fator

> nas intervenções e no trabalho social com as famílias, em detrimento do público infantojuvenil.

Nesse sentido, a criança precisa de um ambiente em que se sinta segura e acolhida, logo, a disponibilidade emocional ofertada pelos cuidadores pode atenuar os potenciais efeitos negativos da pobreza.

Como visto acima, o índice de uso de substâncias ilícitas por crianças e adolescentes também é maior quando algum dos familiares próximos faz uso dessas substâncias.

O desempenho escolar também é uma das consequências negativas mais citadas nos fatores de risco apresentados. De acordo com Souza, Panúncio-Pinto e Fiorati (2019, p. 266):

> […] os problemas sociais brasileiros ocupam papel central na determinação do sofrimento, afetam a saúde e o bem estar da população estudada, interferindo de forma negativa no desempenho de diversas ocupações, inclusive a educação. O desempenho escolar insatisfatório é frequentemente identificado em territórios vulneráveis em áreas urbanas no Brasil.

Os autores também refletem acerca da baixa vinculação das problemáticas infantis com os problemas sociais. Ao ignorar as complexas realidades que permeiam a vida desses estudantes, a instituição escolar negligencia fatores cruciais que influenciam diretamente seu desenvolvimento acadêmico, além de gerar um ambiente de culpabilização das famílias e dos responsáveis pelo baixo rendimento acadêmico da criança (Souza; Panúncio-Pinto; Fiorati, 2019).

Nesse sentido, Ungar (2002) faz uma crítica sobre o descolamento das instituições acerca da realidade dos jovens atendidos e atenta para a reflexão profissional sobre as condições de resiliência disponíveis para os jovens. O autor realiza uma análise contextualizada sobre o desenvolvimento das estratégias de resiliência, na qual o ambiente social do jovem pode não ofertar os recursos necessários para o desenvolvimento considerado “saudável” pela sociedade dominante. Sendo assim, o jovem desenvolve o que o autor chama de “resiliência oculta”, em que alcança os recursos necessários para o seu desenvolvimento por vias tidas como “não convencionais”.

Por fim, pontua-se acerca dos reflexos das vulnerabilidades sociais nos projetos de vida das crianças e adolescentes. Alvarenga, Patrocínio e Barbi (2021) apontam que há uma desconexão entre os futuros desejados pelos jovens por eles

entrevistados e as ações necessárias no presente para o alcance dos objetivos. Os autores perceberam que essa lacuna se dá pela “falta de referências próximas que permitam vislumbrar as escolhas como realizáveis”. Silva, Costa e Nascimento (2019) também pontuam a percepção de sentimentos de incapacidade nos jovens quanto à busca pela realização de seus projetos de vida, pois eles identificam as desigualdades sociais a que são submetidos. Os achados conversam com o conceito desenvolvido por Ungar (2002) ao demonstrar a disparidade entre o que está disponível no ambiente social dos jovens e o que é exigido pela sociedade e ressaltam a importância do olhar contextualizado do profissional no desenvolvimento de intervenções psicossociais.

Alvarenga, Patrocínio e Barbi (2021) também encontram que, ao trabalhar projeto de vida com adolescentes em situação de vulnerabilidade, percebe-se uma desconexão entre o futuro desejado e as ações necessárias no tempo presente. Para os autores, essa descontinuidade demonstra que os projetos se dão desvinculados de referências próximas realizáveis, sejam elas ocupacionais, educacionais ou sociais.

5.8 A IMPORTÂNCIA DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

A NOB-SUAS, juntamente com a legislação correlata, destaca a importância da vigilância socioassistencial (VS) como uma das funções basilares à execução da política de assistência social. Para garantir a importância da VS, o art. 87 da NOB-SUAS diz que “A Vigilância Socioassistencial é caracterizada como uma das funções da política de assistência social e deve ser realizada por intermédio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas” (Brasil, 2012, p. 40).

Percebe-se que a vigilância é a principal produtora das informações da Política de Assistência Social e, portanto, a principal fornecedora de insumos para criação de serviços e ações que correspondam às necessidades da população. Para além de uma função meramente paciente, a VS permite a ação proativa do Estado na prevenção e atuação imediata em situações de risco.

De acordo com Brasil (2013a, p. 13):

> […] institucionalizar a assistência social como dever do Estado exige não só explicitar quais são suas responsabilidades, princípios e diretrizes como também estabelecer concretamente sua capacidade de ação perante as necessidades pelas quais tem que responder, identificando com que intensidade se expressam no contexto da sociedade brasileira.

A produção de informações sobre o contexto social da população evidencia e fortalece uma tensão que os países sofrem desde a criação do capitalismo: as desigualdades sociais. As políticas sociais frequentemente são colocadas como obstáculos ao crescimento econômico do país. Os gastos financeiros são sempre utilizados como principal argumento para os defensores de uma lógica neoliberal, na qual a intervenção do Estado na manutenção da população e do mercado deve ser mínima.

Brasil (2013a) afirma que a vigilância é uma atividade técnico-política, isto é, tem um conteúdo político e, por essa razão, os profissionais precisam ter habilidade para lidar com os aspectos políticos e conhecimentos sobre a política de Assistência Social e, ao mesmo tempo, é uma atividade técnica, demandando habilidades profissionais específicas.

A NOB-SUAS (Brasil, 2012) sistematiza os focos de interesse da VS em dois:

I. das situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios;
II. do tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial.

Sendo assim, a VS tem um papel primário de, por meio da coleta, análise e interpretação de dados socioeconômicos, demográficos e territoriais, identificar as demandas sociais, compreender as condições de vulnerabilidade e formular estratégias e ações direcionadas às necessidades da população atendida. Além disso, ao monitorar a execução de políticas, programas e serviços socioassistenciais, essa vigilância contribui para o acompanhamento da qualidade e do impacto das intervenções, assegurando a eficiência e a adequação das respostas oferecidas aos cidadãos.

É importante destacar que a VS transcende o conceito de avaliação, quando esta é entendida como um procedimento final da intervenção realizada, tendo em vista que, para além de fornecer dados de serviços e ações já implementadas, a VS também produz insumos para elaboração e criação de serviços específicos para uma população ou território.

De acordo com Brasil (2013a), a Vigilância Socioassistencial é, ao mesmo tempo, processo e produto. Processo porque produz os insumos para sua gestão e produto por ter a proposta de gerar resultados efetivos para a proteção social e para

a defesa de direitos. A VS possui, portanto, um foco final em diminuir as desigualdades sociais e ofertar às famílias possibilidades de retomar sua autonomia e acesso aos direitos básicos, ao fornecer a instrumentação necessária para a unidade gestora da política promover as ações precisas.

Logo, a VS não está calcada apenas na produção dos dados quantitativos e qualitativos, está no uso desses dados como fortalecedores da política de assistência social. Sua análise deve incidir sobre a ampliação do acesso às famílias em situação de vulnerabilidade à vida digna, à segurança alimentar, ao acesso aos direitos de moradia, educação, trabalho, renda, convivência familiar, entre outros.

Nessa direção, a Vigilância Socioassistencial se distancia totalmente da perspectiva do uso de informações sobre os usuários como simples banco de dados para verificação de cumprimento ou não cumprimento de condicionalidades de determinados programas ou, ainda, como cadastro de perfil socioeconômico para definição de critérios de inclusão a esses mesmos programas sociais (Brasil, 2013b). Não que tais informações não sejam importantes para a execução da VS, mas que seja entendido que a VS não se resume a tais práticas. Sendo assim, a VS se qualifica tanto como prática quanto como teoria; tanto como intervenção quanto como planejamento. É por meio da VS que se faz e que é feito o alcance à proteção social e à defesa dos direitos.

Ao se analisar e compreender por que e como se configuram territorialmente as necessidades e demandas por seguranças socioassistenciais, a VS cumpre o seu papel de integrar a avaliação de dados quantitativos com o fortalecimento qualitativo dos serviços socioassistenciais, procurando promover a autonomia e proteção familiar.

Mas, para além da responsividade às desproteções sofridas pelas famílias em situação de vulnerabilidade social, cabe ainda à VS a prevenção da ocorrência de novas situações de risco e de vulnerabilidade.

Ao ser um mecanismo de obtenção de informações, a VS se torna um poderoso instrumento de controle social, revelando as demandas da população que não estão sendo atendidas pelo Estado. Assim, a VS não apenas responde às necessidades existentes, mas também contribui para a busca de soluções preventivas, visando à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Apesar de prevista e destacada como função da política de assistência social, a VS tem recebido menos atenção dos poderes públicos e sofreu com o desinteresse dos últimos governos, de ideologia neoliberal e conservadora, em seu fortalecimento.

Em 2022, um dos principais instrumentos de vigilância socioassistencial, o CENSO SUAS, indica que apenas 33% dos municípios possuem uma área indicada na estrutura formal do órgão gestor da política de assistência social para realização da vigilância socioassistencial. As Metas do Pacto de Aprimoramento da Gestão Municipal estão desde 2017 sem nova formulação, e o último Encontro Nacional de Vigilância Socioassistencial ocorreu há 5 anos. A falta de elaboração de pesquisas e publicação dos resultados leva ao desconhecimento da realidade e à atuação às cegas dos gestores locais.

Em territórios onde a VS foi implementada, há experiências bem-sucedidas. Em Moraes, Santos e Nakamura (2019), foi relatado que a implementação do processo de VS no município de Campo Florido – MG possibilitou a reorganização da oferta de Grupos de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) com melhores investimentos em contratação de equipe com atividades diversificadas. Em Guimarães, Nascimento e Janczura (2020), há uma análise descritiva sobre as demandas da população baseada no Censo SUAS do ano anterior. Em 2013, foi elaborado em Porto Alegre o documento intitulado “Leituras dos Territórios das Regiões de Assistência Social”, que trouxe dados minuciosos acerca da população que acessa os serviços de assistência social no estado e sobre os próprios serviços acessados. Um Relatório de Informações Territoriais também foi produzido pelo estado de Florianópolis em 2015, conforme relatado em Fritzen (2017), e contou com dados como:

a) indicadores demográficos;
b) distribuição da população por áreas de abrangência dos CRAS;
c) indicadores econômicos: PIB e PIB *per capita*, Coeficiente de GINI, IDHM (Renda) e renda *per capita*, renda apropriada pelos extratos da população, domicílios com renda de até 3 salários mínimos;
d) indicadores sociais: Educação, Saúde, Trabalho, Habitação de Interesse Social, Assistência Social, Cadastro Único, Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada;
e) outros indicadores sociais de vulnerabilidade e risco: violência contra crianças e adolescentes, violência contra mulheres, violência contra idosos,

violência contra pessoas com deficiência, adolescentes com medidas socioeducativas;

f) indicadores sociais por áreas de abrangência do CRAS: área de abrangência dos CRAS, distribuição demográfica, renda e programas de transferência de renda, total de atendimentos no CRAS em 2014; e
g) quadro síntese de informações.

Percebe-se que as publicações acerca da VS ainda estão pautadas na descrição dos serviços e dos usuários que os acessam. Fritzen (2017, p. 149) relata que:

> […] por esta ser uma ferramenta relativamente nova na política municipal, pouco se tem evidenciado sobre os resultados e impactos de suas ações. Muitas vezes, inclusive, essa questão dificulta a própria valorização da função, seu reconhecimento e entendimento mais profundo. Quando a função da vigilância socioassistencial ganha materialidade com seus produtos, parece ficar mais fácil entender e evidenciar seus processos.

Acrescenta-se ainda o fato de que a mensuração e o acompanhamento de políticas públicas não se constituem em um fator cultural no país, o que prejudica o acesso aos resultados práticos da vigilância socioassistencial. No caso de ações que são planejadas a partir de informações da VS, a concepção da política irá se iniciar, quase sempre, por outras equipes, diferentes das equipes de VS. Logo, perde-se o *link* de conexão entre levantamento do problema e seu planejamento, execução e avaliação, caso este último ocorra.

Ao desempenhar a vigilância socioassistencial de forma constante e sistematizada, os profissionais da Assistência Social desempenham um papel estratégico na promoção da inclusão social e no desenvolvimento comunitário, fundamentais para a construção de uma sociedade que acolhe todas as necessidades básicas e gera oportunidades de equidade aos que mais necessitam do apoio do Estado.

6 METODOLOGIA

Trata-se de estudo de abordagem qualitativa, exploratório e descritivo, portanto, concentra-se na compreensão de fenômenos sociais, explorando as perspectivas e experiências dos participantes.

A metodologia qualitativa foi selecionada pela necessidade de compreender profundamente as complexidades e nuances dos fenômenos sociais, humanos e relacionais. De acordo com Minayo (2009, p. 21):

> Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos.

6.1 CONTEXTO

A pesquisa foi desenvolvida em três Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Cecon) e em uma Organização da Sociedade Civil (OSC), que executa o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) na modalidade indireta.

É importante destacar que o SCFV se divide em duas modalidades de oferta: direta – realizada por órgãos estatais – e indireta – realizada por parcerias e fomentos com o terceiro setor. No presente estudo, foram analisados dois serviços de execução direta e um de execução indireta quanto à perspectiva das famílias e um serviço de execução direta e um de execução indireta quanto à perspectiva dos trabalhadores, visando ampliar a compreensão do fenômeno ao explorar ambos os contextos.

Os serviços serão denominados de:

Tabela 1 – Denominação dos serviços

PERSPECTIVA DAS FAMÍLIAS PARTICIPANTES	Serviço de Execução Direta 1 – SED1
	Serviço de Execução Direta 2 – SED2
	Serviço de Execução Indireta – SEI

PERSPECTIVA DOS TRABALHADORES	Serviço de Execução Direta 3 – SED3
	Serviço de Execução Indireta – SEI

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Nesse sentido, os serviços de execução direta analisados apresentam uma cartela mais ampla de público-alvo, desenvolvendo atividades tanto para crianças e adolescentes, quanto para idosos e adultos, conforme apresentado na Tipificação (2014). O serviço de execução indireta, no entanto, é especializado no atendimento de crianças e adolescentes e não desenvolve nenhuma atividade para outro público-alvo.

A quantidade de usuários atendidos também é diferenciada, tendo em vista a capacidade de atendimento dos profissionais. No momento da pesquisa, as equipes possuíam a seguinte composição:

a) SED1: 6 profissionais – sendo 1 (uma) gerente, 1 (uma) técnica administrativa e 4 (quatro) educadores sociais e 4 colaboradores, sendo 2 (dois) vigilantes e 2 (dois) auxiliares de limpeza;
b) SED2: 7 profissionais – sendo 1 (uma) gerente, 1 (um) técnico administrativo, 1 (um) auxiliar administrativo e 4 (quatro) educadores sociais e 5 colaboradores, sendo 4 (quatro) vigilantes e 1 (um) auxiliar de limpeza;
c) SED3: 3 profissionais – sendo 1 (uma) gerente, 2 (dois) educadores sociais;
d) SEI: 9 profissionais – sendo 1 (um) coordenador, 5 (cinco) educadores sociais, 1 (um) pedagogo(a), 1 (um) assistente Social, 1 (uma) psicóloga e 11 (onze) colaboradores, sendo 1 (um) assistente administrativo, 1 (uma) cozinheira, 2 (dois) auxiliares de Cozinha, 1 (um) porteiro, 2 (dois) auxiliares de serviços de limpeza, 2 (dois) motoristas, 2 (dois) aprendizes.

Quanto ao quantitativo de vagas ofertadas:

a) SED1 – 100 vagas, sendo 40 vagas para o público de crianças e adolescentes de 06 a 14 anos;
b) SED2 – 120 vagas, sendo 41 vagas para o público de crianças e adolescentes de 06 a 14 anos;
c) SED3 – 80 vagas, sendo 15 vagas para o público de crianças e adolescentes de 06 a 14 anos;

d) SEI – 200 vagas, todas para o público de crianças e adolescentes de 06 a 17 anos.

6.2 PARTICIPANTES

Considerando a intenção da pesquisa de, para além do mero fator investigativo, proporcionar uma atividade de participação social, com promoção do protagonismo, a amostra da pesquisa se constituiu de:

a) famílias atendidas pelos SCFV; e

b) de trabalhadores vinculados ao SCFV.

A quantidade de participantes por serviço pode ser observada na tabela abaixo:

Tabela 1 – Quantidade de participantes por tipo de serviço
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

SERVIÇOS	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
Serviço de Execução Direta 1 – SED1	7 participantes 1 profissional
Serviço de Execução Direta 2 – SED2	4 participantes
Serviço de Execução Indireta – SEI	6 participantes 1 profissional
Total	19 participantes

Entende-se que as famílias, constituídas pelos responsáveis familiares e pelas crianças e adolescentes participantes do Serviço, são os principais beneficiários e interessados do Serviço. Sendo assim, são os agentes mais indicados para realização da avaliação da oferta e análise das repercussões ocorridas no contexto sociofamiliar. Tendo isso em vista, a amostra foi definida por conveniência, selecionada entre os participantes dos Serviços pesquisados.

Atualmente, as famílias indicadas para o SCFV são encaminhadas por meio do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), por se tratarem de famílias em contexto de vulnerabilidades, sejam elas econômicas, sociais ou decorrentes de fragilização ou rupturas de vínculos familiares ou comunitários. A grande maioria das famílias atendidas possui formação monoparental, chefiada por mulher, em situação de

desemprego ou com forte limitação de renda e de autonomia para manutenção da família.

A pesquisadora, atualmente Especialista em Assistência Social na SEDES com formação em Psicologia, entrou em contato oficialmente com a instituição por meio de um Processo SEI para solicitar autorização para realizar entrevistas e grupos focais com as famílias e trabalhadores do SCFV. É importante ressaltar que a pesquisadora possui experiência na condução de grupos com as famílias atendidas pela política de Assistência Social, em decorrência das atribuições do cargo. Com a autorização formal, foram selecionados os Serviços de aplicação da pesquisa de acordo com a capacidade de acesso da pesquisadora.

Os responsáveis pelas unidades foram contatados pela pesquisadora e ofertaram uma lista de participantes das atividades, com os quais a pesquisadora entrou em contato, de forma aleatória, via ligação telefônica e realizou o convite para comparecimento no grupo focal. Apenas uma unidade fez o contato direto com as famílias, sem a intervenção da pesquisadora.

As famílias foram apresentadas aos objetivos da pesquisa e convidadas a participar. Destaca-se que a pesquisadora convidou as crianças e adolescentes para participar do grupo focal juntamente com os responsáveis familiares, no entanto, não houve adesão dos jovens nesse modelo.

Percebe-se que o delineamento metodológico pode ter sido um fator desencorajador nesse aspecto, tendo em vista que grupos focais privilegiam a fala adultocêntrica. Além disso, as famílias relataram que seria difícil se concentrar nas discussões caso tivessem levado as crianças, devido à necessidade de supervisionar as crianças presentes.

A pesquisadora considerou conduzir uma fase adicional de coleta de dados focada exclusivamente em crianças e adolescentes, utilizando metodologias apropriadas para essa faixa etária. Essa etapa visava capturar diretamente as perspectivas e experiências dos jovens participantes do SCFV, complementando assim as visões obtidas dos familiares e profissionais. No entanto, as questões logísticas e de prazo impactaram a viabilidade dessa proposta. A organização de encontros com crianças e adolescentes exigiria modificações significativas no cronograma da pesquisa, cujos prazos já estavam bastante limitados. O tempo disponível não permitia acomodar uma etapa adicional de coleta de dados, nem a subsequente análise aprofundada que seria necessária para processar

adequadamente esse volume extra de informações. Essa expansão do escopo da pesquisa demandaria uma extensão considerável do prazo final, o que não era viável dentro das restrições da pesquisadora. Além disso, havia o desafio de conciliar a carga horária profissional com as atividades acadêmicas.

Diante desses obstáculos, a pesquisadora optou por focar nos dados obtidos por meio dos grupos focais com familiares e entrevistas com profissionais, reconhecendo essa limitação como uma oportunidade para estudos futuros que possam aprofundar a compreensão das perspectivas diretas dos jovens beneficiários do SCFV.

Quanto aos trabalhadores, os responsáveis pelas unidades informaram acerca da pesquisa e realizaram o convite em nome da pesquisadora. Sendo assim, os profissionais que aceitaram participar foram contatados pela pesquisadora, que agendou o dia e horário mais apropriados.

6.3 COLETA DE DADOS

Foram utilizados os seguintes procedimentos para a coleta dos dados:

a) análises documentais;

b) entrevista semiestruturada com trabalhadores vinculados ao Serviço;

c) grupo focal com famílias atendidas no SCFV.

A análise documental foi realizada a partir dos Programas de Trabalho estabelecidos pelas unidades para o ano atual e em anos posteriores. Pretende-se analisar o conteúdo dos grupos ofertados, bem como os seus objetivos e sua congruência com o disposto na Tipificação de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2014).

Segundo Sampiere, Collado e Lucio (2013):

> Os grupos focais consistem em reuniões de grupos pequenos ou médios (3 a 10 pessoas), nas quais os participantes conversam a respeito de um ou vários temas em um ambiente tranquilo e informal, conduzido por um especialista em dinâmicas de grupo que incentiva a interação na sessão.

Os autores indicam a análise dos seguintes aspectos para determinação do quantitativo amostral:

a) a capacidade operacional de coleta e análise;

b) o entendimento do fenômeno;

c) a natureza do fenômeno em análise.

Tendo em vista que há uma variabilidade do público atendido nos Serviços analisados, bem como a necessidade de maior entendimento do fenômeno, identificou-se a necessidade de grupos focais com número maior de participantes, para obter maior diversidade de opiniões. Sendo assim, para o público “famílias atendidas no SCFV”, foram realizados 3 grupos, entre 4 e 8 participantes. Em relação ao público “trabalhadores do SCFV”, foram realizadas duas entrevistas: uma com um trabalhador da execução direta e uma com um trabalhador da execução indireta. A coleta se baseou em entrevistas semiestruturadas, amparada nos “impactos sociais esperados” definidos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e se encontram descritas nos Anexos: Perguntas dos Grupos Focais (Anexo A) e Perguntas das Entrevistas aos Profissionais (Anexo B).

Os grupos focais e as entrevistas foram conduzidos presencialmente nas unidades de execução do SCFV, com gravação de áudio para posterior transcrição e análise detalhada. Antes de iniciar, a pesquisadora leu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os participantes, esclarecendo quaisquer dúvidas. Cada grupo ou entrevistado participou de um único encontro, com duração média de 40 minutos.

Assim como as famílias participantes, os trabalhadores foram questionados acerca dos principais desafios enfrentados e das potencialidades que observam no SCFV. Também participaram da análise quanto às repercussões que enxergam na vida das famílias atendidas. Acredita-se que o momento de avaliação dos efeitos gerados nas famílias é de grande enriquecimento para os profissionais envolvidos, por poder realizar uma avaliação sistêmica de seu trabalho e agregar maior geração de sentido e valorização.

6.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Para tratamento dos dados, será utilizada a análise temática de Braun e Clarke (2006), que prevê seis fases fundamentais:

a) familiarização com os dados: trata-se da realização de uma imersão do pesquisador nos dados coletados para familiarização com seus conteúdos em profundidade e amplitude;

b) gerando códigos iniciais: “Essa fase envolve, de fato, a produção de códigos iniciais a partir dos dados. Os códigos identificam um aspecto dos dados que parece interessante ao analista de dados”;
c) buscando temas: “Trata-se de classificar os diferentes códigos em temas em potencial, além de agrupar todos os extratos relevantes nesses temas que estão sendo construídos”;
d) revisando os temas: processo de revisão e refinamento dos temas, verificando quais os mais adequados de acordo com os dados coletados;
e) definindo e nomeando os temas: “Definir e redefinir significa identificar a essência daquilo que cada tema trata, bem como o conjunto dos temas, e determinar qual aspecto dos dados cada tema captura”;
f) produzindo o relatório: produção de texto científico com a análise e contextualização dos dados.

A escolha desse método de análise justifica-se por possibilitar a interpretação dos fatores e processos que impactam o fenômeno apreciado, como tais fatores o sustentam ou influenciam a sua ocorrência (Marques; Graeff, 2022).

A reflexividade proporcionada pela análise temática valoriza a posição do pesquisador enquanto produtor do conteúdo estudado e leva em conta sua “história, bagagem cultural, posição social e objetivos” (Marques; Graeff, 2022). Nesse sentido, a análise qualitativa ganha profundidade e complexidade, pois parte de um envolvimento ativo do pesquisador com os dados coletados.

Tratando-se, portanto, de um trabalho cuja temática explora a convivência, o envolvimento e as relações, julga-se apropriado que a técnica de análise leve em consideração também a relação da pesquisadora com o tópico estudado.

Isto posto, a análise temática foi conduzida manualmente, seguindo um método sistemático. Os temas emergiram diretamente dos dados coletados, refletindo o conteúdo das informações obtidas durante a pesquisa. Inicialmente, procedeu-se à familiarização com os dados coletados, que envolveu leituras e releituras minuciosas das transcrições das entrevistas e grupos focais. Durante essa etapa, foram feitas anotações reflexivas sobre impressões iniciais e padrões emergentes.

Em seguida, realizou-se a codificação manual dos dados. Esse processo consistiu na identificação de palavras-chave e expressões centrais que atuaram como codificadores. Trechos relevantes foram destacados e rotulados com esses códigos, utilizando marcadores coloridos e anotações nas margens dos textos impressos.

Após a codificação inicial, os códigos foram agrupados por similaridade temática. Esse agrupamento permitiu a identificação de padrões mais amplos e a emergência de temas potenciais. Os temas foram então revisados e refinados, assegurando sua coerência interna e distinção entre si. Esse processo iterativo de agrupamento e revisão resultou na definição dos temas finais que capturam os aspectos mais significativos dos dados em relação às questões de pesquisa.

Essa abordagem manual permitiu uma imersão profunda nos dados, facilitando uma compreensão contextualizada das experiências e perspectivas dos participantes. A interpretação dos dados levou em conta os resultados esperados descritos na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais de 2014.

6.5 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília (UnB), em conformidade com as diretrizes éticas estabelecidas pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016). O projeto foi cuidadosamente elaborado para garantir o respeito aos direitos e à dignidade dos participantes, assegurando a confidencialidade dos dados e o anonimato dos envolvidos. Após a análise criteriosa do CEP, a pesquisa recebeu aprovação (CAAE: 79894824.1.0000.5540), atestando sua conformidade com os princípios éticos fundamentais da pesquisa em Psicologia e Ciências Humanas (Anexo C). Somente após essa aprovação, iniciou-se a coleta de dados, respeitando todos os procedimentos éticos recomendados.

Ressalta-se que a pesquisa foi realizada a partir da reflexão dos participantes acerca da sua rotina, suas dificuldades e potencialidades.

Sendo assim, a participação apresentava como risco a possibilidade de gerar cansaço ou aborrecimento ao responder aos questionamentos, bem como constrangimento ao se expor durante a realização do grupo focal. Outro risco envolvido foi o de desconforto ou alterações de comportamento durante gravações de áudio. As alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias ou por reforços na conscientização sobre uma condição física ou psicológica restritiva ou incapacitante também poderiam ocorrer. Para minimizar os riscos, a pesquisadora adotou postura acolhedora, com sensibilidade, para evitar tópicos que estivessem sendo invasivos e geradores de sentimentos negativos.

Quanto aos benefícios, a pesquisa prevê o próprio processo reflexivo acerca da visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos sobre a vida cotidiana, possibilitando reafirmações ou transformações de olhares. A pesquisa também possibilita a participação ativa da comunidade, fortalecendo o papel do controle social e da protagonismo cidadão acerca dos serviços ofertados. Além disso, possibilita o conhecimento da realidade local, para desenvolvimento de ações e serviços adequados às demandas e necessidades da comunidade.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

7.1 CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS E DOS PROFISSIONAIS PARTICIPANTES DO ESTUDO

A amostra de participantes do grupo focal foi composta por 17 pessoas, sendo que a grande maioria dos participantes é do sexo feminino (16), com uma pequena representação masculina (1). A idade média dos participantes é de 42 anos.

Quanto ao parentesco, a maioria expressiva é composta por mães e um pai (14), seguida por avós (2) e tias (1). Em relação ao estado civil, mais da metade é solteira (9), seguida por casadas (5), divorciadas/separadas (2), e 1 não declarou seu estado civil.

No quesito escolaridade, predomina o Ensino Médio completo (11), seguido por Ensino Fundamental incompleto (3). Há uma pequena parcela com Ensino Médio incompleto, Fundamental completo e Ensino Superior (1 em cada).

A situação ocupacional revela que a grande maioria está desempregada (15), com apenas 1 participante empregado com carteira assinada e 1 participante autônomo.

A idade média das crianças no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é de 10 anos. Mais da metade dos participantes (10) recebe algum tipo de benefício social.

O tempo médio de inserção no SCFV é de 27 meses, com o maior tempo de participação sendo 84 meses (7 anos) e o menor, 4 meses.

Esses dados sugerem um perfil predominante de mães solteiras, desempregadas, com Ensino Médio completo, que têm filhos pré-adolescentes participando do SCFV e que, em sua maioria, dependem de benefícios sociais.

Quanto às profissionais, a idade média foi de 37 anos. Ambas são do sexo feminino e possuem nível Superior completo. A média de tempo de atuação no SCFV é de 8,5 anos e a média de tempo atuando na assistência social é de 05 anos.

A caracterização das famílias participantes do estudo confirma nuances importantes sobre o contexto socioeconômico que permeia o SCFV. A predominância de mulheres, majoritariamente mães solteiras, com Ensino Médio completo e desempregadas, que dependem de benefícios sociais, delineia um perfil de famílias

em situação de vulnerabilidade social coerente com o perfil analisado no tópico “Descrição do Perfil Familiar Atendido nos Serviços Sociais”.

Nesse sentido, percebe-se que a configuração demográfica das famílias reflete as desigualdades de gênero e as dificuldades enfrentadas por mulheres em situação de vulnerabilidade. A análise dos dados do Cadastro Único no DF (2023) corrobora esse cenário. Essa interseccionalidade entre gênero, raça e classe social evidencia as múltiplas dimensões da vulnerabilidade social.

O tempo médio de inserção das crianças no SCFV (27 meses) indica um acompanhamento contínuo por parte do serviço, o que pode favorecer o desenvolvimento de vínculos tanto comunitários quanto institucionais.

7.2 O SCFV NA PERSPECTIVA DAS FAMÍLIAS

A análise temática dos grupos focais apresentou a seguinte tabela com relação aos principais tópicos mencionados:

Tabela 2 – Categorias e temas identificados, com referências – Famílias

Categorias	Temas e Códigos	N
Potencialidades e Repercussões do SCFV	Desenvolvimento infantil e socialização	28
	Socialização	2
	Desenvolvimento	4
	Interação	2
	Aprendizagem	20
	Suporte familiar e comunitário	39
	Apoio	9
	Comunidade	6
	Ajuda	24
	Rede De Apoio Socioassistencial	84
	CRAS e CREAS	25
	COSE/CECON/SCFV	50
	Benefício	9

Categorias	Temas e Códigos	N
	Segurança alimentar e nutricional	30
	Insegurança/Segurança alimentar	3
	Fome	4
	Cesta básica	9
	Lanche	14
	Direitos e Cidadania	34
	Direitos	30
	Acesso	4
	Empoderamento e participação comunitária	27
	Participação	18
	Empoderamento	2
	Luta	7
	Vínculos Familiares	23
	Vínculos familiares	1
	Conversar	22
Desafios e Limitações	Acesso e burocracia	11
	Burocracia	3
	Dificuldade	4
	Agendamento	4
	Oferta de atividades	49
	Atividades	12
	Cursos	17
	Horários	8
	Dias	12

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A Tabela 3 apresenta visualmente os códigos encontrados e a frequência de citações feitas pelas participantes, oferecendo uma representação quantitativa dos temas mais recorrentes nas falas. Além disso, a tabela ilustra o processo de

agrupamento temático realizado, partindo dos códigos individuais até chegar aos dois grandes grupos temáticos que nortearam a análise: 1) Potencialidades e Repercussões do SCFV e 2) Desafios e Limitações.

A seguir, os temas encontrados serão exemplificados com trechos das falas das participantes e debatidos, relacionando os aspectos da literatura e da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

7.2.1 Potencialidades e Repercussões do SCFV

7.2.1.1 Desenvolvimento infantil e socialização

As famílias percebem que o SCFV proporciona um ambiente para as crianças interagirem, brincarem e desenvolverem habilidades sociais. As participantes relatam melhorias no comportamento e na capacidade de socialização de seus filhos, como apontado no trecho:

> G3P1: A minha filha, ela melhorou mais a convivência, ela se expressa melhor, ela já gosta mais de outras atividades, ela quer é... se comunicar mais com as pessoas. Que ela era muito retraída e muito desconfiada. Ela tipo, a pessoa chegava nela, ela não dava conversa não. Hoje em dia, se chegar, ela já começa a se expor mais, expressar o que ela está sentindo. Então, melhorou muito para ela.

Mesmo famílias participantes por poucos meses relataram ter notado diferenças no comportamento de socialização das crianças e adolescentes, como expressa a seguinte participante:

> G3P2: Então, a minha experiência aqui ainda é pouca. É, mas assim, já está sendo gratificada, né? Porque também... a minha filha, ela é muito retraída, muito tímida. Ela não sai de casa, é o dia todinho dentro de casa, dentro do quarto, estudando, lendo. Quer dizer, é assim... eu falei para ela que ela estava vegetando lá dentro do quarto dela, né? [...] Aí trouxe para cá também, estou tentando inteirar, botar ela assim na comunidade, para ela se soltar mais, né, para ela se libertar mais. E ela está gostando daqui, porque já, coisa que ela não gosta de ir é festas de escola. Ela veio já na festa aqui, né? Ela está aqui, já arrumou uma amiga. Já está se soltando um pouquinho mais, né? E isso é bom porque não gosto daquele negócio, daquela menina ficar só dentro do quarto. Tá certo, não está fazendo nada de errado, está estudando, estudando, estudando. Mas ela tem que ter amizade, ela tem que se soltar um pouco mais, aprender a conversar. Ela chega aqui, você conversa com ela e ela só fala assim: ‘Pode ser, pode ser.’

A mudança no comportamento da adolescente, ainda que sutil (“Já está se soltando um pouquinho mais”), é um indicador positivo do potencial desses serviços para promover o desenvolvimento social.

Nesse sentido, cabe destacar que a socialização desempenha um papel crucial no desenvolvimento infantil e na adolescência, sendo essencial para a formação da identidade, aquisição de habilidades sociais e regulação emocional. Os estudos destacam que interações sociais positivas na infância e adolescência estão associadas a uma melhor adaptação social, menor risco de problemas comportamentais e maior resiliência emocional ao longo da vida (Alves; Costa, 2021; Jimenez-Balam; Cavalcante; Castillo-Leon, 2023; Pimentel *et al*, 2021), além de outras habilidades fundamentais para a vida adulta.

A pandemia de covid-19 evidenciou ainda mais a importância da socialização, pois o isolamento social influenciou negativamente a saúde mental e o desenvolvimento socioemocional de crianças e adolescentes (Almeida; Silva Júnior, 2021; Florêncio Júnior; Paiano; Costa, 2020; Portela *et al.*, 2022). Sobre esse ponto, mais à frente serão discutidos outros efeitos causados pelo isolamento social decorrente da pandemia de covid-19, como aumento das desproteções sociais e das situações de vulnerabilidade social (Coelho; Conceição, 2021).

Outro trecho destacado ressalta a repercussão do SCFV na socialização e desenvolvimento infantil:

> G1P4: […] na escola, eu já fui chamada [por conta] dele estar no cantinho, não participar do recreio para brincar, nem nada. Aqui não. Aqui ele já brinca. Agora ele começou a se enturmar mais na escola, mas não é tanto igual aqui.

A socialização é um elemento crucial na prevenção do isolamento social e da institucionalização de crianças e adolescentes. Ao proporcionar experiências de convivência em grupo e oportunidades para o desenvolvimento de habilidades de diálogo e resolução de conflitos, os SCFV contribuem diretamente para a redução do isolamento social e para o desenvolvimento do senso coletivo e comunitário.

Nesse sentido, nota-se que o compartilhamento de experiências e histórias de vida favorece o desenvolvimento da sensação de pertencimento, essencial para os vínculos comunitários e sociais (Machado; Rodríguez, 2024). Essas vivências permitem que crianças e adolescentes desenvolvam competências sociais, ampliando sua rede de apoio e fortalecendo sua integração na comunidade.

Essas temáticas se conectam com o objetivo “Complementar as ações da família e comunidade na proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais”, previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2014). Além disso, propicia a vivência de experiências para relacionar-se e conviver em grupo, além de “administrar conflitos por meio do diálogo, compartilhando outros modos de pensar, agir, atuar”, aquisições previstas na “Segurança de Desenvolvimento da Autonomia” (Brasil, 2014).

A “Segurança de Desenvolvimento da Autonomia”, prevista na Tipificação, é particularmente relevante nesse contexto. Ao aprender a administrar conflitos, compartilhar diferentes perspectivas e desenvolver habilidades de convivência, os jovens se tornam mais resilientes e capazes de manter relações sociais saudáveis (Alves; Costa, 2021; Jimenez-Balam; Cavalcante; Castillo-Leon, 2023; Pimentel *et al.*, 2021). Isso não apenas previne o isolamento no presente, mas também fornece ferramentas para evitá-lo no futuro.

Além disso, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários atua como uma barreira contra a institucionalização. Quando as famílias e comunidades são apoiadas e fortalecidas, aumenta-se a probabilidade de que crianças e adolescentes permaneçam em seus ambientes naturais, reduzindo a necessidade de medidas mais extremas, como o acolhimento institucional.

É importante notar que o isolamento social, especialmente entre jovens, pode ter consequências graves para a saúde mental e o desenvolvimento social. Os estudos de Almeida e Silva Júnior (2021), Florêncio Júnior, Paiano e Costa (2020) e Portela *et al*. (2022) indicam que o isolamento social esteve associado a um aumento no risco de problemas de saúde mental, incluindo depressão e ansiedade, no período da pandemia de covid-19. Portanto, ao prevenir o isolamento, os serviços socioassistenciais também estão promovendo a saúde mental e o bem-estar geral dos jovens.

> G3P5: E eu percebi quão necessário é o SCFV no período da pandemia. Porque assim era um serviço que já era ofertado há muito tempo. Então era cômodo, né? Eu sabia que eu podia contar com aquele serviço. E durante a pandemia, eu vi não para mim, não para mim como adulta, mas como fez falta a convivência com outras crianças para essa minha filha. Como fez falta tanto esse serviço de estar socializando, brincando, se divertindo, tendo o espaço dela de fala. É... isso, foi uma perda muito grande, de quase 2 anos, que ela ficou em casa, porque tanto perdeu aqui quanto perdeu na escola. E hoje assim, hoje, o que eu puder fazer para o SCFV se multiplicar, eu vou fazer.

7.2.1.2 Suporte familiar e comunitário

Quanto ao suporte familiar e comunitário, as famílias destacam o papel do SCFV como fonte de apoio para o desenvolvimento de suas atividades, como sinalizado no trecho abaixo:

> G1P2: Tem muitas pessoas que trabalham, então assim... a criança fica aqui de manhã, só chega em casa, toma banho, se arruma, vai para escola. Evita dele parar nas ruas, dele aprender coisas erradas. Aqui não. Aqui ele, aqui a gente se sente mais seguro, sabe que eles começam a desenvolver mais um pouco o aprendizado, é totalmente diferente.

As mães também expressam que o serviço proporciona um alívio em sua rotina diária, permitindo que tenham tempo para outras atividades e reduzindo o estresse.

> G1P3: A gente consegue... consegue até dormir. Se você não dormir uma noite de sono, você fica doida.
>
> G1P6: Igual muita mãe fala, ‘Ah, não quero colocar no COSE porque não tem as coisas que é para fazer’ e eu ‘Mulher, lá ajuda tanto, tanto [...]’.

Nesse sentido, percebe-se que as demandas societais impactam profundamente a saúde mental e a capacidade de manutenção e sobrevivência dessas mulheres. Trata-se de mulheres em condições de vulnerabilizações materiais e relacionais, que se percebem com sobrecarga de responsabilidades, pois se veem como as principais responsáveis pelos cuidados familiares, da gestão financeira e das tarefas domésticas.

Esse é um debate a que o feminismo busca dar visibilidade e demonstrar as narrativas e interesses capitalistas por trás da invisibilização do trabalho de cuidado feminino (Araujo; Melo; Morais, 2024). Fraser (2020) discute os processos de reprodução social, nos quais as demandas de cuidado são colocadas como responsabilidades afetivas das mulheres, não remuneradas e não reconhecidas no mercado de trabalho.

A vulnerabilidade relacional intensifica as consequências da reprodução social, especialmente para famílias monoparentais chefiadas por mulheres, pois concentram as responsabilidades materiais e de cuidado em uma única figura (Galvão, 2023). Essas mulheres enfrentam obstáculos significativos para manter e sustentar suas famílias, frequentemente submetendo-se a múltiplas jornadas de trabalho. Contudo,

as oportunidades disponíveis no mercado de trabalho raramente consideram suas necessidades específicas. Consequentemente, muitas optam por empregos de carga horária reduzida ou com flexibilidade de horários para conciliar as demandas familiares e domésticas. Essa situação frequentemente resulta na inserção dessas mulheres no mercado informal, expondo-as à precarização do trabalho (Duarte; Cunha, 2023).

Essa realidade não apenas compromete a estabilidade financeira dessas famílias, mas também perpetua um ciclo de vulnerabilidade socioeconômica. A falta de políticas públicas efetivas, com oferta de creches, serviços socioassistenciais, escolas integrais, além da falta de um mercado de trabalho mais inclusivo agrava ainda mais essa situação, limitando as possibilidades de ascensão social e econômica dessas mulheres e suas famílias.

Nesse sentido, cabe também analisar o papel que os Programas de Transferência de Renda efetuam para o entendimento do trabalho de cuidado realizado pelas mulheres. Carloto e Nogueira (2018) avaliam que os programas de transferência de renda reforçam a responsabilização feminina do cuidado ao priorizá-las como beneficiárias titulares dos programas. Sendo assim, ao condicionar benefícios a contrapartidas associadas aos cuidados familiares – como acompanhamento escolar, vacinação ou consultas médicas das crianças –, o Estado enfatiza nas mulheres a responsabilidade pela gestão da pobreza, reforçando a associação histórica entre feminilidade e cuidado doméstico (Carloto; Nogueira, 2018).

Esses fatores impactam também o âmbito da autoimagem, enquanto exercem o papel de mãe. O contexto de vulnerabilização e as pressões sociais impostas às mulheres com filhos propicia sentimentos de culpabilização e dúvidas acerca da capacidade da realização da maternidade (Benatti *et al.*, 2020). Em estudo realizado por Benatti *et al*. (2020), uma das categorias emergentes na escuta de mães em situação de vulnerabilização foi “‘Será que eu vou conseguir?’: sobre sustento financeiro e cuidados com a casa”. Nessa categoria, as mulheres ouvidas apresentam sentimentos de forte angústia quanto às condições financeiras da família e sensação de inadequação e fracasso no papel materno, demonstrando a complexa relação entre vulnerabilidade socioeconômica e o exercício da maternidade.

A fala das participantes, ao questionar sua competência enquanto mãe devido à impossibilidade de fornecer alimentos suficientes, ilustra como a escassez material pode corroer a autoestima e a percepção de competência materna. Esse sentimento

de “incapacidade” revela a internalização de expectativas sociais sobre o que constitui uma “boa mãe”, frequentemente desconsiderando os contextos socioeconômicos desafiadores.

Esse contexto ressalta a necessidade de uma abordagem mais sensível e contextualizada da maternidade em situações de vulnerabilidade, reconhecendo os desafios estruturais enfrentados por essas mulheres e oferecendo suporte não apenas material, mas também psicológico e social para aliviar o fardo emocional associado à maternidade em condições adversas.

Nesse sentido, outros desafios foram percebidos por meio do relato das participantes dos grupos focais, como a dificuldade de realização do autocuidado e os impactos da falta de rede de apoio no contexto da maternidade, como apresentado no seguinte trecho:

> G1P5: Tava surtando já. Porque não tinha tipo, apoio, não tinha tipo... minha mãe trabalhava, então era eu pra ‘50000’ meninos. [...] Aí não tinha terapia pra M*, não sabia que ela era autista. Era o outro, era eu de resguardo. Aí quando eu fiquei um mês internada, quando eu cheguei em casa esses meninos tinham bicho, piolho. Aí eu vim ter apoio aonde? No SCFV. Os meninos iam, o ônibus passava na porta só pra pegar eles de manhã cedo. Chegava, eles banhavam e iam para escola. Pense, [como foi bom] pra diminuir aquela loucura na minha cabeça?

A abdicação do autocuidado na maternidade é um fenômeno que afeta significativamente o bem-estar das mães e, consequentemente, de suas famílias. Muitas mães, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade ou com múltiplas responsabilidades, frequentemente priorizam as necessidades de seus filhos e familiares em detrimento de suas próprias necessidades físicas, emocionais e mentais.

O sentimento de culpa é um dos principais obstáculos que impedem as mães de priorizar o autocuidado. Muitas acreditam que dedicar tempo a si mesmas é egoísta ou que isso as torna mães menos dedicadas (Alcantara *et al.*, 2022; Barreto; Moreira, 2014). A sobrecarga de responsabilidades, especialmente para mães solos ou aquelas com pouco suporte social, é um aspecto crucial, que contribui para a negligência do autocuidado, além da dificuldade de acesso às políticas públicas de saúde.

Percebe-se, portanto, que a rede de apoio é aspecto preponderante nas capacidades familiares, constituindo-se como um pilar fundamental para o

enfrentamento de desafios e promoção de processos protetivos (Coelho; Conceição, 2024).

Nesse sentido, a temática demonstra que o SCFV cumpre com os objetivos gerais de “Complementar o trabalho social com família, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária”, e “Prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária” (Brasil, 2014, p. 19).

A temática demonstra também que o SCFV cumpre com os objetivos específicos de “Assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo” (Brasil, 2014, p. 20).

No entanto, destaca-se que a análise dos dados evidenciou a necessidade de fortalecer o suporte familiar e comunitário sob uma perspectiva intergeracional. Os grupos estudados nesta pesquisa não apresentaram evidências de que essa temática esteja sendo abordada no âmbito SCFV de forma contundente.

A avaliação dos planos de trabalho das unidades visitadas revelou uma estruturação dos grupos predominantemente baseada em faixas etárias, com escassas oportunidades para encontros intergeracionais. Essa configuração limita significativamente o desenvolvimento de relações e trocas de experiências entre diferentes gerações, comprometendo assim um aspecto fundamental para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e afetando a vivência de “experiências que possibilitem o desenvolvimento de potencialidades e ampliação do universo informacional e cultural” (Brasil, 2014, p. 22), assim como a “redução e prevenção de situações de isolamento social e de institucionalização” (Brasil, 2014, p. 24).

O convívio intergeracional tem se mostrado uma estratégia valiosa para promover o bem-estar e a coesão social em comunidades cada vez mais envelhecidas e segregadas (França; Silva; Barreto, 2010). Diversos estudos recentes apontam os benefícios mútuos que as ações de interação entre diferentes gerações podem proporcionar (Gonçalves; Truccolo, 2020; Matos *et al.*, 2023; Rovetta *et al.*, 2023).

As pessoas idosas participantes de programas intergeracionais relataram aumento do bem-estar, redução de sentimentos de solidão e melhora na qualidade de

vida (Rovetta *et al.*, 2023). Além disso, essas interações contribuem para manter as pessoas idosas socialmente ativas e engajadas.

Do ponto de vista dos mais jovens, o convívio com idosos proporciona oportunidades únicas de aprendizado e desenvolvimento. Essas experiências também ajudam a desconstruir estereótipos negativos sobre o envelhecimento, promovendo uma visão mais positiva e respeitosa em relação à pessoa idosa (Matos *et al.*, 2023).

O estudo de Da Silva *et al.* (2020) destaca que as trocas intergeracionais fortalecem os relacionamentos, promovem a troca de ideias e conhecimentos entre as faixas etárias, favorecendo a formação e a consolidação de vínculos sociais. Essa interação permite o compartilhamento de experiências de vida, conhecimentos, atitudes e crenças, contribuindo para o crescimento mútuo e a evolução pessoal dos participantes.

Essa lacuna identificada sugere a importância de se repensar as estratégias e metodologias empregadas no SCFV, visando incorporar mais efetivamente a abordagem intergeracional em suas atividades e programações. Tal ajuste poderia contribuir substancialmente para o enriquecimento das relações sociais e para a promoção de um suporte mais abrangente e integrado aos usuários do serviço.

7.2.1.3 Rede de apoio socioassistencial

Para famílias em situação de vulnerabilidade, a rede de apoio social atua como um fator de proteção e resiliência, permitindo o enfrentamento e a superação de momentos de crise (Juliano; Yunes, 2014). Ela contribui para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, prevenindo a ruptura desses laços e promovendo o acesso a direitos e serviços essenciais.

A importância dessa rede se torna ainda mais evidente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, em que as famílias enfrentam múltiplos desafios. Nesse sentido, as famílias tendem a apresentar maiores fatores de risco, tornando a rede de apoio um recurso vital para mitigar essas vulnerabilidades.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), oferecido pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), é um exemplo de como a rede de apoio institucional pode fortalecer as famílias vulneráveis. O PAIF trabalha na prevenção da ruptura de vínculos, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dessas famílias. Em vista disso, Coelho, Brito e

Conceição (2024) analisaram a perspectiva dos trabalhadores da assistência social acerca das proteções e desproteções relacionais que suas atuações proporcionam e encontraram fatores desfavoráveis à promoção da segurança de convívio, como “falta de condições e recursos dos serviços” e “quando seguranças socioassistenciais não são olhadas articuladamente e em sua integralidade”.

Por outro lado, as autoras também encontraram potencialidades percebidas pelos trabalhadores como “o espaço dialógico no atendimento com as famílias mediante uma escuta ativa e a construção de vínculos e grupos de convivência”.

Os achados corroboram os encontrados por Bronzo, Mendes e Rezende (2019, p. 16), nos quais o trabalho socioassistencial foi apontado como tendo o “potencial de descortinar possibilidades, calçar caminhos e abrir janelas”. No entanto, as autoras também encontraram que a superação da pobreza, considerada em sua dupla dimensão – material e psicossocial –, necessita de um “compromisso do conjunto das políticas públicas” e “um esforço consistente do governo para nortear intervenções a partir de critérios político-normativos”.

Souza, Panúncio-Pinto e Fiorati (2019) também pesquisaram as redes de apoio, com foco nas crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Os achados das pesquisadoras demonstram que “o SCFV, tanto quanto a escola, apresenta-se como refúgio, uma oportunidade dessas crianças se distanciarem da realidade em que vivem” (Souza; Panúncio-Pinto; Fiorati, 2019, p. 265). Nesse estudo, as autoras demonstram que a principal rede percebida pelas crianças e adolescentes é a familiar e que espaços comunitários, como a escola, não são associados exclusivamente à educação, mas à convivência e a aspectos relacionais. Conforme expresso pelas autoras, “quando os vínculos familiares e comunitários mais próximos se encontram fragilizados, os serviços são o lugar do apoio social” (Souza; Panúncio-Pinto; Fiorati, 2019, p. 265).

Tal visão foi encontrada nas falas das famílias participantes do presente estudo:

> G1P7: Assim, tipo, o CECON e o COSE sempre foi uma base de apoio para mim, porque foi na época que os meninos ficavam tudo para lá. Depois que saiu do COSE, foi para escola integral. Aí que eles foram saindo.
>
> G1P6: Porque sempre a gente acha, acha apoio aqui. A grande parte das mães e quem eu já, já falei, ‘Ó, o COSE ajuda assim, assim, assim’.
>
> G1P5: Eu estava gestante, uma gravidez de alto risco e a SCFV deu todo o suporte com psicólogo... antigamente tinha mais coisas aqui... com psicólogo, com ajuda financeira, com acolhimento. E de lá para cá vem isso. Na

> pandemia então é que ajudou muitas famílias, com cesta, com acolhimento, com tudo.

Programas como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos são essenciais para complementar o trabalho do PAIF e do PAEFI, oferecendo atividades que promovem a integração social e o fortalecimento dos laços comunitários. Assim sendo, percebe-se que os serviços socioassistenciais podem ser pontes para o desenvolvimento da segurança de convívio e fortalecimento de vínculos.

A compreensão dessas unidades como redes de apoio efetivas potencializa o impacto social almejado pelo SCFV. Esse impacto se materializa ao contribuir para o "aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais", conforme estabelecido nas diretrizes do serviço (Brasil, 2014, p. 24).

É importante ressaltar, entretanto, que a construção e manutenção de redes de apoio eficazes requerem acolhimento e proteção, com o objetivo de atender à complexidade das demandas das famílias vulnerabilizadas sem discriminações ou preconceitos.

Nesse sentido, o estudo de Folharini *et al.* (2024) destaca a importância da construção do ambiente para a promoção do compartilhamento e do desenvolvimento das relações no grupo. Os autores destacam a flexibilidade no planejamento das ações, visando acolher as demandas dos jovens, com a finalidade de compreender suas angústias e desafios.

Sestren e Bueno (2024) também apontam para essa direção. Em seu estudo, os autores discutem sobre a relevância de se colocar disposto a encontrar novas práticas, construídas a partir da identidade grupal que se forma em uma ação coletiva. Os autores perceberam que, ao possibilitar a expressão do grupo, as relações de pertencimento e os vínculos afetivos e simbólicos foram fortalecidos.

7.2.1.4 Segurança alimentar e nutricional

Nesse ponto, cabe salientar um aspecto que foi bastante abordado em todos os grupos focais realizados: a percepção de suporte quanto à segurança alimentar e nutricional. Em cada um dos grupos, as famílias trouxeram a importância do SCFV para a redução das fragilidades alimentares da família. Cabe destacar que o serviço fornece lanches e, em alguns casos extraordinários, o serviço distribui cestas básicas, ajudando a reduzir a insegurança alimentar em famílias vulneráveis.

Tal contribuição foi vista pelas famílias como essencial para sua manutenção:

> G2P3: É... aqui a gente ganha uma cesta, tu ganha cesta de verdura. Então ajuda muito em casa, né? Muitas vezes a gente não tem para comprar e a gente já ganhou aqui.
> G1P1: ...aquela mulher que está grávida. Ela depende do lanche daqui. E tipo, ela coloca os meninos dela semi-integral. [...] Ela manda mesmo por conta da alimentação. Você vê a insegurança alimentar que às vezes ela tem. E quando os meninos vem para cá, a S[1] dá um pouquinho de lanche a mais porque os meninos não têm. Aí às vezes o povo fala 'Ah, é um suquinho e um bolinho'. Para muita gente não é nada, mas para quem não tem... é muita coisa.

A frase "Muitas vezes a gente não tem para comprar e a gente já ganhou aqui" ilustra a precariedade econômica vivenciada por muitos usuários do serviço. Além disso, o fato de colocar os filhos em regime semi-integral na escola "por conta da alimentação" demonstra que as famílias precisam desenvolver estratégias de sobrevivência, levantando questões importantes sobre a eficácia e a abrangência das políticas públicas de segurança alimentar no Brasil. Enquanto programas como o Bolsa Família têm sido cruciais no combate à fome, a persistência da insegurança alimentar sugere a necessidade de estratégias mais abrangentes.

> G3P1: Com relação à segurança alimentar, nossa, para mim foi muito bom. Que meu filho mais velho acordava um pouco mais tarde, não tomava o café da manhã, já pulava pro almoço e quando queria almoçar, comia pouco, então ele iria, né, sentir mais fome durante o dia. Como ele não estudou na escola pública, então eu tenho que mandar um lanche para escola, às vezes não mandava um lanche suficiente. Então assim, me ajuda porque eu já chego aqui cedo, eu tomo café da manhã, às vezes um almoço. Assim, as mazelas já são outras. Então, para ele, nossa casa, melhorou a insegurança alimentar principalmente, e não por negligência minha e às vezes por essa rotina mesmo estar bagunçada, não vou mentir.
>
> G3P5: Tem uns 15 dias, mais ou menos, eu recebi um telefonema em casa, era daqui do SCFV: 'Olha, a Fernanda foi sorteada e vai receber uma cesta básica, pode vir buscar'. Maravilhoso. Eu estava realmente precisando, porque assim, o meu marido, ele não está trabalhando. Ele está de atestado tem mais de ano, está sem trabalhar, sem receber. Quer dizer, uma ajuda muito boa, né?

Os trechos acima evidenciam o fortalecimento na vinculação das famílias ao serviço quando este entende quais são as necessidades familiares e oferecem uma resposta satisfatória. A oferta de alimentos transcende a mera função nutricional, atuando como um poderoso facilitador na formação e manutenção de vínculos sociais. Nesse sentido, o SCFV realiza atividades que incluem a alimentação como forma de promover a integração social e fortalecer os laços comunitários. Sendo assim,

percebe-se que o ato de compartilhar refeições cria oportunidades para o desenvolvimento de relações, a transmissão de cultura e o fortalecimento do tecido social (Gimenes-Minasse, 2023).

Assim sendo, o SCFV cumpre com o objetivo “Complementar o trabalho social com família, prevenindo a ocorrência de situações de risco social […]”, previsto pela Tipificação (Brasil, 2014, p. 19). Além de realizar a “acolhida [das] demandas, interesses, necessidades e possibilidades” (Brasil, 2014, p. 22) das famílias atendidas e contribuir para “Redução das ocorrências de situações de vulnerabilidade social” e para a “Prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência”, no que diz respeito à insegurança alimentar, assim como proporcionar “Melhoria da qualidade de vida dos usuários e suas famílias” (Brasil, 2014, p. 24).

7.2.1.5 Direitos e Cidadania

O serviço de convivência tem um papel importante na educação das famílias sobre seus direitos e como acessá-los, constituindo-se como um importante instrumento de empoderamento e inclusão social. Esse serviço vai além do mero fornecimento de informações, atuando como um catalisador para o desenvolvimento da cidadania e da autonomia dos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade.

Percebe-se que, ao promover espaços de convivência e diálogo, o SCFV cria um ambiente propício para a disseminação de conhecimentos sobre direitos sociais, civis e políticos (Gomes; Maheirie; Corrêa, 2022), como relatado na seguinte fala:

> G1P5: Que a gente fala assim, ó, igual eu falo: ‘Não, ninguém pode fazer isso com você’. É um direito que ele está sabendo através de mim. Entendeu? Eu falo isso para ele, ninguém pode encostar aqui, ninguém pode fazer isso [...].
>
> G1P5: Assim, antes eu não tinha noção. Hoje eu tenho o direito, que eu sei, que eu tenho direito de ir e vir, tenho direito à educação, tenho direito de ser respeitada. Eu tenho uma filha especial, ela tem direito de ser respeitada, ela tem direito de ser encaixada em qualquer ambiente. E antes eu não tinha noção disso, entendeu?

A frase “Assim, antes eu não tinha noção” marca um ponto de virada na consciência da mãe sobre seus próprios direitos. Essa mudança de perspectiva é significativa, pois demonstra que o conhecimento sobre direitos não é inato, mas adquirido através de educação e experiências. Isso ressalta a importância da educação social e cidadã, especialmente para populações vulneráveis.

Por meio de atividades grupais, oficinas e palestras, os participantes são expostos a informações sobre seus direitos fundamentais, incluindo o acesso à saúde, educação, moradia e assistência social. Esse processo educativo não se limita à transmissão passiva de informações, mas também incentiva a reflexão crítica e o protagonismo dos usuários.

Tal resultado corrobora o encontrado por Eyng *et al.* (2020), que apresentam o SCFV como um meio de produção da educação social, propiciadora da emancipação para além da educação básica. Corrêa, Maheirie e Gomes (2024) encontraram resultados semelhantes, porém analisando o público de idosos. Luz, Natali e Müller (2020) também discutem sobre a importância da educação social no SCFV, trazendo o olhar dos educadores sociais acerca de sua atuação sobre direitos violados de crianças e adolescentes.

Andrade, Gomes e Maheirie (2022) realizaram um estudo sobre a articulação comunitária e a democracia participativa em um grupo de articulação do CRAS e encontraram como resultado a potência da unidade socioassistencial enquanto mediadora e fomentadora de diálogo pautado na participação social. Nesse sentido, os serviços socioassistenciais também atuam como uma ponte entre as famílias e os diversos serviços e políticas públicas disponíveis. No âmbito dessa pesquisa, as famílias perceberam que o SCFV orienta sobre como navegar pelos sistemas de proteção social e capacita os indivíduos a buscarem ativamente seus direitos.

> G1P5: Eu antes eu não sabia nem meus direitos. Depois do CRAS, eu fui pro CREAS, aí do CREAS a moça me encaminhou para cá. A gente tem uma noção a mais do que é o direito da gente, da criança, da educação, da saúde e tudo.

Ressalta-se também que as famílias percebem o SCFV como redutor das barreiras burocráticas e informacionais quanto ao acesso aos serviços realizados exclusivamente no CRAS, como solicitação de benefícios eventuais e atualização de Cadastro Único. Entretanto, cabe destacar que as famílias apontaram fortes dificuldades de acesso aos serviços socioassistenciais antes de serem inseridas no SCFV. Esse tópico será abordado mais à frente, na categoria “Desafios e Limitações”.

> G1P2: [Aprendi mais em relação] Aos direitos assim. Igual programas sociais que eu não sabia. Eles mesmo me acolheram: ‘Ó, você tem direito a isso e isso porque você está desempregada.’ Eles mesmo marcaram para mim no

> CRAS. É... direito mesmo como mulher, essas coisas assim. Nas palestras que você vai descobrindo e vai te incentivando. É muito, muito bom mesmo.

O caráter preventivo do SCFV é outro aspecto crucial de sua atuação educativa. Ao trabalhar temas como cidadania, participação social e direitos humanos, o serviço contribui para prevenir situações de violação de direitos, isolamento social e outras formas de vulnerabilidade.

> G1P1: O negócio é igual a menina falou, né? Quando a gente sabe dos nossos direitos, a gente luta por eles. Porque a voz do povo que faz diferença, né?
>
> G1P7: Então, quando a gente conhece os nossos direitos ali, pelo menos um pouquinho da lei e dos nossos direitos, a gente vai atrás.

No entanto, cabe ressaltar que houve discrepância nas respostas a essa pergunta instigadora durante os grupos focais. Por meio da análise dos dados, percebe-se que há unidades que desenvolvem um trabalho mais contundente com relação à educação cidadã, enquanto outras ainda carecem de maior engajamento nessa área. As respostas das famílias nas unidades que exploram menos os debates acerca dos direitos demonstraram uma visão mais restrita a serviços e ações desenvolvidas no SCFV, como no seguinte diálogo:

> PESQUISADORA: Quais direitos vocês têm maior conhecimento hoje?
> G2P1: Eu estou fazendo um curso aqui.
> G2P2: Tô querendo tentar fazer esses cursos.
> G2P3: Também não estou sabendo não.
> G2F4: Também não tô sabendo, mas se me encaixarem, eu tô dentro. Só que eu gosto de mexer mais com cabelo, adoro mexer com cabelo.

Outro aspecto que necessita de aperfeiçoamento é quanto aos canais de denúncia contra violações. Algumas das famílias sentiram dificuldades em elaborar sobre essa pergunta, o que demonstra ainda uma insegurança acerca dos conhecimentos obtidos ou desconhecimento:

> PESQUISADORA: Vocês sabem, por exemplo, onde procurar para fazer denúncias sobre violação de direitos?
> G2P1: Não.
> G2P2: Não.

Luz, Natali e Müller (2020) apontam para “fragilidade no âmbito formativo dos profissionais envolvidos” na educação social, além das discrepâncias entre as

condições materiais e estruturais como fatores importantes para a produção de ações efetivas no SCFV. Penna *et al.* (2021), em sua revisão integrativa sobre os educadores sociais que atuam em unidades de acolhimento institucional, também encontraram fragilidades no processo formativo dos profissionais em questão. Os autores ressaltam:

> […] a importância da formação continuada e específica não só nos aspectos relacionados à educação formal, mas também aos aspectos referentes às questões sociais, culturais, de gênero e de saúde, ou seja, questões referentes aos direitos sociais, sexuais, de cidadania, é uma ferramenta indispensável para qualidade do cuidado subjetivo desenvolvido no âmbito das unidades de acolhimento (Penna *et al.*, 2021).

Os estudos citados, no entanto, não podem ter seus resultados generalizados, tendo em vista suas limitações territoriais e de tipo de serviço, respectivamente. É pertinente, portanto, que sejam produzidos estudos em nível nacional que avaliem o perfil e as condições formativas dos educadores sociais, com vistas a fortalecer os profissionais atuantes e fornecer os insumos teóricos e práticos necessários para essa profissão tão essencial ao SUAS.

Quanto às crianças e adolescentes participantes do SCFV, as famílias perceberam maior conhecimento acerca dos seus direitos depois da entrada no serviço. A metodologia utilizada pelo SCFV, que inclui atividades lúdicas, culturais e esportivas, torna o processo de aprendizagem sobre direitos mais acessível e engajador, especialmente para crianças e adolescentes. Essa abordagem multifacetada permite que o conhecimento sobre direitos seja internalizado de forma mais efetiva e duradoura, conforme demonstram os trechos abaixo:

> G1P6: E hoje em dia ele vem pra cá, sabe que não pode bater, tem que conversar. Eu mesma, às vezes eu falava e ele já assustava ‘Mamãe, não grita comigo não’. Entendeu?
> G1P7: Mas os meninos são muito [espertos mesmo]... Ontem mesmo o D* foi e falou assim, ‘Mãe, porque que não pode bater em idoso, não pode bater em animal, não pode, não sei o que lá... e bater em criança é educar?’. Ele falou desse jeito.

Os trechos evidenciam uma consciência crescente de seus direitos e uma capacidade de se expressar contra formas de violência, mesmo que verbal, como demonstra a criança ao dizer “Mamãe, não grita comigo não”. Quanto ao questionamento da criança sobre por que “bater em criança é educar?”, este reflete

uma mudança geracional na percepção da violência contra crianças. Isso sugere que as discussões sobre direitos e proteção estão sendo internalizadas e aplicadas de forma crítica pela criança.

Nesse sentido, o serviço cumpre o objetivo geral de “Oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários”, previsto pela Tipificação (Brasil, 2014). Além disso, contribui para o alcance do objetivo específico de “Estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo”, ao fornecer os conhecimentos sobre direitos básicos do cidadão.

Na mesma seara, as atividades educativas e cidadãs, desenvolvidas pelo SCFV, contribuem para que os usuários vivenciem “experiências que possibilitem o desenvolvimento de potencialidades e ampliação do universo informacional e cultural” e tenham “acesso a informações sobre direitos sociais, civis e políticos e condições sobre o seu usufruto” (Brasil, 2014), previstos como aquisições importantes para a Segurança de Desenvolvimento da Autonomia.

Assim sendo, o serviço contribui para a “Ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais” e “Aumento no número de jovens autônomos e participantes na vida familiar e comunitária, com plena informação sobre seus direitos e deveres”, gerando então resultado social positivo para a comunidade.

7.2.1.6 Empoderamento e participação comunitária

As mães relatam se sentirem mais empoderadas e capazes de defender seus direitos e os de seus filhos após participarem do serviço.

> G1P5: Tipo assim, hoje eu tenho uma arma de defesa. Antes eu ficava acuada, hoje em dia eu já não fico. Se alguém rebater, eu falo ‘Não, você está errado’ e eu vou até o fim.

A fala mencionada ilustra de forma contundente o processo de empoderamento individual, que se reflete na capacidade de autoafirmação e defesa dos próprios direitos. Essa declaração reflete um processo de mudança significativa na postura do indivíduo frente a situações de violações de direitos. A metáfora da “arma de defesa” é particularmente reveladora, sugerindo que o conhecimento e a confiança adquiridos

funcionam como ferramentas de proteção e afirmação pessoal. A transição de um estado de acuamento para uma postura mais assertiva indica um crescimento na autoestima e na capacidade de se posicionar.

O empoderamento, segundo Gohn (2004), é um processo de mobilização e práticas que objetivam promover e impulsionar grupos e comunidades na melhoria de suas condições de vida, aumentando sua autonomia. Esse processo está intrinsecamente ligado à participação social.

Zakus e Lysack (1998) apresentam participação social como o processo pelo qual os membros da comunidade assumem compromissos individuais e coletivos, desenvolvendo a capacidade de avaliar suas próprias necessidades e problemas, além de planejar e implementar soluções.

Nesse sentido, a participação social passa pela necessidade de coletivizar as demandas e dificuldades, que, muitas vezes, são percebidas como individuais. Os grupos apoiam esse processo ao permitir que as famílias tenham um espaço seguro para compartilhar suas angústias. Assim, os membros familiares começam a se identificar e reconhecer dificuldades vividas no compartilhamento de seus vizinhos. As dores tomam uma dimensão grupal e comunitária, estimulando a participação comunitária e, por consequência, o empoderamento, como demonstra o diálogo abaixo:

> G1P1: Às vezes o povo falava e a gente ficava com vergonha, né? Não sabia o que era, ficava coagido.
> G1P3: Tem o medo também, às vezes…
> G1P1: É. E quando a gente sabe o direito da gente, a gente vai fundo, né?

É importante ressaltar que o empoderamento e a participação comunitária não estão isentos de desafios. Wendhausen e Caponi (2002) e Nascimento *et al.* (2022) apontam que ainda existem barreiras estruturais e culturais que dificultam a plena participação de grupos marginalizados em espaços de decisão, especialmente para as mulheres. Superar essas barreiras requer um esforço contínuo de educação social, conscientização e, principalmente, o fortalecimento de espaços coletivos e a criação de oportunidades de participação efetiva por parte do Estado.

Nessa seara, Oliveira, Machado e Kreutz (2021) demonstraram que o empoderamento feminino pode ser favorecido mesmo em espaços não formais de aprendizagem. Carole Pateman (1992), em seu livro *Participação e Teoria*

Democrática, apresenta a “Teoria Participativa da Democracia”, na qual a autora defende que o próprio processo participativo é também educativo. Sendo assim, “a participação promove e desenvolve as próprias qualidades que lhe são necessárias; quanto mais os indivíduos participam, melhor capacitados eles se tornam para fazê-lo” (Pateman, 1992, p. 61).

No contexto do empoderamento comunitário, essa teoria ganha relevância ao sugerir que a participação ativa dos cidadãos em diferentes espaços, sejam eles formais ou não formais, pode levar a um processo de conscientização e capacitação progressiva (Oliveira; Machado; Kreutz, 2021). As vivências e interações nesses ambientes proporcionam oportunidades para o desenvolvimento de habilidades, troca de experiências e fortalecimento mútuo, elementos cruciais para o empoderamento (Oliveira; Machado; Kreutz, 2021).

Sendo assim, verifica-se que a participação no SCFV favorece o alcance do objetivo geral de “Oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários” (Brasil, 2014, p. 19) e de suas famílias, bem como propicia o acesso às famílias “a informações sobre direitos sociais, civis e políticos e condições sobre o seu usufruto” e possibilita a vivência de “experiências potencializadoras da participação social, tais como espaços de livre expressão de opiniões, de reivindicação e avaliação das ações ofertadas” (Brasil, 2014, p. 23). Nesse sentido, o SCFV contribui para a “Ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais” (Brasil, 2014, p.24) e outros direitos previstos pelo ordenamento jurídico.

No entanto, a presente pesquisa não identificou evidências conclusivas quanto ao alcance do objetivo específico direcionado ao público de 6 a 15 anos, que visa "Estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo" (Brasil, 2014, p. 20) e quanto ao impacto social esperado de contribuir para o “Aumento no número de jovens autônomos e participantes na vida familiar e comunitária, com plena informação sobre seus direitos e deveres” (Brasil, 2014, p. 24). A análise dos dados coletados não revelou percepções significativas das participantes sobre a promoção da participação ativa especificamente nessa faixa etária.

O achado, porém, corrobora a análise de Fuchs e Jesus (2020). Os autores analisaram a participação das crianças e adolescentes em espaços de controle social e encontraram que, no Brasil, a participação desse público possui um “avanço lento,

episódico e ainda tímido” (Fuchs; Jesus, 2020, p. 9). Para os autores, quanto mais cedo os jovens forem incluídos em experiências participativas, melhor será seu preparo para exercer o direito de voz e expressão. Os autores ainda defendem que a participação não deve se restringir às Conferências e deve ser realizada em:

> […] espaços educativos, circulados pelas crianças e adolescentes, para então chegarem mais conscientes e preparados para o diálogo de ideias, mesmo que a relação ainda perdure por tempo desigual, pois não é simples a ruptura da visão adultocêntrica (Fuchs; Jesus, 2020, p. 19).

É importante, ainda, ressaltar que as informações foram obtidas por meio de grupos focais com os responsáveis familiares, que, por vezes, refletiram suas próprias vivências em atendimentos, palestras e outras atividades voltadas para os familiares. A escolha dos participantes, nessa temática, apresentou-se como um fator interveniente na avaliação das ações direcionadas ao público infantojuvenil.

7.2.1.7 Vínculos familiares

A presente pesquisa encontrou evidências de que o SCFV tem se mostrado uma ferramenta eficaz no fortalecimento dos laços familiares, conforme evidenciado pelos relatos de famílias participantes:

> G3P6: Eu acho que agora... que assim, fortalece muito nossos vínculos, né? Eu como mãe mesmo tinha um diálogo um pouco mais agressivo com o meu filho, sabe? Não vou mentir. [...] E [aprendi] aqui nas reuniões, né? Até com eles mesmo, lidando com as crianças, a gente vai aprendendo, né? A se comunicar cada vez melhor.

A fala citada ilustra como a participação em espaços de aprendizagem e reflexão pode transformar positivamente as dinâmicas familiares, especialmente no que tange à comunicação entre pais e filhos.

Silva, Fiamoncini e Satler (2023), ao realizarem uma revisão integrativa da literatura acerca dos efeitos da parentalidade na comunicação dos filhos, encontraram que a qualidade do diálogo entre pais e filhos é um fator determinante para o desenvolvimento saudável dos jovens.

A comunicação familiar clara e respeitosa é essencial para a construção de relações saudáveis e resilientes. Quando os pais adotam uma postura de escuta ativa e criam um ambiente acolhedor para que os filhos se sintam seguros para expressar

seus pensamentos e emoções, a criança se torna mais confiante para o agir espontâneo e para o desenvolvimento de sua individualidade (Winnicott, 2022). Isso corrobora a percepção da mãe, na seguinte fala:

> G3P2: O meu filho não era muito de falar o que acontecia com ele na escola, o que passava com ele na escola. E quando eu coloquei aqui surgiram diversas outras coisas, entendeu? Que a gente tentou abrir [a comunicação] um pouco mais, né?

Schmidt, Staudt e Wagner (2016) ressaltam a importância das intervenções psicossociais no auxílio às famílias. O estudo verificou que as intervenções analisadas auxiliaram na comunicação, resolução de problemas, redução do estresse parental, aumento do senso de competência, entre outros. Essa perspectiva alinha-se com a experiência relatada, em que a participação em palestras e orientações proporcionou aos responsáveis familiares novas ferramentas para lidar com os desafios da comunicação familiar.

Outro aspecto percebido pelas famílias como fortalecedor dos vínculos familiares foi a ocorrência de passeios e atividades culturais, como demonstram as falas abaixo:

> G1P2: A convivência a gente faz nos passeios aqui mesmo. Tem as festinhas. Isso tudo [aproxima].
> G1P4: E também tem os passeios. Que a gente às vezes não tem condição de passear com os filhos da gente. E aqui já tem um passeio para eles e também para a gente também ficar junto deles. Que na realidade a gente não pega um filho e fala ‘Nós vamos passear ali no clube, vamos para o zoológico’. E aqui não, aqui já tem essa participação das crianças nisso daqui.

As falas destacam como atividades aparentemente simples, como passeios e festas, podem ter um efeito significativo na qualidade das relações familiares e no acesso a experiências culturais e de lazer. Ao relatarem que “isso tudo aproxima” e que as atividades facilitam “a gente ficar junto deles”, demonstram que o serviço, ao oferecer essas oportunidades, não apenas proporciona momentos de diversão e aprendizagem para as crianças, mas também cria espaços para que os pais participem ativamente dessas experiências junto com seus filhos. Essa abordagem inclusiva fortalece o vínculo entre pais e filhos, promovendo momentos de qualidade que podem ser raros no cotidiano dessas famílias.

Nesse sentido, a segunda fala aprofunda essa perspectiva, destacando como os passeios organizados pelo serviço preenchem uma lacuna importante na vida

dessas famílias: “E também tem os passeios. Que a gente às vezes não tem condição de passear com os filhos da gente”. Essa declaração revela a realidade de muitas famílias em situação de vulnerabilidade social, que frequentemente não têm recursos financeiros ou tempo disponível para proporcionar experiências de lazer e cultura para seus filhos.

Ademais, ao mencionar lugares como “clube” e “zoológico”, a fala revela como esses serviços podem ampliar o horizonte cultural e social das famílias, proporcionando acesso a espaços e experiências que, de outra forma, poderiam estar fora de seu alcance. Isso contribui para a redução das desigualdades sociais no acesso à cultura e ao lazer, aspectos fundamentais para o desenvolvimento humano integral.

Em contrapartida, percebe-se que há fatores que dificultam a relação entre pais e filhos. Em seu estudo, Aires *et al.* (2023, p. 13) encontraram que “as atitudes de desconsideração pelas opiniões e sentimentos dos mais jovens é apontada como um dos fatores que mais dificultam a interação com os pais”. Os autores também verificaram que a comunicação rígida e punitiva aumenta o isolamento dos adolescentes.

Outro aspecto que afeta negativamente o vínculo familiar, assim como o desenvolvimento saudável, é a cultura do castigo físico (Sinhorinho; de-Moura, 2019). Nesse sentido, as famílias participantes do SCFV percebem mudanças em suas concepções acerca do uso da violência física nas relações parentais, conforme expõe a participante:

> G1P5: Tipo assim, eu espancava muito os meninos, espancava mesmo. É isso que eu fui parar no CREAS, eu estava aprendendo a ser mãe e não sabia como lidar. Aí hoje em dia, tipo, vim para cá, né? Aí os meninos: ‘Mãe, a senhora não vai fazer nada? Não vai dar nem uns tapas nele?’. Eu falei ‘Meu filho, aquela época era diferente, hoje a gente tá tendo mais educação’.
>
> G1P5: Porque na minha visão, se já chegou com mal-criação, eu já queria logo por de castigo, brigar logo. E aí com ela conversando comigo passou. E aí isso já me ajudou com os outros 3.

A afirmação final da mãe, “hoje a gente tá tendo mais educação”, é particularmente significativa. Ela reconhece que a educação – tanto no sentido de conhecimento quanto de abordagem disciplinar – é fundamental para uma parentalidade mais positiva. Isso corrobora estudos que mostram que a educação

parental pode ser uma ferramenta poderosa na prevenção de violência doméstica e na promoção de relações familiares saudáveis (Altafim; Linhares, 2022).

Também se destaca o questionamento do filho, “Mãe, a senhora não vai fazer nada?”, relatado no trecho. Essa reação demonstra como a violência pode ser normalizada dentro do ambiente familiar. Isso ressalta a necessidade de intervenções que não apenas eduquem os pais, mas também trabalhem com as crianças para desconstruir a ideia de que violência é uma forma aceitável de disciplina. Nessa perspectiva, as questões culturais são trabalhadas com a intenção de romper com fatores de desproteção que são repassados de forma intergeracional.

Assim sendo, percebe-se que o SCFV age de forma preventiva e que possui efeitos de longo prazo. Essa abordagem preventiva é particularmente relevante no contexto brasileiro, em que muitas famílias ainda mantêm a prática do castigo físico (Custódio; Cassionato, 2021).

Nesse aspecto, conclui-se que o SCFV impacta positivamente a sociedade ao contribuir para a “Prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência” e para a “Melhoria da qualidade de vida dos usuários e suas famílias” (Brasil, 2014, p. 24), assim como fornece experiências que “contribuam para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” e “para a construção de projetos individuais e coletivos, desenvolvimento da autoestima, autonomia e sustentabilidade” (Brasil, 2014, p. 22). Ainda nesse sentido, o SCFV favorece “a ampliação da capacidade protetiva da família e a superação de suas dificuldades de convívio” e o “acesso a atividades de lazer, esporte e manifestações artísticas e culturais do território e da cidade” (Brasil, 2014, p. 23).

7.2.2 Desafios e Limitações

Nesse quesito, serão destacadas as falas quanto aos desafios e limitações que as participantes avaliam em relação ao SCFV. Foram encontrados dois temas principais: acesso e burocracia e oferta de atividades.

7.2.2.1 Acesso e burocracia

Nesse ponto, muitas famílias relataram enfrentar dificuldades para acessar o SCFV devido à burocracia, especialmente relacionada ao CRAS.

> G1P1: Os próprios meninos, eles vão falando lá na escola mesmo, né? Nas escolas, eles ficam falando para os coleguinhas. Aí os coleguinhas, ficam tudo: 'Ai, quero ir. Também quero'. Mas aí quando falam que tem que ir no CRAS, aí as pessoas desistem.
>
> G1P6: Antigamente, a gente não tinha tanta dificuldade pra matricular os meninos no COSE. Já era... hoje não, hoje já tem. Então quando fala assim: 'Ah, tem que ir [no] CRAS', todo mundo desanima. E se fosse igual antigamente, podia ter certeza que isso aqui estava lotado de criança.

Os trechos evidenciam o fato de que o CRAS tem impactado negativamente a participação das famílias e crianças nesse serviço. Quanto a esse fator, é importante destacar que as famílias do DF enfrentam dificuldades para o agendamento de atendimento no CRAS (G1, 2024; Globo, 2025a, 2025b). O problema já ocorre há alguns anos, mas foi intensificado com o advento da pandemia de covid-19, que levou muitas famílias a necessitar do apoio socioassistencial (Agência Brasil, 2022; G1, 2022).

Essa situação sugere que o próprio sistema, criado para facilitar o acesso aos serviços sociais, está paradoxalmente funcionando como um obstáculo.

A comparação com um período anterior, quando o acesso era mais direto e simples, ressalta como as mudanças nos procedimentos administrativos têm afetado a eficácia do programa. A frase "Ah, tem que ir [no] CRAS, todo mundo desanima" é particularmente reveladora, indicando que a mera menção ao CRAS é suficiente para desencorajar potenciais participantes.

Essa situação levanta questões importantes sobre a eficiência e a acessibilidade dos serviços sociais. A escassez de vagas para agendamento no CRAS representa um gargalo significativo no acesso aos serviços socioassistenciais, comprometendo a efetividade da proteção social básica. Essa situação não apenas frustra as expectativas das famílias que buscam apoio, mas também pode agravar vulnerabilidades sociais ao postergar o atendimento necessário. O CRAS, concebido como a porta de entrada para a rede de assistência social, deveria ser um facilitador, não um obstáculo, no processo de acesso aos direitos sociais.

Essa realidade contradiz os princípios fundamentais da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que preconiza a universalidade do acesso aos direitos socioassistenciais. Quando famílias não conseguem agendar atendimento no CRAS, cria-se uma barreira que pode resultar em exclusão social, perpetuando ciclos de vulnerabilidade que a política de assistência social visa justamente romper.

Além disso, a dificuldade de agendamento pode desestimular as famílias a buscarem os serviços do CRAS, levando a uma subnotificação das necessidades reais da comunidade. Isso, por sua vez, pode resultar em um planejamento inadequado das políticas públicas, uma vez que os dados sobre a demanda real ficam subestimados.

É imperativo que os gestores públicos e formuladores de políticas sociais atentem para esta questão, buscando soluções que ampliem a capacidade de atendimento do CRAS. Isso pode envolver o aumento do número de profissionais, a otimização dos processos de trabalho e a ampliação da infraestrutura física.

7.2.2.2 Oferta de atividades

Quanto à oferta de atividades, as participantes demandaram a inclusão de cursos e atividades de qualificação, além da ampliação dos dias e horários de atendimento.

> G1P1: Até seria melhor se fosse todos os dias, igual antigamente.
> G1P3: Não é? Antigamente…
> G1P1: Mas antigamente, na minha época... tinha, tinha o parquinho ali, tinha tipo assim... a gente aprendia a mexer com escova, negócio de manicure, artesanato, croché. Aí, tipo…
> G1P5: Eu aprendi o croché aqui.
> G1P2: ...tinha aula de reforço.
> G1P3: Aula de dança.
> G1P1: Era bem... era bem evoluído aqui. Era mais evoluído.
> G1P5: O horário também devia ser mais estendido.

Uma das participantes sugeriu a inclusão de cursos no horário em que as crianças realizam as atividades para facilitar o acompanhamento da família.

> A gente assim, que tem problema de saúde, aí tinha que se ver nessa situação. Se tiver um, um curso, alguma coisa à tarde, pra não ficar no horário ao contrário deles. É muito bom, porque assim, ocupa a cabeça da gente aí.

Essa organização era comum na época em que as participantes frequentavam o SCFV como jovens, conforme demonstra o diálogo abaixo:

> G1P4: Tem muitas pessoas que trabalham, então assim... a criança fica aqui de manhã, só chega em casa, toma banho, se arruma, vai para escola. Evita dele parar nas ruas, dele aprender coisas erradas. Aqui não. Aqui a gente se sente mais seguro, sabe que eles começam a desenvolver mais um pouco o

> aprendizado, é totalmente diferente. Só que assim, o ruim... é porque só tem 2 dias na semana. Então assim, eles já ficam tristes. Agora, se tivesse de segunda a sexta, seria melhor…
> G1P7: Criar tipo uma rotina. Eles não têm uma rotina.
> G1P5: Têm não.
> G1P4: Se tivesse os artesanatos que tinha aqui primeiro, que as crianças faziam atividade, as mães faziam outra coisa.
> G1P5: Até as crianças depois passaram a aprender o crochê um pouco.
> G1P3: A costurar…

As participantes também citaram a importância dos cursos técnicos, que eram ofertados nos SCFV em tempos anteriores:

> G1P4: É... o meu primo trabalha até hoje com oficina, esses negócios de solda. Esses negócio tudinho que ele aprendeu foi aqui. Até hoje ele trabalha nisso.
> G1P3: Ah, tinham os cursos técnicos.

Percebe-se que as participantes avaliam negativamente a redução na frequência e diversidade das atividades oferecidas. A frase “Era bem… era bem evoluído aqui. Era mais evoluído” sintetiza um sentimento generalizado de que houve um retrocesso na qualidade e amplitude dos serviços.

A limitação atual do SCFV a apenas dois dias por semana é vista como insuficiente, impactando negativamente a rotina e o desenvolvimento das crianças e adolescentes atendidos. A demanda por uma extensão dos dias e horários de atendimento reflete uma necessidade não atendida de suporte contínuo às famílias, especialmente àquelas em que os pais trabalham.

A sugestão de oferecer cursos para os pais simultaneamente às atividades das crianças é particularmente relevante, pois aborda múltiplas necessidades: ocupação produtiva para os adultos, facilitação logística para as famílias e potencial melhoria na saúde mental dos cuidadores. Essa proposta ressoa com o conceito de atendimento integral à família, um princípio fundamental da Assistência Social.

A menção aos cursos técnicos e profissionalizantes que eram oferecidos anteriormente destaca o papel crucial que o SCFV pode desempenhar na promoção da autonomia e na quebra de ciclos de vulnerabilidade social. O exemplo do primo que “trabalha até hoje com oficina” devido às habilidades adquiridas no serviço é um testemunho poderoso do efeito duradouro que programas bem estruturados podem ter na vida dos usuários.

Ressalta-se, entretanto, que em um dos SCFV visitados estava sendo ofertado um curso às famílias do território. Uma das participantes do grupo focal relatou estar participando da qualificação e ratificou a repercussão positiva gerada pela atividade:

> P: É, [o SCFV] mudou nossa rotina, a rotina de ficar só dentro de casa. Que essa era minha rotina, né? Deixava as crianças dentro na escola e vinha para casa. Ficava em casa sem fazer nada. Então esse curso ele abriu muito a minha mente, né? Melhorou muito a minha vida.

Em outro momento, a participante destacou novamente:

> G2P1: A gente fez uma feira [de artesanato] aqui, a feira foi muito boa, As meninas abriram o espaço para a gente fazer, as alunas do curso fazerem. Então é um espaço que a gente tem e que... é uma oportunidade para a gente aprender, conhecer pessoas. Então é muito bom.

A experiência relatada pela participante apresenta um exemplo positivo de como o SCFV, quando devidamente fortalecido, pode ter um efeito transformador na vida dos participantes e da comunidade.

Esse relato positivo serve como um lembrete importante de que os programas do SCFV podem efetivamente cumprir seus objetivos de fortalecimento de vínculos, promoção de autonomia e desenvolvimento de potencialidades. O sucesso desse caso específico levanta questões sobre como replicar e expandir essa prática para outros SCFV.

7.3 O SCFV NA PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS

O mesmo procedimento foi realizado nas entrevistas com profissionais. Nessa parte dos resultados, foram encontrados os seguintes códigos:

Tabela 3 – Categorias e códigos identificados, com referências – Profissionais

	Categorias e Códigos	**N**
Repercussões do SCFV	Fortalecimento de vínculos	9
	Conviver	6
	Empoderamento	12
	Cidadania	7

	Categorias e Códigos	N
	Direito	31
	Prevenção	7
	Proteção	10
	Violência (prevenção e proteção)	11
	Vulnerabilidade (prevenção e proteção)	17
Desafios e Limitações	Recursos	3
	Espaço e estrutura	12
	Gestão	7
	Cargo político	5
	Capacitação	3
	Vagas e acesso	32
	Entendimento do serviço	13
	Sensibilização das famílias	20

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Ressalta-se que as profissionais entrevistadas eram de serviços diferentes, o que impactou os resultados encontrados, principalmente no que se refere aos Desafios e Limitações. Essas discrepâncias serão aprofundadas na discussão.

Esse processo de codificação e agrupamento permitiu uma compreensão mais estruturada dos dados qualitativos coletados, possibilitando identificar os principais aspectos relacionados aos efeitos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na vida das famílias atendidas e das profissionais, bem como os desafios e limitações enfrentados na implementação e acesso ao serviço.

Na análise da visão das profissionais dos SCFV, foram encontradas similaridades e diferenças. Percebe-se que as potencialidades e repercussões do SCFV são compartilhadas entre as profissionais. Ambas enxergam o serviço como fonte de desenvolvimento para as crianças e adolescentes, de melhoria na qualidade de vida das famílias, de fortalecimento dos vínculos e de prevenção de violências. No entanto, os desafios e limitações apresentaram discrepâncias significativas, as quais serão exploradas com maior profundidade logo abaixo.

É importante ressaltar, ainda, que foram entrevistadas profissionais das duas modalidades de atuação, direta e indireta, e que os vínculos trabalhistas nessas modalidades são diferentes. No DF, os profissionais de execução da modalidade direta são servidores públicos, que fazem jus à estabilidade, entre outras proteções. Já os profissionais de execução indireta não são concursados e possuem vínculos mais precários de contratações.

7.3.1 Potencialidades e Repercussões do SCFV

A análise dos relatos das profissionais corrobora os achados nas falas das famílias participantes dos grupos focais e reforça o efeito significativo desse serviço na vida dos usuários.

No que tange ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o SCFV demonstra ser um catalisador de mudanças positivas nas dinâmicas familiares. Os relatos das profissionais evidenciam que o serviço não apenas oferece um espaço seguro para crianças e adolescentes, mas também proporciona ferramentas para melhorar a convivência e a compreensão mútua dentro das famílias.

A prevenção de violências emerge como outro aspecto fundamental do SCFV percebido pelas profissionais. Nesse sentido, o serviço atua como um espaço de confiança onde os jovens podem expressar seus desconfortos e preocupações, permitindo que os profissionais identifiquem precocemente situações de risco e consigam realizar as intervenções pertinentes. Essa abordagem proativa é vital para interromper ciclos de violência antes que se agravem, demonstrando o papel preventivo crucial do SCFV na proteção de crianças e adolescentes.

É importante ressaltar, entretanto, que esse aspecto foi mais significativamente percebido pelas profissionais do que pelas famílias participantes da pesquisa. Infere-se que isso se deve pela natureza complexa e muitas vezes invisível do trabalho preventivo. As famílias tendem a perceber mais claramente os benefícios imediatos e tangíveis do serviço, como a melhoria no comportamento das crianças, o desenvolvimento de habilidades sociais e o suporte alimentar oferecido.

Os profissionais, por outro lado, têm uma visão mais ampla e longitudinal dos efeitos do serviço. Eles observam as mudanças sutis no comportamento e nas atitudes dos jovens ao longo do tempo, bem como a evolução das dinâmicas familiares. Essa

perspectiva privilegiada permite que identifiquem padrões e intervenham em situações potencialmente problemáticas antes que se tornem crises.

Além disso, o trabalho preventivo muitas vezes envolve abordar temas sensíveis e complexos, como sexualidade, que podem enfrentar resistências para serem discutidos no ambiente familiar (Ricardo; Bruno; Andrade, 2023). O SCFV proporciona um espaço seguro para essas discussões, permitindo que os jovens desenvolvam consciência crítica e habilidades de autodefesa.

É notável que, embora as famílias não tenham destacado explicitamente a prevenção de violências como um benefício principal, seus relatos indicam uma percepção indireta desse aspecto. Por exemplo, a mãe que mencionou que sua filha estava aprendendo a “conviver com pessoas diferentes” está, de fato, descrevendo um processo de prevenção de conflitos e promoção da tolerância e da diversidade. Assim como as mães que relatam sobre os filhos questionarem quando o seu tom de voz está exaltado ou acerca do ato de bater em crianças, prevenindo processos de violência psicológica e física.

Para fortalecer a percepção das famílias sobre o papel preventivo do SCFV, seria benéfico implementar estratégias de comunicação mais efetivas. Isso poderia incluir reuniões regulares com as famílias para discutir os objetivos e métodos do serviço, bem como compartilhar histórias de sucesso e mudanças positivas observadas nos jovens, fortalecendo a relação da comunidade com o serviço (Bronzo; Prates, 2012).

A melhoria na qualidade de vida das famílias atendidas é outro resultado percebido pelas profissionais do SCFV, com repercussões que vão além do indivíduo, estendendo-se a todo o núcleo familiar. As entrevistadas percebem que o serviço oferece um ambiente seguro e acolhedor, permitindo que, em alguns casos, os pais trabalhem com tranquilidade. Isso não apenas melhora a dinâmica familiar, mas também contribui para a estabilidade econômica da família. Além disso, as profissionais percebem o SCFV como um auxílio na alfabetização, o que, embora não seja o foco principal do serviço, demonstra a flexibilidade e o comprometimento dos profissionais em atender às necessidades da comunidade.

7.3.2 Desafios e Limitações

Quanto aos desafios e limitações, é pertinente ressaltar as discrepâncias significativas presentes nas falas das profissionais.

Nesse sentido, percebe-se que as dificuldades enfrentadas pelos serviços de execução direta estão centradas em termos de estrutura física, capacitação e valorização dos trabalhadores e distanciamento da gestão em relação às unidades executoras do SCFV. Já as falas referentes ao serviço de execução indireta demonstraram satisfação com o espaço físico pelos trabalhadores, com salas de atendimento em número e estrutura adequada para o recebimento desse público, além de outras instalações, a exemplo de brinquedos e computadores. A profissional do serviço indireto também não apresentou dificuldades quanto à capacitação e valorização dos trabalhadores e distanciamento da gestão. Cabe ressaltar que a diferença entre os vínculos trabalhistas pode ter impactado nas dificuldades percebidas pelas profissionais, já que a trabalhadora da execução direta possui maiores garantias e proteções quanto à sua vinculação profissional.

As disparidades significativas evidenciadas nos dados entre as unidades de serviço se referem à estrutura física e composição da equipe. O serviço de execução indireta visitado dispõe de instalações notavelmente mais amplas em comparação ao de execução direta. Ademais, a estrutura da equipe também apresenta diferenças marcantes:

Tabela 4 – Serviço de Execução Indireta × Serviço de Execução Direta

EXECUÇÃO INDIRETA	**EXECUÇÃO DIRETA**
Equipe mais numerosa (9 profissionais)	Equipe reduzida (3 profissionais)
Presença de psicólogo, pedagogo e assistente social dedicados exclusivamente ao serviço	Ausência de profissionais exclusivos para funções específicas
Espaço amplo, com acomodações adequadas para atendimentos individuais e coletivos	Uma única sala para realização das atividades coletivas e particularizadas
Exclusividade de chefias técnicas	Presença de chefias políticas

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Essas discrepâncias na infraestrutura e composição das equipes sugerem potenciais impactos na qualidade e abrangência dos serviços oferecidos em cada modalidade de execução.

Com a adoção de uma equipe mais numerosa e diversificada em todas as unidades e modalidades do SCFV, incluindo profissionais especializados, como psicólogos, pedagogos e assistentes sociais, dedicados exclusivamente ao serviço, este teria maior capacidade de oferecer um atendimento multidisciplinar e personalizado. Além disso, o espaço amplo e adequado para atendimentos individuais e coletivos proporcionariam ambientes mais adequados para o desenvolvimento das atividades socioeducativas e terapêuticas, bem como a possibilidade de aumentar a oferta do serviço.

A execução direta também enfrenta desafios significativos devido à sua equipe reduzida e à ausência de profissionais exclusivos para funções específicas. Essa limitação de recursos humanos pode resultar em sobrecarga de trabalho, comprometendo a qualidade e a diversidade das intervenções oferecidas. A infraestrutura precária, com apenas uma sala para todas as atividades, restringe a capacidade de atendimento e a privacidade necessária para abordagens individualizadas.

Em sua pesquisa no estado de São Paulo, Fernandes e Beretta (2021) verificaram que os participantes relataram uma notável falta de investimentos nos instrumentos e serviços do SUAS. As autoras verificaram que a carência de recursos tem consequências significativas, tanto diretas quanto indiretas, sobre os profissionais da área, como uma sobrecarga de trabalho expressiva, resultante da combinação de múltiplas demandas sociais, acúmulo de funções e deterioração das condições de trabalho.

A presença de chefias técnicas representa outro ponto relevante, pois garante uma gestão mais alinhada com os objetivos e metodologias do SCFV. Profissionais com formação e experiência na área socioassistencial têm maior capacidade de compreender as complexidades do serviço e tomar decisões embasadas nas necessidades reais dos usuários. Por outro lado, a presença de chefias políticas pode resultar em uma gestão menos especializada e mais suscetível a interesses alheios aos objetivos do serviço, bem como na descontinuidade de planejamentos de longa duração em favor de estratégias de efeito rápido (Lopes; Vieira, 2020).

Essas discrepâncias levantam questões importantes sobre a equidade na oferta de serviços socioassistenciais. A desigualdade de recursos e condições entre as modalidades de execução pode resultar em um atendimento de qualidade variável, dependendo da unidade que o usuário acessa. Isso vai contra o princípio de

universalidade e igualdade no acesso aos direitos sociais, preconizado pela Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2004).

É fundamental que os gestores públicos atentem para essas disparidades e busquem estratégias para equalizar a qualidade dos serviços, independentemente da modalidade de execução. Isso pode envolver o aumento de investimentos na execução direta, a revisão dos critérios de contratação e capacitação de profissionais e a aproximação entre gestão e área fim para garantir a qualidade e efetividade do SCFV em todas as unidades.

Ademais, é necessário um olhar crítico sobre o processo de terceirização dos serviços socioassistenciais. Enquanto a execução indireta parece oferecer melhores condições em alguns aspectos, é importante analisar se essa modalidade não está sendo privilegiada em detrimento do fortalecimento e aprimoramento dos serviços públicos diretos (Moreira, 2021). Uma política de assistência social robusta e efetiva deve buscar o equilíbrio entre as diferentes modalidades de execução, garantindo que todas possam oferecer um atendimento de qualidade e alinhado com os princípios e diretrizes do SUAS.

Nesse sentido, destaca-se também a importância do entendimento desse serviço como essencial para a PNAS e o SUAS, principalmente no âmbito da Proteção Social Básica. A terceirização dos serviços é acompanhada por uma mensuração de resultados quantitativos, vinculados principalmente ao preenchimento rápido de vagas, o que, muitas vezes, desqualifica o processo de seleção e encaminhamento das famílias ao SCFV. Essa perspectiva também afeta os SCFV de execução direta, que ficam sujeitos a um exame comparativo quanto à capacidade de atendimento, em termos meramente numéricos e injustos, tendo em vista a composição dos quadros de trabalhadores discutidos acima.

Por fim, a terceirização dos serviços e a centralização na lógica de eficiência a partir das vagas preenchidas também afeta a proteção ofertada às famílias, que ficam sujeitas à sorte de receber o atendimento socioassistencial quando há vagas em aberto para o encaminhamento ao SCFV. Ou seja, distorce a lógica inicial de complementariedade ao PAIF, prevista nas legislações base da política de Assistência Social. pois submete a garantia desse direito à aleatoriedade e à lógica da oferta limitada, em vez de priorizar a necessidade e o acompanhamento sistemático das famílias referenciadas pelo CRAS. Ao restringir o acesso ao SCFV apenas quando há vagas, desconsidera-se o caráter preventivo, proativo e universalizante do serviço,

além de enfraquecer o papel do acompanhamento familiar continuado, central para o PAIF, e a construção de percursos de proteção social básica integrados e efetivos.

Quanto ao distanciamento entre a gestão e os trabalhadores da ponta, percebe-se que há uma avaliação negativa dos profissionais quanto a essa prática. Lima, Pacheco e Bomfim (2021) verificaram a necessidade de aproximação da gestão e dos profissionais de ponta da assistência social, com o foco de estabelecer diálogos mais alinhados. As autoras verificaram que os trabalhadores relacionam os fatores sócio-interacionais, como a sensação de desamparo por parte da gestão com a imagem de insegurança. Na análise das entrevistas, pode-se perceber que o distanciamento pode resultar em diversos efeitos negativos, como falta de compreensão das reais necessidades dos trabalhadores da ponta, desmotivação e tomada de decisões desalinhadas com a realidade do trabalho.

A despeito das discrepâncias citadas, ambas as profissionais perceberam a prática de sensibilização das famílias como um aspecto desafiador. A resistência de algumas famílias ao tratar de temas considerados “tabus” exige preparo e sensibilidade por parte dos profissionais do serviço de convivência. Essa abordagem cuidadosa é fundamental para construir uma relação de confiança com as famílias e promover um diálogo aberto sobre assuntos delicados.

Ainda com relação à sensibilização das famílias, outro fator que se apresenta desafiador às profissionais é quanto à compreensão do serviço pelas famílias. As profissionais destacam que, em alguns casos, há uma visão simplista sobre o SCFV, como creche ou local de ocupação do tempo dos jovens, ou até mesmo um reforço escolar. Essa percepção contrasta com a complexidade do serviço como um espaço de aprendizagem, convivência e fortalecimento. As profissionais ressaltam que conquistar a comunidade acrescenta valor ao trabalho realizado e que é um desafio rotineiro.

Por outro lado, uma das profissionais compartilhou um evento em que o pai desligou as crianças do serviço, pois considerou que os filhos “Estavam sabendo muito sobre os direitos deles, porque agora eles só tinham direitos, eles não tinham dever nenhum”. Esse relato ilustra o desafio significativo enfrentado pelos profissionais do SCFV de equilibrar a educação sobre direitos com a compreensão dos familiares. A reação do pai demonstra uma percepção equivocada comum de que o conhecimento dos direitos pode levar à negligência dos deveres.

As profissionais destacam a importância e o desafio ao trabalhar a afetividade e as dinâmicas familiares, ressaltando que muitas vezes as crianças e adolescentes trazem demandas de suas famílias para o serviço. Ambas as profissionais consideram a intervenção no contexto familiar como uma repercussão significativa do serviço, alterando a dinâmica relacional da família.

É importante notar que essas intervenções devem ser realizadas de forma planejada, o que demanda constante capacitação dos educadores sociais. Como mencionado por uma das profissionais, cada território tem suas peculiaridades, e o entendimento dessas nuances é essencial para uma intervenção efetiva. A qualificação contínua dos educadores é fundamental para que possam desenvolver abordagens interessantes e metodologias pedagógicas adequadas ao serviço.

Além disso, é crucial que a formação dos educadores seja um processo contínuo e reflexivo. As realidades sociais estão em constante mudança, e os desafios enfrentados pelos jovens e suas famílias evoluem rapidamente. Portanto, é fundamental que os educadores tenham oportunidades regulares de atualização, troca de experiências e reflexão sobre suas práticas.

Tal recomendação vai ao encontro do Projeto de Lei 2941/2019, o qual prevê a atribuição de mediação dos educadores sociais quanto às temáticas de direitos humanos, justiça social e o exercício da cidadania, entre outros.

Ainda acerca da formação dos educadores, ressalta-se que o Projeto de Lei impõe a necessidade de delimitação dos cursos aceitos para o exercício da profissão de educador social. Um dos aspectos abordados por uma das profissionais se remete ao fato de que o último concurso para educador social não exigiu “bacharelado”, o que, em sua interpretação, afetou diretamente o componente pedagógico previsto para a profissão. Nesse sentido, é pertinente a reavaliação dos requisitos de ingresso ao cargo, visando atrair e incorporar profissionais cujo perfil esteja mais alinhado às competências de um educador social. Essa revisão deve contemplar não apenas as habilidades técnicas, mas também as competências socioemocionais e pedagógicas essenciais para o desempenho eficaz da função (Lola, 2021). Tal abordagem permitirá a formação de uma equipe mais qualificada e comprometida com os princípios fundamentais da educação social, potencializando assim o efeito positivo das intervenções junto ao público atendido.

Em relação às convergências das profissionais e das famílias, ambas reconhecem o potencial do SCFV como um espaço de desenvolvimento, socialização

e fortalecimento da rede de apoio comunitário e socioassistencial. Ambos os grupos valorizam as atividades que promovem a interação, o brincar e o desenvolvimento de habilidades sociais, bem como o suporte oferecido para as atividades diárias e a redução do estresse familiar.

Uma divergência notável entre as perspectivas das famílias e dos profissionais refere-se à questão da diversidade de grupos e horários oferecidos pelo SCFV. As famílias participantes do estudo enfatizaram a importância e a necessidade de uma maior variedade de grupos e horários disponíveis no serviço, em um sentido qualitativo. Esse aspecto foi mencionado como um ponto de preocupação e uma área que necessita de melhorias.

Em contraste, as profissionais entrevistadas pouco abordaram essa questão em suas falas e, quando houve, foi vinculada à questão da estrutura física e quantitativo de pessoal, que limita a ampliação do número de grupos. A diferença de abordagem desse tema nas entrevistas com os profissionais sugere que pode haver uma discrepância entre a percepção dos usuários do serviço e a dos prestadores quanto à importância ou necessidade de diversificar a oferta de grupos e horários.

Essa divergência pode indicar uma oportunidade para melhorar a comunicação entre os usuários e os gestores do serviço, bem como para reavaliar a estrutura atual de oferta do SCFV.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos resultados da pesquisa sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) revela um panorama complexo, com significativas repercussões positivas, mas também desafios pertinentes na execução do serviço.

O SCFV demonstra eficácia em vários aspectos alinhados aos seus objetivos gerais, constantes na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2014). Os resultados dessa pesquisa encontraram que o serviço tem sido bem-sucedido em complementar o trabalho social com famílias, prevenindo situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária. As famílias participantes relataram melhorias nas dinâmicas familiares, na comunicação entre pais e filhos, e no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Essa pesquisa também analisou que o SCFV tem promovido o acesso a informações sobre direitos e participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários. As famílias e profissionais relataram um aumento na conscientização sobre direitos e no seu uso para garantia de direitos e participação cidadã.

Em relação aos objetivos específicos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, o SCFV tem sido eficaz em assegurar espaços de referência para o convívio grupal e social, desenvolvendo relações de afetividade e respeito mútuo. As atividades oferecidas têm contribuído para a ampliação do universo informacional, artístico e cultural das crianças e adolescentes, estimulando o desenvolvimento de potencialidades e habilidades.

No entanto, a pesquisa identificou lacunas na realização de alguns objetivos específicos. Por exemplo, não foram encontradas evidências conclusivas sobre o estímulo à participação na vida pública do território e o desenvolvimento de competências para a compreensão crítica da realidade social entre o público de 6 a 15 anos. Isso sugere a necessidade de fortalecer as estratégias para alcançar esse objetivo específico.

Quanto aos impactos sociais esperados, esta pesquisa encontrou que o SCFV tem contribuído para a redução das ocorrências de situações de vulnerabilidade social e para a prevenção de riscos sociais. As famílias relataram melhorias na qualidade de vida e no acesso a serviços socioassistenciais. O serviço também tem promovido a ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais, embora ainda existam desafios

nessa área, principalmente relacionados às barreiras burocráticas no acesso ao CRAS.

A pesquisa revelou também a existência de disparidades significativas entre as unidades de execução direta e indireta do SCFV, particularmente em termos de infraestrutura e recursos humanos. Essas discrepâncias podem comprometer a equidade na oferta do serviço e a realização plena de seus objetivos.

Ressalta-se, entretanto, que essa pesquisa apresenta limitações quanto ao número de serviços pesquisados e quanto à dimensão territorial analisada. Além disso, a seleção dos participantes foi feita por conveniência, o que pode introduzir um viés na amostra. As limitações em questão restringem a generalização dos resultados para outras regiões do Brasil.

Por fim, a pesquisa mostra que o SCFV demonstra um potencial positivo e significativo na vida dos usuários e suas famílias, alinhando-se em grande parte com seus objetivos gerais e específicos presentes na Tipificação (Brasil, 2014). No entanto, persistem desafios importantes, que devem ser estudados pelos gestores de políticas públicas, no intuito de maximizar sua eficácia e alcançar plenamente os impactos sociais esperados. É imperativo que o governo local invista no SCFV e fortaleça suas unidades de execução, com o objetivo de superação das condições de vulnerabilização das famílias e de alcance de sua plena autonomia.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Usuários reclamam de demora nos atendimentos dos Cras no DF. **Agência Brasil**, abr. 2022. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2022-04/usuarios-reclamam-de-demora-no-atendimentos-dos-cras-no-df. Acesso em: 29 jan. 2025.

AGUM, R.; RISCADO, P.; MENEZES, M. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. **Revista Agenda Política**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 12–42, 2015.

AIRES, M. E. de O. D.; VIEIRA, A. G.; GEDRAT, D. C.; CORREIA, B. O. D.; RODRIGUES, I. B. Desafios familiares na contemporaneidade: a comunicação entre adolescentes e seus pais em uma cidade no interior do Pará. **Research, Society and Development**, [S.I.], v. 12, n. 2, e1312239845, 2023.

ALBERTO, M. de F. P. As implicações psicossociais do trabalho precoce de meninos e meninas em condição de rua. **Laboreal**, [s.l.], v. 3, n. 2, 2007.

ALCANTARA, P. P. T.; DIAS, T. A.; MORAIS, K de C.; SANTOS, Y. C. da S.; SILVA, J. W. M. da; TAVARES, N. B. F.; GOMES, S. C.; MORAIS, A. B. de S. Maternidade romantizada: expectativas do papel social feminino pós-concepção. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, [s. l.], v. 96, n. 40, p. e-021313, 2022.

ALMEIDA, I. M. G.; SILVA JÚNIOR, A. A. da. Os impactos biopsicossociais sofridos pela população infantil durante a pandemia do COVID-19. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. e54210212286, 2021.

ALTAFIM, E. R. P.; LINHARES, M. B. M. Programa de parentalidade: Da evidência científica para a implementação em escala. **Revista Brasileira de Avaliação**, v. 11, n. 3, e111122, 2022.

ALVARENGA, C. G.; PATROCINO, L. B.; BARBI, L. Discutindo projetos de vida com crianças e adolescentes em vulnerabilidade social. **DESIDADES**, [s.l.], [s.v.], n. 29, p. 186-199, 2021.

ALVES, T. C. R.; COSTA, C. D. M. da. A socialização como intervenção pedagógica em um Centro Municipal de Educação Infantil de Codó-MA. **Rev. Humanid. Inov**., v. 8, n. 32, p. 247-261, 2024.

ANDRADE, L. de; GOMES, A. H.; MAHEIRIE, K. “Eu vim aqui pra fazer política”: Articulação comunitária e democracia participativa. **Athenea Digital**, v. 22, n. 2, e2974, 2022.

ARAUJO, A.; MELO, C. B. de; MORAIS, M. Crise do cuidado, crise da reprodução social, crise do capitalismo? **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 1, n. 30, p. 1-10, 2024.

BARRETO, B. C. R.; MOREIRA, M. A. Vivência da maternidade no puerpério e sua interferência nas práticas de autocuidado. **Arquivos de Ciências da Saúde**, v. 21, n. 1, p. 29-35, 2014.

BATISTA, M.; DOMINGOS, A. Mais que boas intenções: Técnicas quantitativas e qualitativas na avaliação de impacto de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, 2017.

BENATTI, A. P.; PEREIRA, C. R. R.; SANTOS, D. C. M. dos; PAIVA, I. L. de. A maternidade em contextos de vulnerabilidade social: papéis e significados atribuídos por pais e mães. **Interação em Psicologia**, [S. l.], v. 24, n. 2, 2020.

BENELLI, S. J. O complexo cenário municipal da atenção assistencial para crianças e adolescentes. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, e223487, p. 1-18, 2021.

BRAGA, J. R. **Avaliação do serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF) em Maracanaú/CE**: as (re)construções da política em contexto de pandemia. 2022. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Lei n. 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 4 dez. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.** Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Secretaria Nacional de Assistência Social**. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS**. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **CapacitaSUAS Caderno 3** – Vigilância Socioassistencial: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social. Brasília: MDS, 2013a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial**. Brasília, 2013b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 98, p. 44-46, 24 maio 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos**. Brasília, 2017a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**. Brasília, 2017b.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2941**, de 16 de maio de 2019. Regulamenta a profissão de educador social. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2203739. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Manual do Entrevistador**. Brasília, 2022.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

BRONZO, C.; MENDES, M. C.; REZENDE, E. Os serviços socioassistenciais como mecanismos de proteção: explorando efeitos e limites. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 24, n. 77, 2019.

BRONZO, C.; PRATES, I. Tocando o intangível: explorando efeitos de programas sociais nas dimensões menos tangíveis da pobreza. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 17, n. 60, 2012.

CARLOS, L. L.; SILVA, A. L. F. da. Reflexões sobre uma proposta pedagógica para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. **ORG & DEMO**, Marília, v. 23, n. 2, p. 117-132, jul./dez. 2022.

CARLOTO, C. M.; NOGUEIRA, B. W. F. Família, gênero e proteção social. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 42, p. 49-64, 2018.

CODEPLAN. **Índice de Vulnerabilidade Social do Distrito Federal**. Brasília, 2020.

COELHO, A. C. F.; BRITO, D. S. de.; CONCEIÇÃO, M. I. G. Desproteções relacionais – percepções e atuações de profissionais do suas com foco em convivências protetivas. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 17, n. 49, p. 499–528, 2024.

COELHO, A. C. F.; CONCEIÇÃO, M. I. G. Exclusão sociodigital e desproteção de crianças, adolescentes e famílias em tempos de crise. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, *[S. l.]*, v. 16, n. 2, p. 1–16, 2021.

COELHO, A. C. F.; CONCEIÇÃO, M. I. G. Processos de desproteção e de proteção de crianças, adolescentes e suas famílias - Uma análise de múltiplas evidências dos

reflexos da pandemia. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, Umuarama, v. 28, n. 1, p. 307-328, 2024.

CONSTANT, C. C. de. **Entre mitos e verdades**: o impacto do discurso bolsonarista na política de assistência social. 2023. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

CORRÊA, B.; MAHEIRIE, K.; GOMES, M. de A. Bons encontros e cidadania: Os sentidos atribuídos ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos pelos(as) idosos(as). **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 44, e257755, p. 1-16, 2024.

COSTA, M. A.; MARGUTI, B. O. **Atlas da vulnerabilidade social nas regiões metropolitanas brasileiras**. Brasília: IPEA, 2015.

CUSTÓDIO, A. V.; CASSIONATO, A. S. A. A proteção de crianças e adolescentes contra castigos físicos aplicados por pais ou responsáveis. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 21, n. 1, p. 323-346, 2021.

DA SILVA, C. F. S.; DIAS, C. M. de S. B.; DA COSTA, E. G.; VILELA, D. da S. D. Intergeracionalidade: reflexões sobre possibilidades que facilitem a convivência entre pessoas idosas e adultos jovens. **Brazilian Journal of Development**, *[S. l.]*, v. 6, n. 5, p. 27957–27970, 2020.

DA SILVA, R. A. T. M. L. Família no neoliberalismo e nas suas alianças neoconservadoras. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, [S.l.], v. 35, n. 1, p. 1-18, 2024.

DI GIUSTO, S. M. N.; RIBEIRO, V. M. Implementação de Políticas Públicas: conceito e principais fatores intervenientes. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, [S. l.], v. 4, p. 1–10, 2019.

DIMENSTEIN, M.; CIRILO NETO, M. Abordagens conceituais da vulnerabilidade no âmbito da saúde e assistência social. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 1–17, 2020.

DUARTE, D. M.; CUNHA, R. P. S. da. A feminização da pobreza e a precarização do trabalho da mulher. **Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas**, Florianópolis, Brasil, v. 9, n. 2, 2024.

ESTRADA, A. A. Os fundamentos da teoria da complexidade em Edgar Morin. **Akrópolis,** Umuarama, v. 17, n. 2, p. 85-90, 2009.

EYNG, A. M.; MOTA, G. L.; PACHECO, E. F. H.; SILVA, R. A. da. A efetivação da política educacional para a garantia do direito à educação na perspectiva da pedagogia decolonial. **Interfaces Científicas - Educação**, v. 9, n. 1, p. 143–160, 2020.

FERNANDES, T. A.; BERETTA, R. C. de S. Saúde mental e trabalho: a realidade dos trabalhadores do SUAS. **Psicologia e Saúde em debate**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 181–194, 2021.

FLORÊNCIO JÚNIOR, P. G.; PAIANO, R.; COSTA, A. dos S. Isolamento social: consequências físicas e mentais da inatividade física em crianças e adolescentes. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, [S. l.], v. 25, p. 1–2, 2020.

FOLHARINI, A.; SILVA, T.; SILVANO, T.; MOTTA, R.; LEITE, L. Adolescentes em contexto de vulnerabilidade: um relato de experiência. **Cippus - Revista De Iniciação Científica,** Canoas, v. 12, n. 1, 2024.

FRANÇA, L. H. de F. P.; DA SILVA, A. M. T. B.; BARRETO, M. S. L. Programas intergeracionais: quão relevantes eles podem ser para a sociedade brasileira? **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 519-531, 2010.

FRASER, N. Contradições entre capital e cuidado. **Princípios: Revista de Filosofia**, Natal, v. 27, n. 53, 2020.

FRITZEN, J. **A vigilância socioassistencial na política de assistência social**: uma análise sobre seus processos e “produtos” a partir da realidade de Florianópolis. 2017. Tese (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

FUCHS, A. M. S. L; JESUS, G I. de. A participação de crianças e adolescentes em espaços de controle social: a experiência das conferências nacionais. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 20, p. 1–22, 2020.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ensaios e discussões sobre o déficit habitacional no Brasil.** Belo Horizonte, 2022.

GALVÃO, L. B. Mãe solteira não. Mãe solo! Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. **Revista Direito e Sexualidade**, Salvador, v. 1, n. 1, 2023.

GERENT, L. C.; WALZ, S. R. Protagonismo feminino no ato infracional: o perfil das adolescentes em uma unidade de medidas socioeducativas de Joinville/SC. **DESIDADES**, *[s.l.]*, n. 34, ano 10, set./dez. 2022.

GIMENES-MINASSE, M. H. S. G. O fenômeno da comensalidade e suas funções sociais: uma discussão preliminar. **Revista Mangút: Conexões Gastronômicas,** Rio de Janeiro, v. 3 n. 1, p. 162-175, jun. 2023.

GLOBO. Usuários reclamam da dificuldade para conseguir atendimento no CRAS. **Globo**, 2025a. Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/12654361/. Acesso em: 29 jan. 2025.

GLOBO. Moradores estão há meses sem conseguir agendar atendimento nos CRAS. **Globo**, 2025b. Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/12060929/. Acesso em: 29 jan. 2025.

GOHN, M. da G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade,** v. 13, n. 2, p. 20-31, 2004.

GOMES, M. A.; MAHEIRIE, K.; CORRÊA, B. Jovens em vulnerabilidades psicossociais: grupo como lugar de acolhimento e subjetivação política. **Psicologia em Estudo**, v. 27, e47375, 2022.

GOMES, P. R. **Rueira Brasília**: Educação popular em direitos humanos, vulnerabilização social e luta por direitos no contexto da violência. 2023. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

GONÇALVES, M.; TRUCCOLO, A. B. Impacto do convívio intergeracional na socialização de idosas institucionalizadas. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, *[s. l]*, v. 04, p. 5-25, 2020.

GUIMARÃES, G. T.; NASCIMENTO, F. I. O.; JANCZURA, R. Vigilância socioassistencial no contexto do território: Uma análise a partir do Censo Suas. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. e37640, 2020.

G1. Famílias enfrentam dificuldade para fazer agendamento no Cras. **G1**, 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/df/distrito-federal/df1/video/familias-enfrentam-dificuldade-para-fazer-agendamento-no-cras-12627976.ghtml. Acesso em: 29 jan. 2025.

G1. Pessoas têm dificuldade para fazer o agendamento no Cras. **G1**, 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/df/distrito-federal/bom-dia-df/video/pessoas-tem-dificuldade-para-fazer-o-agendamento-no-cras-9279091.ghtml. Acesso em: 29 jan. 2025.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

JIMENEZ-BALAM, D.; CAVALCANTE, L.; CASTILLO-LEON, T. Variações culturais na socialização das emoções pelos pais: uma revisão integrativa da literatura. **Act.Psi**, San Pedro Montes de Oca, v. 37, n. 134, p. 134-150, 2023.

JULIANO, M. C. C.; YUNES, M. A. M. Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. **Ambiente & sociedade**, São Paulo, v. XVII, n. 3, p. 135-154, 2014.

LIMA, A. de C.; PACHECO, F. P.; BOMFIM, Z. A. C. Psicologia ambiental e simbolismo do espaço: mapeamento afetivo da relação de trabalhadores da política de assistência social com seus lugares de trabalho. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 12, p. 244 - 255, 2021.

LIMA, M. C. V.; UCHÔA, R. A. F. Famílias confinadas, infâncias desprotegidas: apontamentos sobre os impactos da pandemia da Covid19 sob a égide do governo Bolsonaro. **História UNICAP**, Recife, Brasil, v. 9, n. 17, p. 71–90, 2022.

LOLA, E. de C. **Trabalho prescrito versus trabalho real**: atuação do educador social nos centros de referência de assistência social (CRAS) no município de Belém, Pará - Brasil. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação e Formação - Área de Especialidade em Organização e Gestão da Educação e da Formação) – Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021.

LOPES, A. V.; VIEIRA, D. M. Nomeações para cargos comissionados e grupos de interesse: usos, motivações e desafios retratados em pesquisas recentes. **REAd**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 439-462, 2020.

LUZ, L. H. da; NATALI, P. M.; MÜLLER, V. R. Educadores e educadoras sociais e os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos em Ivaiporã-PR: Ação educativa com crianças e adolescentes com direitos violados. **CONTRADIÇÃO – Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas e Sociais**, v. 1, n. 2, e014, 2020.

MACHADO, M. L. A.; RODRÍGUEZ, N. A. Senso de comunidade como estratégia para a reconstrução do tecido social. **PSI UNISC**, Santa Cruz do Sul, v. 8, n. 2, p. 06-21, 2024

MAIA, J. M. D.; WILLIAMS, L. C. A. Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. **Temas Psicol.**, Ribeirão Preto, v. 13, n. 2, p. 91-103, dez. 2005.

MARQUES, R. F. R.; GRAEFF, B. Análise temática reflexiva: interpretações e experiências em educação, sociologia, educação física e esporte. **MOTRICIDADES: Revista da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana**, v. 6, n. 2, p. 115-130, 2022.

MARTINELLO, V.; TREVISOL NETO, O. Aplicação da biblioterapia em crianças de 3 a 7 anos vinculadas ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 589-593, 2019.

MATOS, G. P. N. B. R.; OLIVEIRA, C. R. F. de; MATOS, R. N. B. R.; COSTA, M. A. R. Coeducação intergeracional e educação popular: revisão crítica sobre uma relação dialético-dialógica. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 25, p. 1-25, 2023.

MATTEI, T. F.; DA CUNHA, M. S. Impacto do trabalho infantojuvenil no desempenho escolar para o Brasil urbano. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 32, p. e07159, 2021.

MENDONÇA, M. H. M. O desafio da política de atendimento à infância e à adolescência na construção de políticas públicas eqüitativas. **Cad. Saúde Pública**, v. 18, n. sup., p. 113-120, 2002.

MINAYO, M. C. S. [Org]. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MINUCHIN, Salvador; NICHOLS, Michael P.; LEE, Wai-Yung. **Famílias e casais**: do sintoma ao sistema. Porto Alegre, Artmed: Grupo A, 2009.

MORAES, J. C.; SANTOS, Z. C.; NAKAMURA, F. C. Gestão da assistência social, implantação da vigilância socioassistencial em um município de pequeno porte I: vigilância socioassistencial. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília. **Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Brasília: CBAS, 2019. p. 10.

MOREIRA, R. da S. Estado e Terceiro Setor: Um caso de complementação ou substituição? **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. e24610111768, 2021.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo***.* Porto Alegre: Sulina, 2015.
MOURA, B. R.; AMORIM, M. F.; REIS, A. O. A.; MATSUKURA, T. S. Da crise psiquiátrica à crise psicossocial: noções presentes nos Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenis. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 11, 2022.

MUSIAL, D. C.; MARCOLINO-GALI, J. F. Vulnerabilidade e risco: apontamentos teóricos e aplicabilidade na Política Nacional de Assistência Social. **O Social em Questão**, [s.l.], [s.v.], n. 44, p. 291-306, 2019.

NASCIMENTO, N.; RANGEL, F. de B.; NEVES, F. S.; SCHIMANSKI, S. Mulheres empodera: o papel da extensão universitária da escola de negócios - Univali no combate às desigualdades de gênero. **Brazilian Journal of Development**, *[S. l.]*, v. 8, n. 1, p. 7302–7323, 2022.

OBSERVATÓRIO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Cenário da Infância.** 2022. Disponível em: https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia. Acesso em: 11 dez. 2023.

OLIVEIRA, G. M.; BASTOS, E. F.; MARTINS, R. A.; RONDINA, R. C. Perfil de adolescentes usuários de drogas atendidos em um centro de atenção psicossocial. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 199–214, 2022.

OLIVEIRA, J. O.; CECÍLIO, M. S.; RIBEIRO, P. M.; SCORSOLINI-COMIN, F. Percepções de adolescentes sobre seu território: olhar ecológico para riscos e vulnerabilidades. **Revista da SPAGESP**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 110-126, 2020

OLIVEIRA, K. V. de; MACHADO, N. T. G.; KREUTZ, M. R. Aprendizagens em espaços não formais e o empoderamento feminino. **EccoS – Revista Científica**, *[S. l.]*, n. 56, p. e10779, 2021.

OLIVEIRA, Raissa Santos. **A oferta do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos por organizações da sociedade civil e pelo poder público no Distrito Federal**. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento) – ENAP, Brasília, 2023.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática***.* Tradução: Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PENNA, L. H. G.; GUEDES, C. R.; RIBEIRO, R.; PEREIRA, A. L. de F.; RIBEIRO, L. V.; CARINHANHA, J. I.; SILVA, M. M. da.; PEREIRA, V. dos S.; VASCONCELOS, S.; TEIXEIRA, S. V. B. O profissional educador social no cotidiano de adolescentes de unidade de acolhimento institucional: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 17, p. e239101724690, 2021.

PIMENTA, A. C. Resenha: introdução ao pensamento complexo de Edgar Morin. **Revista Científica da FHO UNIARARAS,** [S.l], v. 1, n. 2, p. 33-37, 2013.

PIMENTEL, C. M.; FREIRE, C. da S.; BARROS, D. M. B.; PINHEIRO, F. V.; COSTA, I. S.; ALMEIDA, M. da S. C.; BARBOSA, V. D. do N. A socialização na educação infantil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 7, n. 10, p. 2623–2637, 2021.

PIRES, S. F. S.; BRANCO, A. U. Protagonismo como valor estruturante: Enfrentando a invisibilidade infantojuvenil na escola. **Revista Portuguesa de Educação**, [S. l.], v. 36, n. 2, p. e23035, 2023.

PORTELA, D. J.; SOUSA, I. T. de; GOIANO, A. G. M.; MAGALHÃES, M. T.; BRITO, L. C.; AZEVEDO, V. M. C. da S. E. de; LIMA, M. A. C. de; GÓIS, J. T. F. de; SILVA SEGUNDO, J. L. da; SOUZA, M. B. R. de. Revisão da literatura: Impactos da diminuição da socialização no desenvolvimento infantil. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 11, p. e413111133796, 2022.

POTRATZ, T. F.; COSTA, A. A. Perfil dos adolescentes em conflito com a lei que entraram no instituto socioeducativo do estado do Espírito Santo (IASES) em 2014. **Brazilian Journal of Forensic Sciences, Medical Law and Bioethics**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 145-159, 2016.

PRISCO, T. A contribuição do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para o envelhecimento ativo. **Revista Libertas**, v. 20, n. 2, p. 504-520, 2020.

RESSEL, L. B.; BECK, C. L. C.; GUALDA, D. M. R.; HOFFMANN, I. C.; SILVA, R. M.; SEHNEM, G. D. o uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 779-86, 2008.

RICARDO, H. T.; BRUNO, J. S.; ANDRADE, A. L. de A. Sexualidade na adolescência: como escola e família tem lidado com este tema? **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, [s.l.], v.10, [s. n], 2023.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I.; NAIFF, L.; BAPTISTA, R. **Acolhendo crianças e adolescentes**: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. São Paulo: Cortez, 2006.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2004.

ROVETTA, I. L.; BORGES, K. S.; RIBEIRO, S. C. da S.; HORTAN, de C.; FERNANDES, M. T. de O.; SOUZA, M. C. M. R. de. Programas e Práticas Intergeracionais: desafios e benefícios para a qualidade de vida de diferentes grupos etários pela perspectiva acadêmica. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 23, n. 3, p. e12004, 2023.

SAMPIERE, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, B. R. dos; TORRES, A. S.; NICODEMOS, C.; DESLANDES, S. F. Desenvolvimento de paradigmas de proteção para crianças e adolescentes brasileiros. *In:* ASSIS, Simone Gonçalves de *et al*. (org.). **Teoria e prática dos conselhos tutelares e conselhos dos direitos da criança e do adolescente.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2009. cap. 1, p. 19-66. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/37804. Acesso em: 20 dez. 2024.

SANTOS, E. C. **Ensaios e discussões sobre o déficit habitacional no Brasil**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2022.

SCHMIDT, B.; STAUDT, A. C. P.; WAGNER, A. Intervenções para promoção de práticas parentais positivas: uma revisão integrativa. **Contextos Clínic**, São Leopoldo, v. 9, n. 1, p. 1-18, 2016.

SESTREN, L. J.; BUENO, G. Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos: reXistências por via do acontecimento. **Psicologia USP**, v. 35, p. 1-10, 2024.

SILVA, A. J. N.; COSTA, R. R.; NASCIMENTO, A. M. R. As implicações dos contextos de vulnerabilidade social no desenvolvimento infantojuvenil: da família à assistência social. **Pesqui. Prát. Psicossociais**, São João del-Rei, v. 14, n. 2, p. 1-17, jun. 2019.

SILVA, B. R. F. da; FREITAS, M. C. R.; IORIO FILHO, R. M. Protagonismo Infantojuvenil: uma Necessária Dimensão da Dignidade da Criança e do Adolescente. **Revista Internacional Consinter de Direito**, Paraná, Brasil, v. 3, n. 5, p. 477–498, 2017.

SILVA, G. O. Táticas desenvolvidas por educadoras e jovens de periferia para enfrentar os desafios causados pela pandemia. **Cadernos de Pós-graduação**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 53-65, 2023.

SILVA, J. L.; TORRES, M. M. O perfil dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade em Maringá. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 14, n.1, p. 198-221, jul./dez. 2011.

SILVA, M. C. L.; FIAMONCINI, J. D.; SATLER, C. E. Efeitos da parentalidade na comunicação dos filhos: revisão integrativa da literatura. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, *[S. l.]*, v. 9, n. 6, p. 370–386, 2023.

SINHORINHO, S. M.; DE-MOURA, A. T. S. Disciplina Violenta: uma revisão sobre suas causas, consequências e alternativas para a prática pediátrica. **Rev Ped SOPERJ**, v. 20, n. 1, p 10-17, 2020.

SOUZA, L. B.; PANÚNCIO-PINTO, M. P.; FIORATI, R. C. Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: bem-estar, saúde mental e participação em educação. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, [s.l.], v. 27, p. 251-269, 2019.

SPOSATI, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. *In*: UNESCO. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) e Org. das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), 2009.

TELES, J. A. V.; AMARAL, D. S. do. Socioeducação e liberdade assistida: um estudo de caso sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. **Plurais – Revista Multidisciplinar**, v. 4, n. 3, p. 187-198, set./dez. 2019.

TORRES, A. S.; FERREIRA S. S. Trabalho profissional: responsabilidade de proteção nos serviços socioassistenciais. **O Social em Questão**, n. 45, 2019.

TORRES, Abigail Silvestre. **Segurança de convívio e convivência**: direito de proteção na Assistência Social. 2013. 257 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

UNGAR, Michael. **Playing at being bad: The hidden resilience of troubled teens**. Nova Scotia: Pottersfield Press, 2002.

WENDHAUSEN, A; CAPONI, S. O diálogo e a participação em um conselho de saúde em Santa Catarina, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 6, p. 1621-1628, 2002.

WINNICOTT, D. W. **A criança e o seu mundo**. Tradução: Álvaro Cabral. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2022. Publicação original: 1964.

ZAKUS, J. D. L.; LYSACK, C. L. Revisiting community participation. **Health Policy and Planning**, v. 13, n. 1, p. 1-12, 1998.

ANEXOS

ANEXO A – Perguntas dos Grupos Focais

1. Como vocês identificam a sua entrada no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SFV)? Houve algum benefício? Mudou alguma coisa na vida de vocês desde a entrada no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SFV)? O que mudou? Conte-me um pouco sobre isso?
2. A sua entrada no SCFV facilitou o seu acesso aos outros serviços da Assistência Social, como CRAS e CREAS?
3. Vocês consideram que aprenderam mais sobre os seus direitos durante a participação no SCFV? Quais direitos vocês tem maior conhecimento? Sabem onde procurar para fazer denúncias sobre violações de direitos?
4. Vocês consideram que houve uma melhoria na qualidade de vida da sua família depois que começou a frequentar o SCFV? Por exemplo, conseguiram ter mais momentos de afeto em família? Diminuíram conflitos e brigas?
5. Vocês consideram que houve uma melhora dos vínculos e relações com a comunidade em que vivem depois do ingresso no SCFV? Conheceram melhor vizinhos(as), descobriram equipamentos públicos na sua comunidade (escolas, parques..)?
6. Vocês consideram que o SCFV reduziu violências na infância? Quais violências? Como? Por exemplo, diminuição da ocorrência de bullyng entre as crianças? Diminuição de casos em que os pais batem nas crianças como forma de educação?
7. Vocês consideram que o SCFV promove uma prevenção quanto à violência entre os jovens? Por exemplo: afastamento do uso de drogas, diminuição de casos de gravidez precoce
8. Vocês percebem que houve uma redução das ocorrências de situações de vulnerabilidade social na sua família depois da entrada no SCFV? Por exemplo, diminuiu a situação de insegurança alimentar? Consegue comprar uma variedade e quantidade maior de comida? Melhorou a renda?
9. Como vocês avaliam o SCFV hoje? Quais pontos positivos e negativos?
10. Quais pontos vocês percebem que o SCFV poderia melhorar?

ANEXO B – Perguntas das Entrevistas aos Profissionais

1. Quais as potencialidades você percebe que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) pode ofertar para uma família?
2. Você considera que o SCFV promove uma redução nas ocorrências de situações de vulnerabilidade social nas famílias participantes?
3. Vocês consideram que o SCFV promove uma prevenção/proteção quanto à violência entre as crianças e jovens? Por exemplo: afastamento do uso de drogas, diminuição de casos de gravidez precoce
4. Vocês consideram que as famílias aprenderam mais sobre os seus direitos durante a participação no SCFV? Por exemplo, sabem onde procurar para fazer denúncias sobre violações de direitos?
5. Você percebe que a entrada no SCFV facilita o acesso das famílias aos outros serviços da Assistência Social, como CRAS e CREAS?
6. Você percebe que há uma melhoria na qualidade de vida das famílias depois que começam a frequentar o SCFV? Por exemplo, conseguiram ter mais momentos de demonstração de afeto? Diminuíram conflitos e brigas?
7. Como você avalia o SCFV hoje? Quais pontos positivos e negativos? Quais pontos você percebe que o SCFV poderia melhorar?
8. Quais os desafios você percebe que o SCFV enfrenta?

ANEXO C – Parecer Consubstanciado do CEP/ICHS

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB

COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E AS REPERCUSSÕES PROTETIVAS PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Pesquisador: THAIS RODRIGUES DE FREITAS

Versão: 1

CAAE: 79894824.1.0000.5540

Instituição Proponente: Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 053077/2024

Patrocionador Principal: Financiamento Próprio

Informamos que o projeto O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E AS REPERCUSSÕES PROTETIVAS PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES que tem como pesquisador responsável THAIS RODRIGUES DE FREITAS, foi recebido para análise ética no CEP Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília - UnB em 20/05/2024 às 10:45.

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

ANEXO D – Breve Apresentação

Queridos leitores, com essa breve apresentação tenho o intuito de situá-los acerca de minhas motivações pessoais e profissionais ao elaborar o presente trabalho. Atualmente, atuo como Especialista em Assistência Social, na especialidade Psicologia, na Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES-DF).

Entrei na SEDES em 2021, em um momento de pandemia pela COVID-19 e muita demanda para os serviços socioassistenciais. Logo que entrei, assumi uma função chamada “Técnico de Referência dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)”. A função previa a realização da comunicação entre os serviços do CRAS e dos Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Cecon), de execução direta ou indireta. Nesse período, no território em que atuava, haviam cinco Cecons em funcionamento: dois de execução indireta e três de execução direta. Logo me animei com as potencialidades do serviço que era executado, porém, as condições em que os serviços eram oferecidos apresentavam alguns desafios às unidades.

Com o passar do tempo, vi o território perder duas unidades de execução do SCFV. Esses eventos geraram uma mobilização intensa da comunidade, que se manifestou contrária ao encerramento nas duas situações. A partir disso, passei a me indagar sobre a importância desse serviço para os seus participantes.

O cenário da pandemia COVID-19 também trouxe desafios aos CRAS e CREAS, responsáveis pelo referenciamento das famílias vulnerabilizadas. Como mencionado no texto, as unidades reforçaram os atendimentos individuais e estavam impedidas de realizar atendimentos coletivos por motivos de segurança sanitária. Além disso, o acesso a outras políticas e serviços estavam limitados, o que restringiu as possibilidades de atuação do Cras, contribuindo para uma visão distorcida da política de Assistência Social como mera repassadora de benefícios socioassistenciais.

Com o fim das medidas de isolamento e retorno à normalidade dos atendimentos, pude sentir o quanto a interação da comunidade é importante para o acesso e garantia de direitos. A ausência ou diminuição da convivência comunitária enfraquecia o território e, por conseguinte, as suas famílias, que se tornavam cada vez mais dependentes dos benefícios eventuais para efetuar sua manutenção.

A confluência desses fatores me fizeram perceber o quanto o SCFV é inovador ao valorizar esses aspectos relacionais das vulnerabilidades. Esse espaço dialógico e acolhedor gera mudanças em níveis emocionais e psicológicos, tão fundamentais para a reconstrução da autonomia familiar quanto as questões materiais. E foi a partir desse pensamento que construí minha hipótese de pesquisa e iniciei esse processo que foi tão rico e engrandecedor.

A pesquisa me mostrou que a experiência vivida pelas famílias no SCFV vai muito além da oferta de atividades: ele constitui um espaço fundamental de construção e fortalecimento dos laços comunitários, promovendo o pertencimento, a escuta e o acolhimento das singularidades.

Espero que esse trabalho possa fortalecer a manutenção e incentivar a expansão do SCFV, que é tão essencial para a construção de uma política de Assistência Social que valoriza a comunidade, seus vínculos e a afetividade como seu carro chefe.